

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
MARIA DO CARMO PASQUALI FALCHI

**INVISIBILIDADE CIDADÃ: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA
DAS MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2016**

Pelotas
2017

MARIA DO CARMO PASQUALI FALCHI

**INVISIBILIDADE CIDADÃ: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA
DAS MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Política Social da Universidade
Católica de Pelotas como requisito parcial para
a obtenção do grau de Mestre em Política
Social

Orientadora: Profa. Dra. Aline Mendonça dos
Santos

**Pelotas
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F178i Falchi, Maria do Carmo Pasquali
Invisibilidade cidadã: representações sociais na mídia das manifestações de março de 2016. / Maria do Carmo Pasquali Falchi. – Pelotas: UCPEL, 2017.
138 f.
Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Mestrado em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2017. Orientadora: Aline Mendonça dos Santos.
1. representações sociais. 2. manifestações. 3. valores - notícia. 4. democratização da mídia. I. Santos, Aline Mendonça dos, or. II. Título.

CDD 070

**INVISIBILIDADE CIDADÃ: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA
DAS MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2016**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos

1º examinador: Prof. Dr. Renato Della Vecchia

2º examinador: Prof. Dr. Fábio Souza da Cruz

Pelotas, 16 de outubro de 2017

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Católica de Pelotas pela oportunidade de realizar o mestrado em Política Social por meio da Bolsa Dom Antônio Zattera, concedida ao fim da minha graduação.

Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de ter realizado o mestrado, assim como pela força dada nos momentos de maior dificuldade. Também quero agradecer aos meus pais, Patrícia e Ricardo por todo o incentivo durante esta caminhada, por nunca terem me deixado desistir, mesmo nos momentos onde tudo parecia impossível, assim como por terem permanecido ao meu lado e terem acreditado em mim. Agradeço ainda à minha irmã, Ana Maria, por ter escutado minhas frustrações e medos durante esse período e por nunca ter se ausentado da minha vida durante o processo.

Minha orientadora, Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos, também merece meus agradecimentos por ter sido uma grande incentivadora da minha pesquisa, por toda a ajuda durante o processo e por ter conseguido compreender todas as minhas ideias e ter colaborado de forma ativa na construção desse estudo.

RESUMO

O ano de 2016 foi movimentado no cenário político brasileiro onde aconteceram diversas manifestações e a então presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, sofreu o processo de impeachment. Tal assunto foi amplamente repercutido pelos veículos de comunicação, que representaram os ocorridos de diferentes formas. Diante disso, as representações sociais da sociedade a partir da mídia como aparelho de reprodução social é o tema desta pesquisa de dissertação. Esse tema se expressa na seguinte proposta de objeto: As representações sociais que resultam no senso comum, tendo em vista as manifestações políticas de diferentes posicionamentos sobre realidade brasileira em março de 2016: um estudo a partir do Jornal Nacional e do Jornal da Record. O enfoque foi em torno das mobilizações dos dias 13 e 18 de março.

Entre as questões que foram verificadas está: quais foram as representações sociais das manifestações de março de 2016, de diferentes posicionamentos, na mídia brasileira? Para poder responder a esse questionamento foram estudados assuntos como a democratização da mídia no Brasil, a mercantilização das notícias, a relação entre políticas sociais e jornalismo, os valores-notícia e as representações sociais. Autores como Pedrinho Guareschi, Nelson Traquina, Mauro Wolf e Serge Moscovici serviram de suporte para esta pesquisa.

Foram escolhidas as edições dos telejornais dos dias 14 e 18 de março de 2016, quando duas reportagens de cada noticiário constituíram o grupo a ser analisado. Para a realização da pesquisa foi escolhido o método de análise de conteúdo, por ser o mais adequado para o estudo em questão. Quatro categorias foram selecionadas para cada dia: processo de impeachment, manifestações, governo e corrupção para as edições do dia 14 de março; processo de impeachment, manifestações, governo e manifestantes para os noticiários do dia 18 de março. Por meio dessa categorização foram identificados os valores-notícia usados pelos telejornais em cada uma das manifestações, e assim compreender quais foram as representações sociais das mobilizações de março de 2016 na mídia televisiva. Assim, foi averiguado que tanto o Jornal Nacional, quanto o Jornal da Record fizeram uma representação social meramente oficial, sem a participação dos indivíduos, sendo que o enfoque foram as opiniões de atores público e não dos sujeitos que efetivamente fizeram parte dos atos.

Palavras-Chave: Representações sociais; Manifestações; valores-notícia; Política Social e Democratização da Mídia.

ABSTRACT

Two thousand and sixteen was a bustling year on Brazilian politic and economic scenario. Because of this, many manifestations happened, which led to the impeachment of the president of Brazil, Dilma Rousseff. This subject had a highly exposure on the media, which represented the manifestations in different ways. Because of this, the social representation of society through the media as state apparatuses of social reproduction is the theme of this research. This theme is expressed in the following object proposal: the social representations that results in the common sense, focusing the political manifestations of different ideologies, about the Brazilian reality in March of 2016: a research about Jornal Nacional and Jornal da Record. The focus was the mobilizations of March 13 and March 18.

Among the questions that have been verified there is: what were the social representations of the manifestations of March of 2016 on Brazilian media? To answer these questions it was studied issues like the democratization of media, the commodification of news, the relation between social policies and journalism, the news values and the social representations. Authors like Pedrinho Guareschi, Nelson Traquina, Mauro Wolf and Serge Moscovici were the bibliographical support for this research.

The editions of March 14 and March 18 were selected to be studied. Two reports of each TV newscast were analyzed. To make this research the method of content analyses was chosen, because it was the most adequate to this study. Four categories were selected for each day: impeachment process, manifestation, government and corruption for March 14; impeachment process, manifestation, government and protesters for March 18. By this categorization were identified the news values used on the TV newscasts in each manifestation and comprehend what were the social representations of the mobilizations of March of 2016 on TV. It was able to find out that Jornal Nacional and Jornal da Record made and official social representation, without the participation of the individuals, in which the focus were the politicians' opinions and not the people that went to the streets.

Keywords: Social representations; Manifestations; News Value; Social Policies and Media Democratization.

Sumario

| | |
|---|------------|
| Introdução | 8 |
| 1 A democratização da mídia e o poder dos meios de comunicação | 18 |
| 1.1 A mídia como reprodutora da ideologia dominante..... | 20 |
| 1.2 Brasil: a legislação sobre meios de comunicação e os monopólios | 26 |
| 1.3 A democratização da mídia e cidadania: quais as soluções para o Brasil? | 31 |
| 1.4 Jornalismo e as Políticas Sociais no capitalismo | 37 |
| 2 Jornalismo televisivo e Valores-notícia..... | 43 |
| 2.1 Tipos de valores-notícia | 46 |
| 2.2 Valores-notícia, tendência na televisão e sensacionalismo | 51 |
| 2.3 A cobertura televisiva de manifestações e os valores-notícia | 54 |
| 2.4 As diferentes formas de informar em televisão | 56 |
| 3 Representações sociais e os meios de comunicação | 58 |
| 3.1 Representações Sociais na mídia | 62 |
| 3.2 Mídia: realidade X manipulação..... | 65 |
| 3.3 Representações sociais e Movimentos Sociais | 70 |
| 4. Invisibilidade cidadã: Representações sociais na mídia das manifestações de março de 2016 | 73 |
| 4.1 Metodologia | 74 |
| 4.2 Análise dos resultados: Valores-notícia – manifestações 13 de março | 86 |
| 4.3 Análise dos resultados: Valores-notícia – manifestações 18 de março | 102 |
| Considerações finais | 122 |
| Referências | 130 |
| Anexo: Capítulo V da Constituição Federal de 1988 | 137 |

Introdução

As representações sociais da sociedade a partir da mídia como aparelho de reprodução social é o tema que permeia esta pesquisa de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Tal assunto foi estudado a partir de um recorte que se expressa na seguinte proposta de objeto: As representações sociais que resultam no senso comum, tendo em vista as manifestações políticas de diferentes posicionamentos sobre realidade brasileira em março de 2016: um estudo a partir do Jornal Nacional da Rede Globo e no Jornal da Record, da Rede Record.

Uma das questões verificadas foi: quais foram as representações sociais das manifestações de março de 2016, de diferentes posicionamentos, na mídia brasileira? As representações sociais também são fundamentais na construção da reportagem jornalística, uma vez que essa pode ser resultante das percepções dos jornalistas e em algumas situações também sofre influência da ideologia da empresa de comunicação¹. Para melhor compreensão da proposta de pesquisa, segue uma breve contextualização do tema, através do histórico que desencadeou as manifestações, levando à realidade brasileira de março de 2016.

A crise política no Brasil que resultou nas manifestações pró e contra o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff tem um histórico com início modesto em 2013. Em junho do referido ano, milhares de brasileiros foram às ruas com o principal objetivo de reduzir as tarifas das passagens de ônibus, que tinham sofrido um ajuste de 0,20 centavos de real. Ao longo dessas manifestações, outras causas foram levantadas pelos manifestantes, e uma das que ganhou destaque foi o fim da corrupção no país. Deste então, percebia-se uma divisão das manifestações em diversos discursos com ideias políticas opostas.

Em 2013 as manifestações puderam ser separadas em três momentos distintos de acordo com André Singer (2013). O autor ressalta que cada uma das fases teve duração de aproximadamente uma semana. Singer (2013) diz que na primeira etapa as mobilizações tinham um único objetivo: a redução do preço das passagens de ônibus. Os manifestantes percorriam e paralisavam ruas e avenidas de grande movimento na capital paulista durante horas, e ao final sempre havia conflito com a polícia, e junto a isso, em cada nova manifestação o número de participantes aumentava.

Singer (2013) relata que a segunda fase foi marcada pelo uso desmedido da força por parte da polícia e também pela maior adesão da população, e que nessas manifestações foi possível perceber a diversificação das pautas abordadas pelos manifestantes, deixando de ser

¹ É preciso ter ressaltar que não são apenas esses fatores que influenciam na elaboração da reportagem, há outros elementos que interferem diretamente na construção da informação, especialmente a apresentada na televisão.

apenas o reajuste da passagem de ônibus. A terceira e última etapa dos protestos teve como marca a fragmentação das manifestações e também a especificação dos objetivos, como a derrubada da PEC 37² e a redução das tarifas de pedágios.

Célia Maria Ladeira Mota (2013) afirma que momentos como os que aconteceram em junho de 2013 ajudaram a construir a identidade e a narrativa nacional. A autora ainda fala que esses eventos em grupo colaboraram para a construção da trajetória de um povo. Assim é perceptível que os protestos de junho de 2013 não foram apenas acontecimentos a serem registrados pela mídia, ou seja, eles ajudaram a construir a história e a trajetória de um país relativamente jovem como o Brasil, além de desencadear outros processos de mobilização da sociedade brasileira.

Esses ideais que surgiram nas ruas encontraram uma maior representação e repercussão nas candidaturas do ano seguinte, 2014, quando houve o processo eleitoral para a presidência da república. No primeiro turno, as candidaturas e as propostas foram mais diversificadas. Porém no segundo turno houve um maior direcionamento, quando a disputa entre a presidente da época que buscava a reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, e o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, ganhou um embate maior a partir dos diversos debates promovidos pelas emissoras de TV aberta que mostraram as diferentes ideologias e a divisão política pela qual o país estava passando.

O resultado nas urnas, especialmente no segundo turno das eleições, também refletiu a exaltação dessa disputa política e a divisão da população brasileira em relação aos rumos políticos do país: Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64%³ dos votos, com uma diferença de pouco mais de 3% para o candidato da oposição, Aécio Neves que conseguiu 48,36% dos votos. Essa situação que dividiu ainda mais a população, se levado em consideração que dos mais de 54,5 milhões de votos que a presidente recebeu, mais da metade (28,1 milhões) foi da região nordeste do país.

Outra situação que refletiu na organização popular foi a Operação Lava-Jato⁴ do Ministério Público Federal (MPF), que tem como um dos objetivos investigar a corrupção e lavagem de dinheiro, realizadas por empreiteira e organizações que pagavam dinheiro para

² A PEC 37 dá poder exclusivo à polícia para realizar investigações criminais, retirando essa possibilidade do Ministério Público. Para valer, precisa ser aprovada em regime especial pelo Congresso. Mais informações: http://pt.wikipedia.org/wiki/PEC_37. Acesso em: 19 de abril de 2016

³ Consulta no site do Tribunal Superior Eleitoral, TSE: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>> Acesso em: 30 de Abril de 2016.

⁴ Informações disponíveis na página do MPF: <<http://lavajato.mpf.mp.br/lavajato/index.html>> Acesso em 30 de abril de 2016.

agentes públicos. A primeira fase ostensiva da operação ocorreu no início de 2014, mesmo ano da disputa eleitoral. Deste então, diversos políticos e empresários assinaram contrato de delação premiada, tendo como resultado a divulgação de esquemas de corrupção que ocorrerem no país e a prisão de muitos investigados pelo MPF.

Diante de todo esse contexto, deve-se ainda mencionar um dos fatores que contribuíram para desencadear o processo de impeachment: em outubro de 2015⁵, o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou as contas do governo da presidente Dilma Rousseff referentes ao ano de 2014. Por unanimidade os ministros compreenderam que os dados apresentados pela União continham irregularidades, contrapondo a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um dos principais motivos para essa reprovação foi as pedaladas fiscais⁶ executadas pelo governo. Esse fato aconteceu apesar de no ano anterior o Tribunal Superior Eleitoral ter aprovado com ressalvas as mesmas contas da Presidente, referente ao ano de 2014⁷.

Esse processo de rejeição das contas do governo resultou em uma possível fundamentação para o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Desde o início de 2015, diversos pedidos⁸ de impeachment haviam sido entregues à Câmara dos Deputados, mas apenas após a rejeição das contas pelo TCU é que a situação ganhou força. O processo de impeachment que teve como um dos atores o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que, era responsável por aceitar o pedido de impeachment, o que resultou em polêmica, já que Eduardo Cunha estava sendo investigado por corrupção e por possuir contas na Suíça que não foram declaradas ao governo. Depois de muito debate e discussão, em 02 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha decidiu pela deflagração do processo de impeachment.

Esse contexto provocou uma posição antagônica na população brasileira, que se posicionou contra ou a favor do impeachment, uma vez que grupos organizaram manifestações, convocando os brasileiros a se mobilizarem. Entre os movimentos contra o procedimento, destacam-se o “Frente Brasil Popular” e a “Frente Povo sem Medo”. As mobilizações a favor do processo tiveram como defensores a organização “Vem pra Rua” e o

⁵ Mais informações: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-rejeita-contas-de-dilma-por-pedaladas-fiscais,1776349> Acesso em: 30 de abril de 2016.

⁶ Prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos e autarquias com o objetivo de melhorar as contas públicas a serem apresentadas ao mercado financeiro e a especialistas, Isso ocorre para que de certa forma pareça que há um maior equilíbrio entre os gastos e as despesas da União. Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150525_pedaladas_fiscais_ru Acesso em: 30 de abril de 2016.

⁷ Mais informações: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/tse-aprova-com-ressalvas-contas-de-dilma-e-de-comite-financieiro-para-presidente-da-republica> Acesso em: 02 de julho de 2016

⁸ Informações obtidas no portal de notícia da UOL: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/07/23/em-seis-meses-dilma-e-alvo-de-15-pedidos-de-impeachment.htm> Acesso em: 30 de abril de 2016.

“Movimento Brasil Livre”. Ambos instigaram a participação dos indivíduos, especialmente através das redes sociais.

Alguns dos objetivos da Frente Brasil Popular⁹, de acordo com informações disponibilizadas em plataformas online pelo próprio grupo são: ampliar a democracia e a participação da população nas decisões, lutar contra deliberações que vão contra os resultados obtidos nas urnas e promover reformas estruturais que construam um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular. Já a organização Vem pra Rua¹⁰ se autoapresenta em páginas da internet como um grupo que defende um país livre da corrupção, uma política feita com ética, além disso, dizem acreditar em uma sociedade democrática com maior igualdade para todos, sem que os políticos ajam em benefício próprio.

Como já referido anteriormente, ambos os grupos visaram à mobilização da comunidade em prol dos seus objetivos para que a força dos indivíduos pudesse gerar uma pressão e, conseqüentemente, uma mudança na sociedade brasileira. O histórico de manifestações começou em 15 de março de 2015, quando surgiram as primeiras pressões para o impeachment da presidente Dilma Rousseff, desde então uma série de fatos, já relatados aqui, ocasionaram na divisão de opinião da população.

Em 2016 diversas mobilizações de ambos os lados ocorreram, mas na pesquisa em questão o destaque foi dado a duas em especial: as dos dias 13 e 18 de março do referido ano. A manifestação¹¹ do dia 13 foi organizada pelos movimentos pró-impeachment e reuniu em São Paulo cerca de 1,4 milhões de pessoas, segundo a PM, 500 mil pessoas de acordo com o Datafolha e 2,5 milhões pelas estimativas dos organizadores do movimento. No dia 18 de março grupos contra o impeachment realizaram uma mobilização em São Paulo em que participaram 80 mil pessoas de acordo com a PM, 95 mil pelas estimativas do Datafolha e 380 mil segundo os organizadores.

No mês seguinte às manifestações, a AGU (Advocacia Geral da União) entrou com um pedido¹² no Supremo Tribunal Federal para anular o processo de impeachment, uma vez

⁹ Informações obtidas no site da organização: <http://www.frentebrasilpopular.org.br/conteudo/manifesto-ao-povo-brasileiro>

Acesso em: 30 de abril de 2016.

¹⁰ Informações retiradas do site da organização: <http://www.vempraruia.net/sobre-nos> Acesso em: 30 de abril de 2016.

¹¹ Foram escolhidos as estimativas de São Paulo para ambas as manifestações por ter sido a cidade com o registro de maior participantes nas duas mobilizações, para outras informações:

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestantes-fazem-ato-em-apoio-ao-governo-dilma-pelo-pais.html> ;

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>

¹² Mais informações: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/399178

que, de acordo com a instituição, as informações fornecidas para basear o impeachment foram além das incluídas no processo original aceito pela Câmara dos Deputados. Com o pedido negado, a votação na câmara pode ser realizada no dia 17 de abril. Dos 511 deputados¹³, 367 votaram a favor da continuação do processo de impeachment, que seguiu para a tramitação no Senado Federal. Em maio, o Senado¹⁴ deu seguimento ao processo de impeachment da presidente, fazendo com que Dilma ficasse afastada do cargo por até 180 dias. A denúncia contra a presidente foi aprovada pelos Senadores no início de agosto¹⁵ de 2016, e no dia 31 do mesmo mês ela foi definitivamente destituída do cargo, com uma votação de 61 votos a 20, sofrendo o processo de impeachment. Contudo, mesmo tendo sido retirada do cargo, os Senadores não retiraram os direitos políticos de Dilma.

Dentre as questões que fizeram parte desse processo, destaca-se a importância da mídia na representação das manifestações, que teve grande impacto na vida dos brasileiros, seja pela forma como relataram ambos os movimentos, seja pela influência que certos grupos que controlam os meios de comunicação têm na sociedade¹⁶. Diante do contexto apresentado, surgem as questões debatidas na pesquisa: Como as manifestações de diferentes posicionamentos políticos sobre a realidade brasileira foram representadas? Quais as representações sociais das manifestações de março de 2016 estiveram presentes na mídia? Quais valores-notícia foram utilizados e quais deixaram de estar nas reportagens? Como as empresas de comunicação podem ser capazes de influenciar a compreensão e percepção das pessoas sobre um determinado assunto?

Para dar conta desta reflexão, a proposta feita deu atenção para as representações sociais construídas a partir as manifestações dos dias 13 e 18 de março de 2016 sobre a perspectiva de duas redes nacionais de grande audiência em território nacional: Rede Globo e

¹³ Informações retiradas do site da Câmara dos deputados:

<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html> Acesso em: 7 de fevereiro de 2017

¹⁴ Informações obtidas pelo site da EBC: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/com-x-votos-x-votos-senado-abre-processo-de-impeachment-de-dilma> Acesso em: 7 de fevereiro de 2017

¹⁵ Trajetória do processo no mês de agosto com informações retiradas de:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-aprova-impeachment-e-afasta-dilma-definitivamente>
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/com-x-votos-x-votos-senado-abre-processo-de-impeachment-de-dilma>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/impeachment-por-59-votos-21-plenario-do-senado-aprova-denuncia-contra-dilma> Acesso em: 7 de março de 2017

¹⁶ Segundo dados do Instituto de Estudos e Pesquisa em Comunicação apenas seis grupos de comunicação detêm a propriedade de 667 veículos, entre emissoras de TV, rádio e jornais. Outra questão é a falta de regulamentação do setor (como a concessão de emissoras à políticos). Para maiores informações sobre o debate: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/12/democratizacao-da-midia-e-uma-emergencia-diz-escritor-e-humorista-gregorio> Acesso em: 16 de maio de 2016.

Rede Record¹⁷. É possível ressaltar que tanto no dia 13 quanto no dia 18 de março, os telejornais fizeram uma cobertura sobre o assunto, não apenas com reportagens, mas com participação ao vivo dos repórteres para mostrar as mobilizações em tempo real, fazendo com que o tema ganhasse um amplo destaque.

A importância dada pela mídia é intrínseca à participação da população nos veículos de comunicação. Emissoras de TV, rádio e jornais impressos colaboram de forma direta para a formação da opinião pública, tendo representação na estruturação da forma de pensar dos espectadores. Chauí (2007) diz que nos primórdios a opinião pública era compreendida como a expressão – dentro de um determinado espaço - da reflexão gerada individualmente ou coletivamente. A autora ressaltava que a opinião pública era uma forma de mostrar o uso público da razão e colocar em prática o direito à liberdade de expressão e de pensamento. Mas atualmente, a opinião pública está muito mais relacionada aos sentimentos, vindo à tona o não pensado, como se os acontecimentos do cotidiano da vida pública pudessem ser expressos por sentimentos.

Desse modo, ao invés de relatarmos o que realmente aconteceu, a mídia se preocupa em demonstrar os sentimentos, as reações e o conteúdo, uma vez que o contexto é deixado em segundo plano. Isso vem a ser perigoso, especialmente em situações como a existente no momento estudado nesta dissertação. Ao expressar os sentimentos e não os fatos, em um momento em que a população está dividida, a probabilidade de haver manipulação no conteúdo transmitido é muito maior já que na edição ou na construção da reportagem, pode ser que haja um maior destaque para o sentimento que mais agrada ao repórter ou a linha editorial do telejornal.

Por esse fato, a pesquisa visou apreender como as concepções políticas são registradas na mídia e as representações das mesmas nos telejornais. Sendo assim, há a possibilidade de proporcionar uma intensa reflexão sobre a influência dos valores-notícia nas reportagens de determinados telejornais e identificar como que a ideologia desses programas pode contribuir para a construção do fato a ser transmitido, além da importância das representações sociais para mídia.

Por ser um assunto multidisciplinar e com múltiplas dimensões, este trabalho de pesquisa tem relevância nas mais diferentes áreas: política, social, científica e jornalística.

¹⁷ Segundo pesquisa realizada pela Secom, o Jornal Nacional e o Jornal da Record são os dois telejornais de emissoras abertas que possuem a maior audiência em território brasileiro. Mais informações: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-2014.pdf> Acesso em: 16 de maio de 2016.

No que diz respeito à questão política e social, é preciso destacar que a pesquisa dialoga com um momento histórico absolutamente novo no contexto social e político brasileiro. Portanto, compreender estas questões frente este momento é importante à medida que esta nova conjuntura tem um impacto direto na sociedade, e que as consequências das decisões e dos processos que ocorreram em 2016 irão reverberar, provavelmente, ainda por alguns anos, não apenas no âmbito político e social, mas também na área econômica, cultural, tecnológica, entre outras.

Além de provocar uma divisão entre os habitantes da nação, esse momento gerou uma instabilidade em instituições com grande participação política como o Supremo Tribunal Federal, Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional. O que veio a contribuir para uma descrença da população em organizações antes consolidadas, originando uma crise que há muitos anos o Brasil não via. Todos esses acontecimentos resultaram no momento político inédito que ainda vive-se: com uma forte operação da Polícia Federal e do Ministério Público para a investigação da corrupção; o julgamento do processo de impeachment da Presidente da República e a manifestação da população nas ruas.

Isso veio a ocasionar uma pressão no governo, além de uma enorme falta de confiança dos brasileiros nos atores públicos. Todos esses fatos resultam em motivos que justificam este projeto de pesquisa, de modo que o conjunto desses acontecimentos provocou um cenário de mudanças no Brasil, especialmente com a participação dos cidadãos que foram as ruas para reivindicar seus objetivos.

A proeminência da pesquisa também se encontra no fato de que todos os ocorridos foram assuntos de alta repercussão entre os cidadãos. O tema foi debatido pelos brasileiros nas mais diversas formas e nos lugares mais variados. A alta adesão da população às manifestações, que ocorreram nos 26 estados e no Distrito Federal, também mostra a importância do assunto em questão.

Por ser um fato histórico muito novo, o objeto aqui desenvolvido também se destaca pela sua relevância científica. Trata-se de uma discussão em plena construção, especialmente porque todos os desdobramentos políticos e sociais tiveram um desfecho muito recente, que ainda geram impactos nas mais diversas áreas. Também é possível destacar que essa pesquisa pode ter um reflexo na sociedade e provocar uma maior compreensão sobre como a comunidade e a visão política são representadas na mídia.

Sabe que é significativo o número de trabalhos científicos que desenvolvem estudos sobre manifestações sociais na mídia na área jornalística, uma vez que é um tema com amplo espaço de debate devido as diferentes representações desses acontecimentos nos veículos de

comunicação, a perspectiva com foco social é pouco trabalhada. Por conseguinte, essa pesquisa é de grande contributo nas duas áreas, já que o jornalismo é feito através da sociedade com o ideal de trazer alguma contribuição para a comunidade representada. Ao analisar as manifestações com um viés social, será possível ver de forma mais específica como se dá essa representação e a contribuição que as reportagens podem ter na opinião do espectador, em suas representações sociais sobre o processo. Com esta pesquisa é possível compreender como que os elementos utilizados pela mídia podem influenciar a sociedade e como que as representações sociais são parte fundamental do processo midiático.

No âmbito da comunicação social, área de reflexão no qual a pesquisadora atua, a questão se faz relevante porque o fato a ser estudado ainda está em movimento. Como tudo acontece em alta velocidade, e está em constante mudança no jornalismo, é relevante pesquisar e analisar o que ainda está em plena construção, uma vez que para o jornalista é válido compreender o agora para entender os impactos futuros.

Diante do destaque da importância deste trabalho nas diferentes dimensões, é essencial ressaltar sua aplicação para o Programa de Pós-Graduação em Política Social e sua reflexão no âmbito das políticas sociais, especialmente porque o Brasil passa por um momento de debate e ponderação sobre a questão midiática. Este fato vem acontecendo através da discussão sobre a democratização da mídia no país. A discussão sobre a democratização da mídia vem se propagando desde a constituinte de 1988. Nesse ano surgiu a proposta de regulamentação dos meios de comunicação no Brasil para evitar o monopólio de um determinado grupo e proporcionar o controle dos veículos de rádio e TV pela população, já que eles são concessões¹⁸. Contudo, essa norma não foi debatida até hoje. Por consequência, atualmente tem-se um oligopólio no controle dos meios de comunicação e a participação dos indivíduos não é efetiva.

Penteado e Furtado (2015) também destacam que o tema da redemocratização da mídia teve início em 1988, mas eles trazem um novo fator, concomitantemente com o tema da democratização, estava a promoção da cidadania. Os autores ainda destacam que nesse ano começaram os debates sobre o papel do Estado na promoção do bem-estar social e, que assim os meios de comunicação se afirmaram como espaços de informação política e relação social:

[...] que a mídia é um fator de influência no processo das PP no jogo político contemporâneo, podendo ser um relevante ator que pode interferir na formação da agenda política, na percepção de certos problemas sociopolíticos, além de configurar-se em uma arena de disputa de discursos entre os outros atores, criando

¹⁸ Para melhor compreensão do assunto, consultar bibliografia: GUARESCHI, 2013.

novos canais para o alargamento da democracia e de representação política além das formas tradicionais. [...] favorecendo a criação de lugares para o debate e crítica das PP (apresentando e avaliando seus resultados) [...] (PENTEADO; FURTADO, 2015, P. 136)

Os meios de comunicação são diretamente ligados à elaboração, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas, e assim, conseqüentemente, das políticas sociais. Quatro fatores são atribuídos à mídia e que a faz ser extremamente importante para pôr as políticas sociais em prática: poder de agendamento, a forma como os acontecimentos são apresentados, a elaboração da informação e o controle social. Os veículos de comunicação também possuem influência quando não estão de acordo com uma política social específica, sendo assim uma ideia negativa pode ser veiculada e dessa forma contribuir para a formação da opinião dos indivíduos.

Ainda é possível reconhecer que as políticas sociais são retratadas de forma distinta das outras políticas públicas pelos meios de comunicação. Elas geralmente ocupam um espaço de menos destaque, e só são retratadas quando sua ausência ou ineficácia impactam diretamente os sujeitos sociais.

Como aponta Guareschi (2013), os veículos de rádio e TV não servem para atender às necessidades dos atores públicos, mas para proporcionar o bem comum do povo, visando o interesse público. O tema da democratização da mídia como política social é de extrema proeminência, visto que se vier a se concretizar pode ter um grande impacto na forma como as informações são repassadas aos espectadores, na maneira de se fazer comunicação no país, no poder que os veículos de comunicação têm no Brasil, tendo reflexo na formação da opinião pública. No programa de pós-graduação em Política Social o tema tem uma forte conexão, já que um dos objetivos do PPG é analisar as relações entre as políticas sociais e os processos de desenvolvimento econômico e social.

A questão da democratização da mídia é uma política pública que traria diversos benefícios para a população brasileira, visto que garantiria o direito dos indivíduos a livre expressão e a participação nos meios de comunicação seria assegurada, uma vez que a mídia é uma interlocutora entre as políticas sociais e a forma como elas são aceitas pela comunidade. Na hora de avaliar e monitorar os resultados, os meios de comunicação podem mostrar apenas a forma como os sujeitos aferem os benefícios ou não de uma política pública específica (PENTEADO; FURTADO, 2015). Sendo assim, a mídia é formadora de opinião, e a partir do momento em que tem-se um oligopólio nos meios de comunicação, essa liberdade e a percepção da população sobre as políticas sociais - não apenas no Brasil, mas no exterior - podem ser comprometida.

A democratização da mídia, a consolidação de TVs públicas (oriundas dessa democratização), a desarticulação dos oligopólios dos meios de comunicação de massa podem trazer um desenvolvimento social para o país, por meio da maior participação da sociedade e da livre expressão que com essa política pública viria a ter. A esse respeito, Guareschi (2013) destaca que a democratização da mídia também proporcionaria um maior debate através de conselhos e conferências regionais e federais, sendo de grande contributo para uma efetiva liberdade de expressão em nosso país.

A discussão da democratização da mídia e de políticas públicas para os meios de comunicação, especialmente relativas à televisão, é apresentada como uma solução por Ribeiro (2005). O autor relata que a TV não tem a capacidade de se autorregular, uma vez que o seu principal objetivo é a busca pelo lucro, e o Estado é ineficiente ao tentar controlá-la. O autor afirma que a única solução está no público, quando este tiver voz e puder se expressar livremente. Logo, a medida que a sociedade tiver participação nos meios de comunicação, estes, ao invés de mostrarem as notícias apenas de acordo com o seu ponto de vista, irão relatar as informações através da visão do público. Este assunto precisa ser debatido e é necessário criar a consciência de que os meios de comunicação são de todos e que em casos como as manifestações – nas quais os principais atores foram os indivíduos – é preciso que a mídia escute o que a comunidade tem a dizer.

Através dessas demandas, acredita-se que a pesquisa em questão pode ser de grande contributo para esse debate, proporcionando uma maior reflexão sobre o tema, mostrando como a mídia pode ter o poder de influenciar a opinião pública e que independente da emissora de TV, os indivíduos devem se sentir representados. Considerando o cenário exposto, é necessário lembrar que a importância dos veículos de comunicação nos regimes democráticos é uma via de mão dupla, ou seja, a mídia pode colaborar tanto para o avanço quanto para o retrocesso do Estado de direito (ANDI, 2007).

Por fim, Manuel Castells (2015) também contribui para demonstrar a importância dessa pesquisa não só para a área jornalística, mas social e política:

[...] A raiva se intensifica com a percepção de uma ação injusta e com a identificação do agente responsável por aquela ação. Ao longo da história, a raiva incitou protestos, resistência e até revoluções [...] No entanto para que a resistência se manifeste é preciso que sentimentos individuais, como a raiva, tenham sido comunicados a outros, transformando noites solitárias de desespero em dias compartilhados de ira. (CASTELLS, 2015 p.400).

Acredita-se que este trabalho venha a contribuir para proporcionar uma reflexão sobre as questões sociais que estão envolvidas na produção midiática, além de esclarecer alguns

fatos que muitas vezes são omitidos e ficam em segundo plano. O tema desse trabalho é de impacto por ser um objeto de pesquisa que marcou a vida dos brasileiros e que fez muitos expressarem suas opiniões. A pesquisa também visou mostrar a importância das políticas públicas para a mídia e de que forma elas podem ser relevantes para a sociedade.

1. A democratização da mídia e o poder dos meios de comunicação

Este capítulo tem por objetivo esclarecer a questão sobre democratização da mídia no Brasil. Serão discutidos a seguir o poder dos veículos de comunicação- especialmente a televisão- na sociedade brasileira, os meios de comunicação sendo uma forma de reprodução da ideologia dominante, a mídia como serviço público e a forma como as notícias se transformam em mercadoria. Outro tópico a ser debatido é o capítulo V da Constituição Federal de 1988 que fala sobre comunicação social, além da concentração da mídia nas mãos de poucas famílias. Também serão apresentadas as soluções elaboradas por alguns autores, como Guareschi (2013), e demonstrar de que maneira a democratização da mídia pode levar a cidadania.

O poder dos meios de comunicação sempre esteve na agenda de pesquisadores e profissionais que trabalham na mídia. Manuel Castells (2015) relata que o poder é o procedimento mais importante em uma sociedade, uma vez que está é determinada através de valores e instituições que são estabelecidos por relações de poder. O autor define poder como: “a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de forma que favoreça a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder (p. 57).” Castells ainda afirma que esse poder pode ser posto em prática através da coerção ou por meio da elaboração de significados através de discursos que orientam as ações dos atores sociais.

O poder é a possibilidade de intervir no curso dos acontecimentos (BARROS FILHO; LOPES; NETO, 2012). Guareschi (2013) diz que a comunicação ocupa todos os espaços e penetra em todas as esferas da vida cotidiana, mais do que a família, igreja e escola. Os meios de comunicação, segundo o autor, moldam os valores, os hábitos e os códigos da sociedade. Por essa razão, a mídia é considerada um “quarto poder”, terminologia utilizada há muito tempo. Traquina (2005a) citando O’Boyle (1968) comenta que já em 1819 os governos acreditavam que a imprensa servia como antagonista a todos os governos existentes e que os jornalistas eram vistos como revolucionários. O título de “quarto poder”, de acordo com Traquina, foi utilizado pela primeira vez em 1828 pelo parlamentar inglês McCaulay, que

disse que a imprensa seria o quarto poder para regular os outros três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário.

Os veículos de comunicação operam como um sistema de comunicação para as massas e também para incluir valores crenças e códigos (FERREIRA, 2001). O problema do poder da mídia é que por ser um ator político-ideológico tem a capacidade de manipular os interesses da vida social, já que ao demonstrar as ideias políticas, representa uma das instituições com maior eficácia da reprodução da opinião (FONSECA, 2004).

Além do uso das imagens, do texto jornalístico é voltado para prender a atenção do telespectador, o que demonstra o impacto da televisão na vida dos brasileiros, já que estes passam muito tempo em frente ao televisor. Dados de uma pesquisa realizada pelo Ibope¹⁹ em 2014 revelam que o brasileiro passa quase seis horas por dia assistindo televisão. Além disso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)²⁰ de 2013 do IBGE, 97,2% dos domicílios brasileiros possuíam pelo menos uma televisão, ou seja, o acesso a esse veículo de comunicação é muito grande, e através desses dados é possível perceber o grau de exposição da população a esse meio de comunicação.

Segundo Arnt (2001, P. 174), no Brasil a TV tem uma influência maior porque “a precariedade das instituições políticas e a desarticulação da sociedade civil conferem às mídias uma influência desproposita. A imprensa brasileira é um mandarinato”. O autor ainda continua falando sobre o poder e diz que este “circula e funciona em cadeia”. Isso acontece porque os indivíduos estão sempre em posição de exercê-lo e sofrer sua ação. Sendo assim, Arnt (2001) afirma que o poder dos veículos de comunicação é atravessado “por fora e por dentro dos contra poderes”.

O poder da mídia, segundo Fonseca (2004), é constituído por um equilíbrio entre formar a opinião, receber a influência dos consumidores, anunciantes e do Estado, gerar lucro e atuar como instrumento privado de hegemonia. Sodré (2010) diz que atualmente as pessoas são formadas para que não busquem a informação, por isso os sujeitos sociais são condenados somente a escutar e não falar na mídia. O autor ainda diz que os veículos de comunicação podem capturar a palavra dos atores sociais e devolver um discurso.

A relação entre os detentores das concessões dos veículos de comunicação e os atores sociais é perceptível na medida em que aqueles “transformam os humanos em audiências ao

¹⁹ Mais informações sobre a pesquisa do Ibope: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Brasileiros-passam-mais-tempo-em-frente-a-TV.aspx> Acesso em 21 de julho de 2016.

²⁰ Mais informações sobre o Pnad 2013: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40 Acesso em: 21 de julho de 2016.

vender-nos a imagem de nossas vidas” (CASTELLS, 2015, P.122). Ele ainda relata que os concessionários satisfazem os seus interesses ao criarem informações segundo as estratégias corporativas.

1.1 A mídia como reprodutora da ideologia dominante

Para uma sociedade conseguir se perpetuar é preciso que sejam estabelecidas uma série de relações. Essas relações são indispensáveis para a sobrevivência dos indivíduos ou seja, as relações de produção (GUARESCHI, 2013). O autor ainda afirma que é na análise das relações de produção que consiste na formação da sociedade, e uma das formas de relação é a dominação, na qual apenas alguns são donos e outros trabalham para esses.

Para que essas relações de dominação possam perpetuar e se manter ao longo dos anos é preciso que o Estado utilize aparelhos ideológicos, dessa forma as ideias dos governantes ou dos donos dos meios de produção vão alcançar toda a sociedade e assim não serão contestadas. Althusser (*apud* Guareschi, 1998) é um dos primeiros autores a considerar os meios de comunicação como um dos aparelhos ideológicos do Estado, dizendo que a mídia pode ser um desses instrumentos através da manipulação dos indivíduos por meio do rádio, jornais ou TV. Mas de que forma isso acontece?

Como viu-se anteriormente, a mídia “inclui bem mais do que mensagens: ela define a realidade social e, conseqüentemente, influencia a organização do trabalho, o caráter da tecnologia, o currículo do sistema educacional [...], isto é, as estruturas básicas da vida das pessoas” (SCHILLER *apud* GUARESCHI, 1998). Sendo assim, os meios de comunicação representam uma ideologia.

Ideologia são as ideias da classe dominante, que obtém destaque em uma determinada época (MARX E ENGELS *apud* KELLNER, 2001). Guareschi (1998) ressalta que ideologia²¹ é onde são mantidos os artefatos utilizados para racionalizar a dominação de classe. Os meios de comunicação, por ajudarem a estabelecer o comportamento e o pensamento dos indivíduos acabam sendo instrumentos de reprodução dessa ideologia. Quem possui o controle da mídia elabora a realidade de acordo com seus interesses para garantir o poder, e assim as pessoas acabam aceitando essa dominação (GUARESCHI, 1996).

Para Guareschi (1998) o objetivo da ideologia é fazer com que os indivíduos sejam inseridos de maneira natural nas atividades práticas do cotidiano, sendo assim, eles têm a

²¹ O conceito de Guareschi para ideologia é o que será utilizado nesta pesquisa.

capacidade de disfarçar os traços que demonstram que as instituições são instrumentos de coerção:

“Num dos níveis a ideologia mobiliza sentimentos, afeições e crenças para induzir anuência a certos pressupostos nucleares dominantes, acerca da vida social (por exemplo, valor do individualismo, da liberdade, da família, da nação, do sucesso, etc.). Esses pressupostos nucleares, ‘o senso comum’ de uma sociedade são mobilizados por grupos; assim, por exemplo, grupos e forças em luta tendem a mobilizar discursos de democracia, liberdade e individualismo e a inflecti-los segundo seus próprios programas e finalidades ideológicas” (KELLNER, 2001: p.79-80,).

Kellner (2001) ainda relata que a ideologia tem como implícito o princípio de que “‘eu’ sou a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente ou outra não é normal”. Por isso, os veículos de comunicação estabelecem e perpetuam relações de dominação de duas maneiras: dando visibilidade a determinadas pessoas, temas e problemas e mobilizando fatos que ajudam na reprodução da ideologia (BARROS FILHO; LOPES; NETO, 2012). Barros Filho (*et.al*, 2012) ainda dizem que dominação seria referente às relações de poder assimétricas, ou seja, àquelas em que grupos sociais estão de modo permanente no poder e que outras pessoas não têm acesso a este, por isso, ser dominado é relacionar-se com o outro para ser excluído.

Para se referir acerca da ideologia na contemporaneidade, Chauí (2007) fala da ideologia da competência, que se refere a capacidade da ideologia de estar presente no discurso do conhecimento de forma invisível e impessoal. A autora também diz que sua efetividade está no campo técnico-científico, e que por isso “o discurso ideológico pode aparecer como discurso social porque o social *aparece* constituído e regulado por essa racionalidade”.

Os veículos de comunicação põem em prática o poder de Estado, sempre de uma forma contraditória (SODRÉ, 2010). Sodré (2010) ainda diz que a mídia se articula ideologicamente com a classe dominante e assume a forma total do poder de Estado. “A ideologia, como a televisão, é também essencialmente *forma* (de poder)” (p.21). Ainda sobre o assunto, o ator comenta que a real ideologia tem início da fragmentação entre os fatores capital e trabalho, passa pela separação entre dirigentes e dirigidos até chegar à distância entre falante e ouvinte, por isso:

Ideologia não se define como o conjunto de conteúdos veiculados pelos meios de informação, mas como a *própria informação* enquanto *forma* unilateral de relação social que separa radicalmente falante de ouvinte, censura a resposta e torna abstrata a situação concreta do indivíduo (SODRÉ, 2010, p. 33)

Frente a isso, é possível averiguar que os meios de comunicação moldam as relações sociais, porque através da divulgação da informação de forma unilateral, ou seja, sem a participação do indivíduo, a chance de resposta dos atores sociais é anulada. Assim, os meios de comunicação divulgam apenas o que é de seu interesse ou do interesse daqueles que os controlam. Guareschi (1998) relata duas técnicas utilizadas pelos meios de comunicação para dissipar alguns valores existentes na sociedade e instaurar outros. A primeira técnica é a diluição, ou seja, mediocrizar um acontecimento que não é comum aos atores sociais de forma que ele seja considerado um fenômeno isolado, separado do seu contexto social - assim esse fato vai ser rejeitado pela opinião pública e visto como um inconveniente. A outra técnica é a recuperação, que acontece quando um fato é potencialmente ameaçador para a sociedade, mas mesmo assim é apresentado de forma que justifique as atitudes, ações e valores da classe dominante, isto é, os meios de comunicação reinterpretem o fenômeno para que a sociedade aceite o que está acontecendo como forma de proteção.

Com isso, é possível perceber que os meios de comunicação não apenas possuem poder, mas eles são utilizados para perpetuar esse poder e servir aos interesses daqueles que possuem o controle da mídia. Assim a sociedade pode vir à aceitar com mais facilidade o que está sendo representado, acreditando que o que os veículos de comunicação transmitem é verdade. “Uma das funções da cultura da mídia dominante é conservar e legitimar o domínio de classe” (KELLNER, 2001, P. 85).

Mas o que poucas pessoas sabem é que esta lógica está invertida, a mídia não deveria servir como forma de dominação, mas teria a função de dar voz aos indivíduos e ser do interesse destes, já que os veículos de comunicação são bens públicos.

Para Guareschi & Biz (2005), os meios de comunicação são concessões, ou seja:

“contratos celebrados pela União, que autorizam a utilização de uma faixa do espectro eletromagnético por onde são transmitidas ondas de rádio e televisão. Esses espectros são públicos e não pertencem àqueles que possuem as concessões. A eles cabe apenas o direito de utilizá-las e, sendo públicas, possuem obrigações éticas e morais com a população.” (GUARESCHI & BIZ, 2005, P. 72)

Dizer que os meios de comunicação são concessões implica no fato de que eles são serviços públicos e deveriam estar a serviço da comunidade, conforme Guareschi & Biz (2005) destacam:

Pela Constituição Brasileira, a rádio e a televisão são serviços outorgados, isto é, não podem ter ‘donos’, são concessões dadas por um determinado período de tempo, e esses veículos de comunicação devem prestar serviços à população como educação, arte, cultura (nacional e regional), respeitando os valores éticos e sociais (Art. 221 da Constituição). Além disso, ‘os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio’ (Art. 220, § 5º). É preciso,

pois, ter claro que são serviços públicos, prestados a toda a sociedade, como as estradas, os correios, telefonia, etc. Ninguém paga para ouvir uma rádio ou assistir determinado canal de TV aberta” (GUARESCHI & BIZ, 2005, P. 70-71).

A pesquisa realizada pela ANDI, Agência de notícias dos Direitos da Infância, (2007) relata que serviço público é uma atividade considerada de interesse da comunidade pela coletividade da sociedade e, por isso, é de responsabilidade do Estado. O documento da ANDI ainda cita três características desses serviços públicos: a continuidade, a mutabilidade ou adaptação para a melhoria do serviço prestado e a igualdade de todos os cidadãos no acesso a esse serviço.

Esse fato é um dos grandes entraves à democratização da mídia. Os donos das concessões agem como se tivesse todo o direito a decidir o que vai ser apresentado e de que forma, e não levam em consideração que os meios de comunicação são dos brasileiros e deveriam representar os interesses desses, desconsiderando acordos comerciais. Outro obstáculo, é que, na verdade, grande parte da população desconhece o fato de que os meios de comunicação são serviços públicos e que não possuem donos. Isso acontece principalmente pela não divulgação e o não acesso de parte da sociedade a essa informação. Até mesmo nas faculdades de jornalismo, onde o tema deveria ser amplamente discutido, o assunto é apresentado muitas vezes de forma rasa (ANDI, 2007).

Por ser um serviço público e para que possua autonomia, as emissoras deveriam manter distância das influências do Estado (LEAL FILHO, 2006). O autor (2006) afirma que os serviços de rádio e TV deveriam ter duas funções primordiais: a primeira referente à cidadania, ampliando a participação da comunidade, e a segunda relativa à cultura, difundindo a riqueza cultural presente no Brasil. Ainda no arquivo da ANDI (2007), o professor Othon Jambeiro comenta que um serviço público não deveria ser entregue à iniciativa privada, mas a proliferação das privatizações dos veículos de comunicação os têm transformado em mercadoria.

Para compreender como a notícia se torna mercadoria, é preciso ter por base que vivemos em uma sociedade capitalista altamente globalizada. Guareschi (2013) afirma que a comunicação se transforma em mercadoria com o objetivo de obter lucro. Esse fato é em decorrência de que os donos dos veículos de comunicação têm interesses econômicos, especialmente em ampliar o “império”, conquistar audiência e, através dos recursos investidos, ganhar mais dinheiro.

Traquina (2005a) apresenta um breve histórico do jornalismo nas sociedades democráticas e relata que um dos fatores para o desenvolvimento dos meios de comunicação

foi justamente a comercialização destes que, segundo o autor, teve início no século XIX, quando a informação começou a surgir como mercadoria.

A notícia pode ser considerada mercadoria porque os telejornais, como já dito anteriormente, apresentam as informações de seu interesse ou simplesmente aquelas que irão gerar maior audiência. “Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais, sensacionais; para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta as normas mercadológicas [...]” (MARCONSDDES FILHO *apud* GUARESCHI, 2013). Bourdieu (1997) ressalta que a televisão, que é controlada pelos índices de audiência, ajuda a desempenhar sobre os consumidores as pressões do mercado que não estão relacionadas com a demonstração democrática de uma opinião pública esclarecida.

Tal fenômeno ocorre principalmente porque as comunicações são vistas através da lógica do mercado, especialmente se levar em consideração o fato da influência do capital internacional nos veículos de comunicação brasileiros (ANDI, 2007), além do mais, os meios de comunicação apresentam-se como indústria por causa da concentração de emissoras nas mãos de poucas famílias. Fonseca (2004, p. 43) afirma que as empresas de comunicação vêm ampliando suas atuações nos diferentes mercados, o que “implica em uma intrincada gama de interesses empresarias (comerciais e financeiros)” proporcionando o caráter mercantil da mídia.

Na busca pela audiência, Arnt (2001) afirma que o modo com o qual a mídia demonstra o mundo é uma maneira de torná-lo consumível. “A liberdade de expressão desenvolve-se junto à liberdade de comércio. De tal forma que o processo de produção da notícia é indissociável da transformação em notícia do processo de produção” (ARNT, 2001).

Outro fator que colabora para a transformação da notícia em mercadoria é que os veículos de comunicação proporcionam uma interconexão entre as esferas pública e privada, sendo assim os atores privados fazem a mediação dos interesses privados e também dos públicos, causando uma ambiguidade, já que a mídia, devido a sua natureza empresarial, é de caráter privado (FONSECA. 2004).

Fonseca (2004) ainda ressalta que a informação como mercadoria possui uma particularidade que é inexistente nas outras mercadorias: a possibilidade de causar danos a pessoas, grupos, organizações e sociedades, o que vem a ser decorrente do fato dos veículos de comunicação obterem poder e em alguns casos manipularem a informação.

A mídia é feita para o consumo, já que cria reportagens para obter a atenção da audiência. Por isso os meios de comunicação deixaram de ser apenas fonte de informação e cultura, e as notícias passaram a ser consumidas:

Consumo é uma relação. A mediação da imprensa não é apenas um conjunto de técnicas de difusão. É uma sugestão de modelos de significação: modelo de família, de cidadania, de aspiração social, hábitos e costumes. A ordem do consumo é unidimensional, vem de cima para baixo, de uns poucos para todos. [...] O consumo implica adesão, ou rejeição, mas não admite contraproposta (ARNT, 2001, P. 172)

O autor ainda cita que a função da mídia é enquadrar os indivíduos e fixá-los ao processo de produção. Os veículos de comunicação são responsáveis pela produção, enquanto que os indivíduos são o alvo e o resultado.

Ferreira (2001) afirma que os resultados que os meios de comunicação obtêm são gerados pelos efeitos da força de mercado. O autor citando Herman & Chomsky relata algumas situações nas quais o dinheiro e o poder podem filtrar as notícias a serem veiculadas. A primeira é a concentração da propriedade e a orientação para a obtenção de lucro. Na sequência, o autor apresenta a publicidade como a fonte de dinheiro mais importante das empresas de comunicação. Em terceiro lugar, a confiança em fontes oficiais que são financiados pela publicidade e as reações da sociedade ao que é publicado também seria um desses filtros.

No Brasil a informação é tratada como um produto, já que este meio de comunicação tem como força motora interesses comerciais. Com a lógica do capital e a busca pelo lucro, especialmente em uma sociedade que está em constante avanço, as novas tecnologias dependem de recursos financeiros. Por isso, os veículos de comunicação estão submetidos ao sistema capitalista, e as notícias fornecidas acabam virando mercadorias e não são absorvidas como informação, são consumidas. A televisão tem a capacidade de transformar a mercadoria em ideologia, o mercado em democracia e o consumismo em cidadania. (LEAL FILHO, 2006)

A crítica feita por Guareschi & Biz (2005) é pertinente, especialmente quando leva-se em consideração os ideais capitalistas e a representatividade dos indivíduos na mídia. Eles dizem que os meios de comunicação são relacionados com a cultura, com as relações sociais, à política e à democracia e à cidadania, por isso quando a mídia é reduzida aos interesses econômicos acaba prejudicando o lado humano que fica à mercê das leis de mercado.

O problema do caráter mercadológico da mídia é expresso por Charaudeau (2015), quando diz que a mídia funciona através de uma dupla lógica: uma econômica – fazendo com que os meios de comunicação ajam como uma empresa e uma simbólica – fazendo com que os órgãos de comunicação naturalmente contribuam na elaboração da opinião pública. O questionamento que fica é de que forma uma “empresa” que serve aos interesses do capital

pode fazer parte da formação da opinião dos sujeitos sociais, para que esses formem as suas ideias de forma emancipadora e livre das ideias da classe dominante?

1.2 Brasil: a legislação sobre meios de comunicação e os monopólios

Para o início da análise sobre os meios de comunicação no Brasil e a democratização é necessário averiguar o histórico constitucional do país. Segundo Guareschi (2013) a primeira legislação sobre os veículos de comunicação foi de 1962, quando foi instaurado o Código Nacional de Telecomunicações, que de acordo com o autor era explicitamente favorável aos proprietários da mídia.

Após um período com o início do regime militar no país, o Decreto-lei 236 de fevereiro de 1967 trouxe algumas mudanças, entre elas, a normatização de que nenhuma empresa ou pessoa pode ter a propriedade de mais de 10 emissoras no território nacional, duas por Estado: sendo cinco em VHF e cinco em UHF (GUARESCHI, 2013).

Com a elaboração e aprovação da constituição de 1988 muitas mudanças sobre os meios de comunicação foram composta e estão presentes na legislação brasileira. Para a melhor compreensão da atual situação no Brasil e para efeitos didáticos do trabalho, será apresentado aqui, o capítulo V da Constituição²² que discorre sobre a Comunicação Social. O capítulo é composto por cinco artigos que ao serem elaborados, há quase três décadas, tinham o objetivo de regulamentar os diferentes aspectos relativos aos veículos de comunicação no país. De uma forma geral o artigo 220 se refere à liberdade de expressão, o artigo seguinte apresenta normas para a programação e produção de programas das emissoras de rádio e TV. Já o artigo 222 apresenta quem pode ter uma concessão de rádifusão no país, além de deliberar sobre a presença do capital estrangeiro nesses veículos. A questão referente a renovação de concessões e a devida normatização é apresentada no artigo 223. Por fim, o capítulo sobre comunicação social encerra comentando a instituição de um Conselho de Comunicação Social.

De acordo com Guareschi (2013), os debates para a elaboração da Constituição incidia na formação de comissões e subcomissões temáticas para promover discussões. Os resultados dos debates eram enviados a grupos de sistematização, para após serem votados no plenário. O autor ainda ressalta que o problema da democratização da mídia começou justamente com essas comissões, já que os integrantes foram indicados pelos “proprietários” dos meios de comunicação. Assim sendo foi o único grupo que não conseguiu aprovar o relatório inicial.

²² Informações obtidas pela página oficial do Governo. Para acesso ao arquivo completo da Constituição: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 16 de julho de 2016.

Por esse motivo até o presente ano, as normas sobre Comunicação Social da Constituição não foram regulamentadas, o que resulta na não implementação das mesmas.

Um dos destaques do artigo 220 é em relação a censura nos veículos de comunicação, já que a constituição trabalha a favor dos concessionários dos meios de comunicação, e esse é um dos grandes impasses para que haja a regulação dos meios de comunicação. Guareschi (2013) relata que todas as ações tomadas no sentido de democratização e regulação da mídia são consideradas como censura pelos proprietários dos monopólios. Como afirma o documento da ANDI (2007), controle não é censura, uma vez que censura “visa impedir a livre circulação de conteúdos que possam atentar contra os interesses do grupo dominante.” E controle seria uma forma de regulação para impedir conteúdos que possam contrariar os interesses da comunidade.

No artigo 221 também é possível identificar uma disputa de interesses já que relata sobre a regulação de conteúdo, especialmente sobre a regionalização deste. Segundo Guareschi (2013), um projeto elaborado em 1991 propunha que o “número de horas semanais de divulgação de programas culturais, artísticos e jornalísticos regionais deveria variar de acordo com o número de domicílios com aparelhos de televisão.” O projeto levou 13 anos para ser aprovado pela câmara e agora está engavetado no senado.

Outro ponto importante de reflexão é o artigo 223, relativo a renovação das concessões dos meios de comunicação. A respeito dele, Guareschi (2013) afirma que:

[...] os constituintes conseguiram, na prática, transformar uma concessão temporária em perpétua. Sendo necessários dois quintos dos votos, em votação nominal, pergunta-se se existiria algum congressista corajoso que dispusesse a votar contra a não renovação de um canal de rádio ou televisão [...] (GUARESCHI, 2013, P. 47).

Sendo assim, a população deveria participar de todo o processo, inclusive no momento da renovação das concessões, não deixar sob responsabilidade dos políticos que dificilmente vão alterar a situação que na maioria dos casos é favorável a eles.

O último artigo da Constituição referente à Comunicação Social diz respeito aos Conselhos de Comunicação. O artigo 224 foi regulamentado em 1991, mas só foi efetivado 11 anos depois, o que de acordo com Guareschi (2013) só aconteceu devido a interesses dos grupos de mídia. Estes Conselhos²³ de comunicação seriam um órgão auxiliar do Congresso para o debate sobre o setor de comunicação no país.

Segundo Guareschi e Biz (2005) os monopólios estão estreitamente ligados ao processo de globalização. Como afirma Lima (2004) “a consequência mais evidente da

²³ No item 1.3 deste capítulo será explicado como está a atual situação dos conselhos nos diversos Estados do Brasil.

convergência tecnológica no setor de comunicações é a enorme e sem precedentes concentração da propriedade [...]”. Isso fica evidente em uma sociedade capitalista, onde há uma grande concentração em diversos setores e a comunicação não é uma exceção.

Um fenômeno que vem acontecendo atualmente é que pequenas empresas vêm sendo absorvidas pelas grandes, especialmente depois que, segundo Lima (2004), alguns grupos de comunicação vêm trabalhando com empresas estrangeiras. Isso representa um risco à liberdade de expressão já que os meios de comunicação privados vêm em uma crescente e não há fiscalização (GUARESCHI & BIZ, 2005).

Sobre a participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação no Brasil, Guareschi (1996) faz uma analogia demonstrando que é impossível não haver influência deste na mídia. O autor relata que se o capital estrangeiro não possui o meio, ele controla o conteúdo que é veiculado. Se ele não tem poder sobre o conteúdo, influencia na distribuição e divulgação deste através das agências de notícias. Caso o capital estrangeiro não tenha nenhuma desses poderes, este regula a publicidade e propaganda, especialmente nas TVs comerciais.

Guareschi (1996) ainda relata que se nenhuma das formas acima estiver presente, a influência internacional vem através da tecnologia, já que os veículos de comunicação dependem desta para operar e garantir uma transmissão e produção de qualidade. Por fim, também pode acontecer através do controle do governo. Em casos como o Brasil, onde há uma enorme dívida pública e não há uma total independência político-econômica, se a mídia quiser falar algo que vai contra os interesses de empresas internacionais, estas vão acionar o governo para que os veículos não divulguem nada, ameaçando não dar recursos para sanar a dívida que o país possui.

O monopólio dos meios de comunicação no Brasil é um problema histórico, conforme Guareschi & Biz (2005):

Historicamente, a política de concessões foi orientada para privilegiar as oligarquias e os monopólios,. Se um jornal era dócil ao governo, seu dono ganhava uma concessão de rádio. Se o jornal e a rádio, eram dóceis, o dono ganhava uma televisão. [...] se o jornal, a rádio e a televisão aberta são dóceis, o dono tem todas as chances de conseguir uma televisão a cabo. (SOBRINHO, 1997 *apud* GUARESCHI & BIZ, 2005, p 37)

Através de todas essas influências, da legislação do país e do histórico é possível perceber que a situação brasileira é altamente confortável para os donos das concessões. Segundo Lima (2004), cerca de 90% da mídia brasileira está sob o comando de 13 famílias, oito deles em rádio e televisão. Esses dados são relativos ao âmbito nacional e regional, pois

apenas em nível nacional seis redes privadas controlam através de 138 grupos afiliados, outros 668 meios de comunicação (ANDI, 2007).

O problema é ainda mais grave se for pensar que esse monopólio também tem a participação de políticos, o que teoricamente é proibido por lei. Autores como Guareschi & Biz (2005) e Lima (2004) usam o termo coronelismo eletrônico para se referir a esse fenômeno. Coronelismo eletrônico é a tentativa de políticos exercerem o controle político através do sistema de rádio fusão. Citando Bayma, Guareschi & Biz (2005) relatam que das 284 outorgas de TV, 28 estão sob o comando direto de políticos, ou seja, 25% pertencem ao seguimento político.

O cerne dessa questão está justamente na elaboração da Constituição de 1988, segundo os mesmos autores. Eles relatam que as leis estabelecidas contribuíram para esse sistema de coronelismo eletrônico, e que esses “empresários” confundem comunicação com política partidária. Isso aconteceu porque, segundo a ANDI (2007), as concessões foram utilizadas como moedas de troca entre os políticos e foram distribuídos no fim da década de 80, gerando dois fatores: 1) o predomínio das redes nacionais de televisão e os grandes conglomerados midiáticos e 2) a proliferação de grupos políticos no controle da mídia.

Lima (2004) cita três fatores que contribuem para a concentração de propriedade no setor midiático no Brasil: a ineficácia da norma legal que restringe a participação societária de empresas de rádiosfusão a 10 concessões, o tempo de carência legal para a venda de concessões de rádiosfusão e a falta de restrições na constituição para a “afiliação” de emissoras, ou seja, a formação de redes nacionais ou regionais.

A pesquisa realizada pela ANDI (2007) revela que o Brasil é um dos países com o maior grau de concentração nos meios de comunicação do mundo. Como demonstrado pela pesquisa, isso acontece por causa da estagnação no marco da regulação. O FNDC²⁴ ainda relata que diferentemente de outros países, no Brasil a TV é o veículo que tem mais força e por isso recebe mais da metade dos investimentos publicitários.

As consequências desses monopólios são diversas, mas a mais grave delas é que essa concentração “tende a consagrar como doutrina da mídia o sinergismo que padroniza a informação, as ideias e a cultura.” (FERREIRA, 2001).

Além da falta de pluralidade na mídia, da concentração desses monopólios nas mãos dos políticos e do prejuízo a uma efetiva democracia nos meios de comunicação, os

²⁴ Fórum Nacional pela democratização da comunicação

monopólios e oligopólios geram um padrão das informações, assim a grande maioria dos brasileiros tem acesso a um mesmo ponto de vista ou ideias sobre um determinado assunto.

No Brasil existem diferentes tipos de concentração de propriedade nos meios de comunicação. Neste estudo será utilizada a classificação e a explicação estabelecida por Lima (2004) para compreensão da realidade do país. O autor fala primeiramente da concentração horizontal e vertical e após da propriedade privada e do monopólio em cruz. A seguir serão conceituadas cada uma dessas classificações.

A concentração horizontal é a “oligopolização ou monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor” (LIMA, 2004). O autor cita como exemplos a TV paga e a TV aberta. Segundo ele, a TV paga é um exemplo já que o aumento do número de concessionárias no mercado não reduziu a participação dos dois principais grupos que atuam no mercado, o que fez com que os novos donos de concessões ficassem a mercê de quem já estava no mercado.

Na TV aberta acontece a concentração horizontal uma vez que esse meio de comunicação recebe a maior parte dos investimentos publicitários, e se for considerado que poucos grupos familiares são donos de concessões televisivas é possível compreender que esse investimento fica concentrado.

A concentração vertical seria a integração das diferentes etapas da cadeia de produção e reprodução dominadas por um mesmo grupo (LIMA, 2004). Isso acontece muito no Brasil, já que as emissoras de TV são responsáveis pela produção de programas como telenovelas, séries, filmes documentários e também é encarregada pela sua distribuição para o público.

O autor traz dados que demonstram que 90% dos conteúdos das emissoras de televisão é de produção própria. Para quem é brasileiro isso é uma questão cotidiana, mas em países como a Inglaterra, por exemplo, segundo a legislação, no mínimo 25% da programação das TV abertas, privadas ou públicas, devem ser de produção independente.

A propriedade cruzada é o domínio de diferentes tipos de veículos de comunicação pelo mesmo grupo, como por exemplo, rádio, jornais, TV aberta, revistas, portal de notícias online e TV paga (LIMA, 2004). O autor aponta que os grupos de maior importância no mercado brasileiro se afirmam através desse tipo de concentração, especialmente nos sistemas de rádio fusão e de mídia impressa.

Lima ressalta que o grande problema da propriedade cruzada é que por um mesmo grupo ser dono de diferentes tipos de meios de comunicação, as opiniões e concepções de mundo dos jornalistas, comentaristas e principalmente da empresa são difundidas amplamente

e é muito difícil que alguém da comunidade não entre em contato com essas opiniões em algum momento do dia, o que dá extremo poder ao grupo detentor das concessões.

Assim tem-se o monopólio em cruz, que seria, segundo Lima (2004), uma consequência da propriedade cruzada. “Trata-se da reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da ‘propriedade cruzada’”.

O autor relata que na maioria dos estados brasileiros os meios de comunicação regionais ou locais são afiliados de um sistema nacional de comunicação, o que gera a reprodução das notícias e das opiniões não apenas nas grandes capitais, mas no interior também.

Como já relatado, a concentração deve-se ao fato da globalização, quando as sociedades estão todas conectadas a todo o momento, e com a influência não apenas do capital estrangeiro, mas também da ideologia dos outros países, assim ficamos sob a influência internacional. Segundo Lima (2004, P. 114), “a globalização no setor de comunicação até agora tem significado contração da propriedade, crise financeira, manutenção de velhas estruturas familiares, fortalecimento das elites políticas locais e regionais [...]”.

Esse monopólio não é apenas econômico como afirma Sodré (2010), o primeiro também acontece pelo poder ideológico da fala, ou seja, a capacidade de resposta do ouvinte. É necessário que a sociedade tenha o controle do código, isto é, dos meios de comunicação, não apenas que participem, mas que tenham uma função ativa nas decisões relativas à mídia.

1.3 A democratização da mídia e cidadania: quais as soluções para o Brasil?

Democracia, segundo o Dicionário Aurélio (2008, P. 224) seria “doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa de poder”. Sabe-se que o conceito de democracia e sua aplicação são muito mais amplos e complexos do que esta simples definição de dicionário. Porém, o significado encontrado serve para dar uma ideia do que realmente deveria acontecer com os meios de comunicação e o que efetivamente é posto em prática no Brasil, já que se analisar a população não é representada pela mídia, os concessionários divulgam e transmitem o que é do interesse deles.

A democracia surge de inúmeras contradições de acordo com Charaudeau (2015), por isso é necessário que os cidadãos tenham acesso à informação. O autor diz que como não é possível que todos os indivíduos tenham as mesmas condições de acesso, é fundamental que a informação repassada seja verídica e que os atores sociais participem através da expressão das suas opiniões. Não se pode pensar em democracia onde a mídia possui “donos”, e onde estes

determinam quem pode ou não ter acesso ao que será disponibilizado. Sendo assim, para que ocorra uma efetiva democracia é necessário que haja democracia também no exercício da comunicação (GUARESCHI & BIZ, 2005). Na atual situação brasileira Charaudeau (2015) diz que o que temos é um “simulacro da democracia”, porque os indivíduos compactuam com os órgãos de comunicação para que estes ocultem as vozes dos atores sociais gerando uma encenação que está a serviço do espetáculo.

Lima (2011) diz que a democratização da mídia só seria possível por meio de políticas públicas que fossem capazes de promover a regulação do mercado das empresas de comunicação, impedindo os monopólios e estimulando a dispersão e a concorrência entre as empresas que possuem as concessões.

O autor relata que a democratização da mídia e a regulação do mercado são complementares e estão ligados ao direito à comunicação, que todos os cidadãos deveriam ter acesso. Lima ainda ressalta que isso só será possível quando existir pluralidade e diversidade nos meios de comunicação. Como apresenta Guareschi (1998), citando Kato, hoje em dia, devido aos efeitos da globalização o material apresentado pela mídia é praticamente igual. Não há particularidades nem a efetiva representação dos indivíduos, que na verdade são donos desses veículos de comunicação. Lima (2011) afirma que todos os instrumentos para a democratização da mídia estão na constituição de 1988, mas apenas um dos artigos foi regulamentado, o que vem a impedir que as normas sejam efetivadas.

Guareschi & Biz (2005) ressaltam que a participação dos indivíduos na comunicação deve acontecer em todos os níveis, ou seja, na imprensa local, regional e nacional. Ainda segundo eles, não é apenas ter a voz representada, mas também tem participação ativa nos resultados obtidos por as empresas de comunicação. Ribeiro (2004) reforça essa ideia dizendo que a TV brasileira escolhe assuntos ruins para serem noticiados, deixando em segundo plano assuntos de interesse para a cidadania e fazendo uma cobertura superficial²⁵ dos acontecimentos. Torna-se Importante ressaltar que ocultar determinados assuntos pode ser uma estratégia utilizada pelos veículos de comunicação de forma proposital para que as pessoas tenham uma visão restrita do assunto.

Um sistema de notícias requer que os veículos de comunicação sejam plurais e que os conteúdos transmitidos por esses sejam diversificados. Isso acarreta um problema, já que como a mídia é concentrada nas mãos de poucas pessoas, o conteúdo transmitido por estas também está é concentrado (ANDI, 2007).

²⁵ Compreende-se aqui por cobertura superficial, a falta de contexto com que algumas notícias são veiculadas, além da apresentação de um único ponto de vista, que não permite gerar a discussão do assunto noticiado.

O documento escrito pela ANDI ainda afirma que devido à limitada pluralidade dos veículos de comunicação há uma restrição ao direito à comunicação. O direito à liberdade de expressão e acesso aos meios de comunicação é garantido pela constituição, mas efetivamente o que se percebe é o contrário disso. Guareschi & Biz (2005) realizaram uma pesquisa que mostrou que muitas vezes as pessoas não sabem que possuem a liberdade de ir aos veículos de comunicação fazerem uma reclamação ou expressar o pensamento, um dos dados que a pesquisa apresentou é que os profissionais que trabalham nessas empresas muitas vezes também não têm consciência disso.

Quanto mais frágil a democracia de um país, mais força possui a televisão, o que permite que esta tente alterar os “resultados do jogo democrático” segundo os próprios interesses (LEAL FILHO, 2006). Guareschi (1998) demonstra esses casos, especialmente na América Latina:

“Podemos traçar uma analogia: assim como o papel dos meios de comunicação de massa dentro de um determinado país é o de legitimar a dominação de uma classe sobre as outras, assim também, entre diversos países, eles servem como legitimadores do imperialismo de um país sobre outro” (GUAERSCHI, 1998, p. 21).

A pesquisa realizada pela ANDI (2007) explica que nas democracias atuais, os veículos de comunicação funcionam como indústrias, servindo como uma forma de poder político, o que gera problemas para a mídia, especialmente entre cidadãos, políticos, profissionais e donos de concessões. Melo (2001) ressalta que é de responsabilidade da sociedade enfrentar a atual situação da mídia no Brasil e fazer com que a televisão seja feita por todos aqueles que são excluídos.

Comparato (2001) afirma que se a operacionalização correta das instituições democráticas julga a existência de costumes populares democráticos, e a televisão tem a capacidade de influenciar a mentalidade e as ações dos indivíduos, a democratização da televisão deveria ser a primeira e a principal tarefa de um programa que pretende implantar a democracia. O autor ainda continua e menciona que superação da via de mão única dos veículos de comunicação deve resultar no real teste da vida democrática que é o controle popular da ação dos governantes: “O sentido atual da verdadeira comunicação social é, ao contrário, o do plurilateralismo: do Estado para a sociedade e vice-versa, dos diversos grupos sociais entre si, tudo isso no espaço público de massa” (p. 307):

A relação mídias-democracia implica três instâncias: a instância política, a instância cidadã e, espremida entre as duas, se é que se pode falar assim, a instância midiática propriamente dita. É desta realidade que é preciso tomar consciência: não há relação dual entre o midiático e o político, como não há relação direta entre o midiático e o

cidadão. [...] cada uma dessas entidades se define através das outra [...] (CHARAUDEAU, 2015, P.277).

Quando poucos indivíduos falam e se expressam, é ocasionado um silenciamento de grande parte da população e as condições para a massificação generalizada da sociedade é gerada (GUAESCHI, 2013).

Diante da reflexão proposta aqui, e tendo em vista que um dos grandes problemas dos meios de comunicação é a falta de pluralismo e diversidade no conteúdo, Leal Filho (2006) expressa em um breve parágrafo a realidade brasileira em relação à mídia:

Tratada assim, a notícia se subordina à linguagem do veículo e aos seus interesses comerciais. Ficam de fora os verdadeiros protagonistas da vida real: as organizações não governamentais, os sindicatos independentes de trabalhadores, os negros, os índios, os sem-terra, as lutas femininas, a produção acadêmica crítica. (2006, p. 96)

Devido à falta de participação e pluralismo nos meios de comunicação também há um entrave à conquista da cidadania. Peruzzo (2002) diz que a conquista da cidadania exige o envolvimento dos indivíduos “condicionando o status de cidadão à qualidade da participação”. Sendo assim é fundamental que as pessoas sejam representadas na mídia, especialmente porque, como afirma Carranca (2008), os veículos de comunicação devem garantir a participação de todos os setores da sociedade – independente de raça, religião, orientação política e etc. – para formar uma sociedade justa e igual.

Peruzzo (2002) ainda argumenta que são sempre os indivíduos que conquistam a cidadania e que “a participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa a tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária [...] o que resulta em um processo educativo sem estar nos bancos escolares”. Guareschi (2006) relata que é através da comunicação que os indivíduos exteriorizam o que pensam e expressam o que sentem, resultando em criatividade e em pensamento inovador, e além disso, fazendo uma comparação com a antiga sociedade Grega diz que nesta eram considerados cidadãos aqueles que participavam e falavam sobre seus projetos.

Ribeiro (2004) exprime muito bem a atual situação da mídia brasileira, destacando que a TV realiza um papel “demótico” e não democrático, já que destaca que a função dos atores sociais nos meios de comunicação, especialmente na televisão não é o de quem tem o poder, mas sim de quem é objeto e alvo desse poder. Desse modo, ao invés do povo ter o poder de participar e de provocar mudanças, ele sofre as consequências da disputa de poder entre os monopólios midiáticos. Assim, Ribeiro ressalta que tem-se apenas consumidores assistindo à TV, e não cidadãos que querem provocar mudanças no país em que vivem.

A primeira atitude a ser tomada é a regulação dos artigos da Constituição de 1988, por isso Guareschi (2013) ressalta que é extremamente grave a não regulamentação de pontos fundamentais do Capítulo referente à Comunicação Social, já que “o Estado administra apenas em nome do benefício do povo, nenhum particular, pessoa física ou jurídica, tem, pois, o direito de apropriar-se de bens públicos”. O autor ainda afirma que o cidadão deveria se manifestar sobre a renovação de concessão ou não, para evitar a violação das leis brasileira.

Um dos assuntos em discussão no Brasil para a maior participação dos indivíduos nos meios de comunicação, especialmente na televisão, é um serviço de rádiosfusão público. Guareschi (2013) diz que no Brasil recentemente foram dados os primeiros passos para que haja um serviço de comunicação público. O autor cita como exemplo a EBC, criada em 2007, que teria como objetivo gerir emissoras de rádio e TV federais. Por outro lado, a respeito desse assunto Guareschi traz uma pergunta: a EBC seria pública ou estatal, já que foi criada por decreto do governo? Também como exemplo o autor destaca a TV Cultura, que seria uma organização de interesse privado que possui autonomia política, intelectual e administrativa. Outro exemplo citado por Bucci (2010) é o das TVs Legislativas que não contam com conselhos independentes, mas são subordinadas funcional e diretamente aos dirigentes da Câmara ou do Senado. Como essas emissoras são serviços de divulgação dessas instituições e não de fiscalização elas não são consideradas emissoras públicas.

Guareschi (2013) chega à conclusão de que é difícil discutir o serviço público onde há as leis da competição, especialmente em um sistema de rádiosfusão, já que o Estado é fonte dos recursos financeiros o que impede o debate de pontos fundamentais de uma TV pública: a qualidade e a autonomia.

Para melhorar a situação da mídia no Brasil ainda há outras possibilidades, que certamente contribuiriam para a democratização da mídia e uma efetiva participação do público, como propõe a pesquisa da ANDI (2007). O documento ressalta a importância do direito de resposta. Há dois tipos de direito de resposta: o *ex ante* (antes da veiculação de determinado conteúdo) e o *ex post* (depois da transmissão de uma determinada notícia). O direito de resposta permite ouvir os dois lados da situação. Na Constituição Brasileira ele é assegurado, mas segundo o documento da ANDI, como ainda não foi regulamentado, e está submetido à Lei da Imprensa de 1967²⁶, o que limita o uso do direito de resposta.

O documento ainda traz como alternativa o Direito de Antena, que tem o objetivo de assegurar que grupos sociais e políticos participem de programação dos veículos de

²⁶ Lei completa disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm . Acesso em: 26 de julho de 2016

comunicação. De acordo com a ANDI (2007), apenas os políticos têm esse direito devido a legislação eleitoral, que permite a propaganda partidária gratuita. Outra medida possível, segundo a pesquisa de 2007, seria que através de uma lei os meios de comunicação fossem responsáveis pela promoção da esfera pública, através da apresentação de temas de interesse coletivo e questões controversas.

Guareschi & Biz (2005) trazem inúmeras alternativas, a começar pela criação de rádios comunitárias, que não podem fazer publicidade. As rádios comunitárias devem “se incluir no processo maior de educação para uma sociedade mais justa e igualitária” (LUZ *apud* GUARESCHI & BIZ, 2005). Além disso, através dos veículos de comunicação comunitários os indivíduos passam a conhecer as formas de seleção das notícias, os conflitos de interesse e a dinâmica do mercado, assim como a força da mídia (PERUZZO, 2002). Os autores também citam como exemplos os diversos observatórios de imprensa que existem. Eles contribuem para uma conscientização da realidade brasileira e são instrumentos de reflexão.

Um instrumento para a democratização da mídia que está em funcionamento no Brasil é o Fórum Nacional para a Democratização na Comunicação (FNDC)²⁷. O Fórum é uma entidade sem fins lucrativos, criado em 1991. Hoje reúne dezenas de entidades nacionais e regionais que discutem a democratização dos meios de comunicação. Guareschi & Biz (2005) ressaltam que o FNDC defende a necessidade de políticas públicas para a comunicação.

O artigo 224 da Constituição Federal propõe a criação de um Conselho de Comunicação Social. Como já debatido nesse capítulo, esse foi o único artigo que foi regulamentado do Capítulo V. Os Conselhos deveriam fazer parte da legislação estadual e municipal, mas Guareschi (2013), faz referência a um estudo de 2008 e aponta que apenas a legislação de oito estados brasileiros sinalizavam a criação e efetivação de um conselho de comunicação. Nos municípios a situação ainda é mais grave. Das 77 cidades com mais 200 mil eleitores, apenas três citavam a estruturação de um Conselho. Sendo assim, espaços que seriam importantes para o debate e a participação da comunidade, ficam em segundo plano, dificultando a democratização da mídia no Brasil, porque como afirma o documento da ANDI (2007) a “falta de prerrogativa para intervir na regulação das Comunicações, no entanto, acabou por limitar suas ações”.

Para que haja a democratização da mídia Guareschi e Biz (2005) ressaltam a importância da educação durante esse processo. Segundo os autores diante dos meios de

²⁷ Para mais informações sobre o FNDC: <http://www.fndc.org.br/>

comunicação é imprescindível haver um processo educativo que valorize a análise técnica e crítica do que é veiculado. É importante desenvolver um senso crítico diante das informações que são transmitidas a todos diariamente. Vale lembrar que atualmente no Brasil já existem TVs e rádios comunitárias, mas que são controladas por grupos privados ou não tem um propósito social efetivo. É necessário que haja também uma mudança nesse sistema para que esses veículos sirvam de porta de entrada para a democratização da mídia.

1.4 Jornalismo e as políticas sociais no capitalismo

O que difere as sociedades existentes atualmente são as relações que estabelecem e regem as forças produtivas (GUARESCHI, 2013). Para Guareschi existem as relações de produção, que contribuem para a sobrevivência material, e as relações de reprodução, que são indispensáveis para a perpetuação da sociedade.

Costa (2006) afirma que um dos principais objetivos da sociedade capitalista é a busca pelo lucro e que se não houver uma regulação sobre esse sistema ele vira anárquico e coloca em risco a existência do próprio capitalismo. Para Offe e Ronge (*apud* COSTA, 2006) existem quatro aspectos que estão presentes no sistema capitalista:

- a) Privatização da produção – a produção é realizada a partir da propriedade privada dos meios de produção, e quando o Estado é um produtor direto de bens e serviços, só o faz para “pôr à disposição do processo de produção privada, de forma permanente e com baixos custos, bens infra-estruturais como eletricidade, transportes, etc”.
- b) Dependência dos impostos – o sistema tributário depende do volume da acumulação privada.
- c) A acumulação como ponto de referência – “os agentes do poder estatal que – a fim de assegurar sua própria capacidade de funcionamento – obedecem, como seu mandamento mais alto ao imperativo da constituição e consolidação de um desenvolvimento econômico favorável”.
- d) A legitimação democrática – “O Estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação do poder político – segundo sua forma institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático-representativo; segundo o seu conteúdo, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação (OFFE E RONGE *apud* COSTA, 2006, p. 50).

Sendo assim, a partir do momento em que não há uma acumulação de bens, sem privatização de partes do processo de produção, não tem como haver capitalismo e também não tem como existir a reprodução da lógica dominante. Behring (1998) concentra-se em falar no capitalismo tardio onde há uma amplificação dos riscos e incertezas, acréscimo de mão-de-obra especializada, surgimento de empresas transnacionais, expansão do setor de serviços, a supercapitalização - que gera uma dificuldade na valorização do capital social, diferenciação

entre as formas de consumo das diferentes classes sociais e inflação permanente. Nesse processo a troca e a concorrência não deixam de estar presentes, segundo a autora.

Behring ainda afirma que esse processo surgiu no início da década de 70, no pós Segunda Guerra Mundial. É também nesse período - a segunda metade do século XX - que surgem as políticas sociais. Existe uma diferença conceitual entre políticas públicas e políticas sociais, que são relevantes para a discussão proposta aqui. Di Giovanni e Nogueira (2013) dizem que política pública é uma forma de intervenção do Estado, assim como uma modalidade de regulação política, onde acontecem lutas por direitos e distribuição. sendo assim eles consideram política pública como um tipo específico de ação política. Para Canela (2008) uma forma simplificada relata que políticas públicas seriam as ações dos poderes públicos realizadas com o objetivo de assegurar os direitos dos cidadãos. Já Pereira (2008) amplia um pouco o conceito de política pública, dizendo que essa é uma ação pensada e planejada, que conta não apenas com a participação do Estado, mas também da sociedade. Di Giovanni (2008) relata que o conceito de política pública está sempre em evolução, uma vez que ela se refere a realidade das relações entre Estado e sociedade, e esta permanece em constante mutação.

O termo política social, de acordo com Vianna (2002) é difícil de ser conceituado porque as definições impostas a expressão, segundo a autora, são muito vagas. Pereira (2008) diz que política social é uma modalidade da política pública. As políticas públicas, afirma Canela (2008), devem ser sempre seguidas de um qualificador, as áreas específicas nas quais o Estado deve atuar que foram sendo definidas ao longo do tempo. Di Giovanni (2008) explica que política social seria o conjunto de políticas públicas voltadas para a proteção social, e que as políticas sociais não se definem através das decisões, mas sim por meio de seus objetivos. Para Vianna (2002) toda a forma de conceituação de política social é mera convenção, e que para fins acadêmicos esta é atribuída como uma ação do governo com objetivos específicos direcionados a proteção social.

Segundo Di Giovanni e Nogueira (2013), elas foram estabelecidas com as mudanças demográficas e de urbanização, com a industrialização e a revolução tecnológica em diversas áreas, além da ampliação de sistemas educacionais, e transformações no modo de vida. Depois da Segunda Guerra as políticas públicas tomaram uma configuração específica de relações de poder, constituindo uma probabilidade de ação coletiva.

A política pública resulta da relação entre os diferentes atores sociais que não são diferentes somente do ponto de vista da idade, sexo, da cor, da etnia, uma vez que estão impregnados de valores, crenças, opiniões e ideologias divergentes, assim como alocados em

diferentes estruturas sociais. A política é uma possibilidade de solucionar conflitos sem acabar com os indivíduos possuidores de diferentes interesses, e com os ganhos expressivos nas relações do cotidiano (PEREIRA, 2008). Três características das políticas públicas são ressaltadas por Pereira (2008), citando Lasswell: a multidisciplinaridade, o intervencionismo e a normatividade.

A política pública, segundo a autora, privilegia o Estado como o produtor exclusivo de política pública, o que favorece a relação distinta entre Estado e sociedade como sujeitos essenciais. Sendo assim, a política pública não é só do Estado, uma vez que para que ela exista a sociedade precisa participar de forma ativa e decisiva, e o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal:

Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, res (coisa), pública (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo (PEREIRA, 2008 s/p).

Elaboradas para suprir as necessidades de uma sociedade que estava passando por um momento de transformações, as políticas sociais foram fundamentais para a configuração dos indivíduos e a forma como esses se relacionam nas diferentes esferas da vida contemporânea. Porém, hoje em dia as circunstâncias são outras e a globalização, como já citado nesse trabalho, tem um papel fundamental na elaboração e difusão das políticas sociais.

Com a aceleração do ritmo de vida da sociedade, o Estado precisa de mais soluções em uma velocidade muito maior, porém nem sempre está preparado para isso, especialmente financeiramente. Segundo Di Giovanni e Nogueira (2013) todos esses fatos vêm a ocasionar crises de legitimação e dificuldades de planejamento, regulação e direção. Os governos atualmente se adequam a situações que são estabelecidas e administradas por instituições de cunho econômico, com isso o capital é a força motriz, e todas as decisões são tomadas com base no dinheiro e no mercado.

Independentemente de serem voltadas ou não para os interesses do mercado, as políticas sociais são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade. Canela (2008) afirma que elas servem para garantir os múltiplos direitos que são assegurados a todos os cidadãos por lei. Pereira (2008) explica que as políticas públicas estão relacionadas aos direitos sociais, já que têm como objetivo promover a igualdade, justiça social e permitem a participação ativa dos sujeitos sociais, ou seja, são as políticas sociais que permitem que os direitos sociais sejam concretizados.

Os direitos sociais estão sempre em constante transformação e devem se adaptar de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade. Para isso, é necessário a participação dos atores que constituem esse conglomerado. Soares (2009) apresenta o argumento de que para que haja cidadania, os indivíduos necessitam expressar suas indignações, problemas e interesses. O autor ainda relata que a mídia é um fator fundamental nesse processo de construção da cidadania, já que os meios de comunicação colaboram para o acesso a todos os direitos (civis, políticos e sociais), uma vez que através da mídia os sujeitos podem se informar, fazer julgamentos e escolhas, sobretudo nas políticas sociais, porque elas têm reflexos positivos ou negativos nos direitos sociais.

Miguel (2002) relata que na maioria das vezes os discursos apresentados nos veículos de comunicação não expressam a diversidade de opiniões e as contradições existentes nas sociedades contemporâneas, o que resulta em uma tendência a manipulação e uniformização de ideias e produtos. Dentro dessa perspectiva de ocultação de certos aspectos pela mídia, Soares (2009) diz que os temas sociais muitas vezes são esquecidos ou abandonados pelos veículos de comunicação, especialmente pela lógica da mercantilização das notícias e dos meios de comunicação, que acabam por interferir no que deve ser transmitido:

(...) os meios de comunicação, num contexto hegemônico capitalista, possam, a partir das pressões de classes ou de segmentos diferentes da sociedade, constituir o próprio espaço público mediatizado, capaz de viabilizar a interlocução, o debate, no âmbito da sociedade civil. No entanto, esse espaço é sempre objeto de um questionamento e não um lugar estático, de modo que o valor da tradição crítica está exatamente em salientar os estreitamentos, os oligopólios e manipulações, e reivindicar novas configurações, de modo a ampliar o número e o volume das vozes discordantes das maioria (SOARES, 2009, P. 267).

A mídia tem grande capacidade de influir sobre todos os aspectos, especialmente na formação da opinião dos indivíduos e na preparação de diversos processos existentes na sociedade. Canela (2009) ressalta que os veículos de comunicação também estão presentes de forma direta em todas as etapas de elaboração das políticas públicas. O autor comenta que uma política pública surge durante a campanha eleitoral, quando a mídia tem a função de repassar as informações para os eleitores e mantê-los a par das propostas de cada candidato. Depois do fim das eleições, o escolhido pelo voto popular tem a missão de escolher qual área será dada prioridade, o que, segundo Canela, poderá ter influência direta com o que é apresentado nos veículos de comunicação e com a forma como estes mostram os diferentes assuntos.

Após a escolha das áreas prioritárias é necessário elaborar as ações que serão implementadas nesse substrato, e novamente o político recorre à mídia para convencer os sujeitos que vão colaborar para a execução dessa política pública. Nessa etapa, a apresentação

de opiniões divergentes sobre os projetos que estão sendo planejados na mídia colabora para o surgimento de políticas públicas mais diversificadas. Depois de ser desenhada, a política pública passa para a fase de aprovação no Legislativo, e se aceita, será efetivamente executada. É nessa etapa de execução que os meios de comunicação têm um papel fundamental, já que a mídia passa a fiscalizar a operação dessa política pública. Os veículos de comunicação também têm contribuição na avaliação dessa política pública, já que ela pode ter sido executada de forma legal, mas ter obtido resultados ineficazes (CANELA, 2009).

É perceptível que os meios de comunicação estão diretamente relacionados com a elaboração, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas, e assim consequentemente das políticas sociais. Ao mesmo tempo em que o acesso à informação é um direito de todos (SOARES, 2009), os meios de comunicação que, transmitem essa acontecimento contribuem para a garantia dos direitos sociais. Canela (2008) exalta quatro características dos veículos de comunicação que são de extrema importância para a execução das políticas sociais: a capacidade de agendamento, enquadramento dos acontecimentos, construção da informação e controle social. Essas facetas da mídia são essenciais para as políticas públicas, já que os meios de comunicação agendam as políticas públicas que serão discutidas pela população, a forma como vai ocorrer esse debate, elaboram a notícia de acordo com os próprios interesses, além de contribuir para a fiscalização dessas políticas públicas.

Como dito por Pereira (2008), nem toda política pública tem surgimento no Estado. Mas mesmo que a origem dessa política venha a partir das necessidades da comunidade, a mídia também irá exercer um papel crucial. Isso vem a acontecer porque os veículos de comunicação influenciam diretamente na opinião das pessoas. Então se um jornal ou canal televisivo disser que não estão sendo realizadas políticas sociais em uma determinada área, as pessoas irão se mobilizar. Assim, se os problemas que existem, forem apresentados de forma contínua pelos veículos de comunicação, os sujeitos sociais vão cobrar mudanças. Os meios de comunicação também podem impactar quando não estão de acordo com uma determinada política social, uma vez que quando isso acontece, é possível que os veículos de comunicação expressem a uma ideia negativa e influenciem a opinião dos indivíduos.

Outro ponto em que a mídia exerce um papel social é na não-ação dos governos. Pereira (2008) comenta que a não-ação do Estado perante uma determinada situação também é uma forma de política pública. A partir do momento em que há essa não-ação a mídia pode ignorar o fato por não achar importante e pode repercutir tanto de forma positiva quanto de maneira negativa, novamente influenciando as decisões e julgamentos do espectador.

A questão política está sempre sendo retratada pela mídia, mas Canela (2008) apresenta uma diferença que muitas vezes é feita pelos veículos de comunicação: a separação entre política partidária e a política pública. O autor ressalta que a primeira é muito presente em rádios, jornais e na televisão, principalmente através de negociações de parlamentares, votações no congresso, apresentação ou saída de ministros e declarações ou aparições em eventos. Entretanto, as políticas públicas são retratadas de forma diferentes, geralmente ocupando um lugar de menos destaque, e ainda segundo o autor, só são retratadas quando sua ausência ou ineficácia são refletidas em algum indivíduo.

A forma como a mídia foi constituída no Brasil também contribuiu para interferência dos veículos de comunicação nas políticas sociais. Com os oligopólios, surgem os interesses econômicos, a falta de informação do atual momento da mídia por parte dos indivíduos e a ausência de interesse para mudar a situação. Os meios de comunicação passam a ser meros reprodutores dos interesses do mercado, não dando voz aos atores sociais, o que acaba por excluir uma parte fundamental do processo de construção das políticas sociais e conseqüentemente da possibilidade de todos terem acessos aos direitos sociais.

2. Jornalismo televisivo e Valores-notícia

No mundo da comunicação tudo é uma questão de escolha, não apenas do conteúdo a transmitir, e da forma de apresentar a notícia, mas também a decisão dos efeitos de sentido para influenciar os outros (CHARADEAU,2015). Justamente por essa questão de escolha é que foram criados os valores-notícia. Os primeiros autores a elaborarem o conceito de valor-notícia foram Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge em 1965. Eles afirmaram que a emissão de informação era contínua e que isso mostrava o fato de que sempre alguma coisa estava acontecendo com alguém em alguma parte do mundo. Ainda segundo os autores, como o telespectador não é capaz de registrar tudo o que acontece no mundo porque a quantidade de fenômenos ocorridos é grande e não é possível absorver todas as informações, é preciso selecionar e questionar o que chama a atenção, por isso eles elaboram uma lista de fatores que ajudam a determinar o que vai ser noticiado, os quais ficaram conhecidos como “valores-notícia”.

Na década de 80, Ericson, Baranek e Chan, (*apud* Traquina, 2005b²⁸), expandem o significado dos valores-notícia. Por isso eles dizem que os valores-notícia não são indispensáveis, mas ajudam os jornalistas - que decidem o que vai ser noticiado - a reconhecer a relevância dos fatos e contribui na hora de fazer as escolhas diante das alternativas (ERICSON, BARANEK e CHAN *apud* TRAQUINA, 2005b).

Essa seleção que os jornalistas fazem também tem a capacidade de influenciar diretamente na forma como as pessoas enxergam a realidade, ou seja, as representações sociais do mundo. Traquina (2005b) destaca que essa visão que os jornalistas possuem do cotidiano, na maioria das vezes, é negativa, e que tem origem nos valores-notícia.

Esses são conceitos que os profissionais do jornalismo usam para selecionar os fatos no mundo real e colaboram na elaboração das histórias contadas sobre a realidade (TRAQUINA, 2005b). John Hartley (2001, *apud* GOMES, 2006) especifica bem essa ideia e fala ainda que a interpretação e percepção do mundo tem origem nessas tipificações que se tornam comuns no mundo jornalístico e que contribuem para a formação do senso comum²⁹.

Por sua vez, Wolf (2012) amplia o conceito de valores-notícia. Ele afirma que essa classificação não está presente apenas quando o jornalista seleciona o acontecimento que vai ser noticiado para o público, mas que eles acabam se perpetuando durante o processo de produção da reportagem, isto é, no momento da escolha dos entrevistados, na forma de

²⁸ Tentou-se procurar a pesquisa original de Ericson, Baranek e Chan, mas o trabalho realizado pelos canadenses não está disponível.

²⁹ A discussão sobre senso comum está presente no capítulo 3 desta pesquisa.

escrever o texto e até mesmo na edição do material obtido. Assim, os valores-notícia fazem parte dos procedimentos posteriores ao da opção por qual acontecimento será transmitido (WOLF, 2012, p 202). Mauro Wolf ainda faz um alerta sobre os valores-notícia, ressaltando que a importância dessa tipificação e dos fatos se modifica de acordo com o processo de construção da reportagem.

Joselindo Luiz Guerra (2003, *apud* SOARES, OLIVEIRA, 2007) concorda com Wolf (2012) e diz que os valores-notícia vão colaborar para o processo de produção da notícia e também contribuir para a maior compreensão do fato e dos indivíduos envolvidos no assunto. Assim, a elaboração da notícia inicia no momento em que as informações sobre um determinado evento são apuradas e tem continuidade durante a edição do telejornal, já que este acaba incorporando os valores de cada notícia que é veiculada (SOARES, OLIVEIRA, 2007, p 10).

Outro conceito pertinente é que os valores-notícia também são capazes de interferir na seleção de quais acontecimentos são mais importantes que outros, e estão presentes na maneira como o material obtido dentro da redação é tratado (SILVA, 2014). Silva afirma que diante de uma grande quantidade de acontecimentos é preciso criar uma classificação para definir quais notícias devem ser divulgadas ao público (SILVA, 2014).

Logo, como os valores-notícia influenciam diretamente na forma com que os fatos que vão ser veiculados são selecionados, eles acabam se tornando relevantes na rotina produtiva das redações. Esta ideia está presente nas palavras de Alfredo Vizeu (2000) que ressalta que os valores-notícia são fundamentais, principalmente por causa do pouco tempo disponível para a execução da pauta, e estão presentes em todo o processo de edição:

Ou seja, não se pode entender os critérios de seleção só como uma escolha subjetiva do jornalista, mas como um componente complexo que se desenrola ao longo do processo produtivo. Critérios esses que estão relacionados com a própria noticiabilidade do fato (VIZEU, 2000 p.122).

A noticiabilidade³⁰ do fato citada por Vizeu (2000) está intrinsecamente conectada a importância que o acontecimento tem para a sociedade. Moreira (2006) afirma que a construção da notícia está ligada diretamente a sua relevância para a comunidade. Primeiro, deve-se saber se o acontecimento é importante e significativo, para depois dizer que ele é notícia (MOREIRA, 2006).

³⁰ Por noticiabilidade compreende-se a capacidade do acontecimento se transformar em notícia.

A notícia é o acontecimento que tem importância para o público, por conseguinte, a relevância do fato depende da análise feita pelo jornalista, que vai dizer se o evento vai ou não virar notícia e se deve ser tornado público (CURADO, 2002). Os valores-notícias podem ser percebidos na escolha dos acontecimentos. Dessa maneira, os fatos selecionados para fazerem parte do telejornal, muitas vezes são os que foram escolhidos pela comunidade por terem mais relevância ou também por terem mais valor para o veículo que os divulga (SOARES, OLIVEIRA, 2007). Isso acontece porque mesmo que na maioria das vezes seja o telejornal que acaba agendando os assuntos debatidos pela sociedade, há casos em que a força dos atores sociais se mostra importante, e por isso é apresentada nos telejornais. Contudo, deve-se considerar que geralmente quando algum fenômeno de interesse dos sujeitos é transmitido nos veículos de comunicação é porque a mídia tem interesse em divulgar o assunto, ou porque se não virar notícia a repercussão será negativa para a empresa da comunicação.

A criação dos valores-notícia está inteiramente ligada na forma como o que vai ser veiculado é escolhido. Para Kunczik (*apud* MOREIRA, 2006) esses conceitos só podem ser relacionados à seleção da notícia, já que a origem desses valores não está ligada a nenhuma peculiaridade da profissão jornalística, e que os valores-notícia tem origem na intuição dos jornalistas³¹ sobre o que interessa a um determinado público, isto é, o que chama a atenção.

Tuchman (*apud* VIZEU, 2000) acredita que os jornalistas desenvolvem classificações dos fatos para controlar e padronizar o material. O autor sinaliza que nessas tipificações, as características relevantes são fundamentais para a resolução de problemas que fazem parte da atividade diária do jornalista. Silva (2014) diz que a classificação deve ser estabelecida com as qualidades dos acontecimentos. Os valores-notícia são fundamentais na elaboração da notícia, e as suas características resultam de outros critérios e fatores que definem o que vai ser veiculado (SILVA, 2014). É importante ressaltar que para Charaudeau (2015), os meios de comunicação ao decidirem os assuntos que devem ser debatidos convencem a opinião pública de que o debate social é o que é apresentado pela mídia.

Os valores-notícias são critérios qualitativos, atribuídos pela visão particular que os jornalistas têm do mundo, para selecionar – entre os mais diversos acontecimentos diários – o que vai ser veiculados pelos meios de comunicação. É impossível dissociar os valores-notícia das representações sociais. Apesar de diferentes autores terem elaborado listagem de valores-

³¹ Como a seleção dos eventos que vão ser noticiados depende exclusivamente da intuição do jornalista, é possível dizer que as reportagens transmitidas na mídia são representações da realidade, elas não podem ser ditas como verdade, porque a percepção do jornalista e dos meios de comunicação interfere na hora de veicular um fato na mídia. Uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre veículos de comunicação e representações sociais está presente no capítulo 3 deste trabalho.

notícias, eles são muito subjetivos, e acabam se tornando uma via de mão dupla em relação às representações sociais, uma vez que os valores-notícia contribuem para a elaboração das representações sociais e são ao mesmo tempo resultantes destas.

2.1 Tipos de valores-notícia

No estudo pioneiro feito por Galtung e Ruge em 1965, foram definidos 12 valores-notícia que geralmente estão presentes nas informações veiculadas na mídia: a frequência do acontecimento, a amplitude do evento, a clareza e falta de ambiguidade, a significância, a consonância, o inesperado, a continuidade, a composição da notícia, a referência a nações de elite, a referência a pessoas de elite, a personalização e a negatividade. Esses conceitos estão sendo constantemente atualizados desde que foram elaborados na década de 60. Por outro lado, há elementos que devem ser destacados, como por exemplo, a negatividade que é citada por Galtung e Ruge (1965) como elemento importante por apresentar vários requisitos dos outros valores-notícias elencados anteriormente. Os autores dizem que todos esses valores-notícias estão interligados entre si e que não existe uma forma de escolher qual deles é mais relevante, justamente devido à interdependência existente entre eles.

Outro fator que é possível assinalar na classificação de Galtung e Ruge é a importância atribuída às nações e às pessoas de elite. É notável perceber que as classes dominantes e os países que possuem controle da economia e da política mundial sempre tiveram lugar de destaque na mídia. Além da influência que possuem, os veículos de comunicação ajudam perpetuar determinadas ideias e a manter a sociedade em um estado de estabilidade, não contribuindo para provocar mudanças e para dar espaço a quem muitas vezes já é criminalizado pela sociedade. Assim existe um ciclo irrompível, no qual as elites, por sua força, e muitas vezes pressão, conseguem ocupar todos os espaços, inclusive os que deveriam servir para a livre expressão de todos os cidadãos.

Uma das atualizações da classificação de Galtung e Ruge foi feita em 1987 pelos pesquisadores canadenses Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan. Para estes autores, os valores-notícia não são mandatários, mas servem como orientação para os profissionais selecionarem o que deve ser notícia ou não. É importante destacar uma importante reflexão sobre a visão dos autores, que não consideram o fator “elite” como um dos valores-notícia, atribuindo importância a outras questões, como a comunidade, para selecionar o que é notícia.

Contudo uma das classificações mais utilizadas foi feita pelo italiano Mauro Wolf (2012) que divide os valores-notícia em critérios (Tabela 1) estabelecidos de acordo com a origem de aceitação de cada valor-notícia que está implícito na sociedade, das suas

considerações sobre o carácter substantivo das notícias, da disponibilidade do material e do produto informativo, do público e da concorrência. O autor faz uma classificação diferenciada por acreditar que os valores-notícia não são utilizados apenas para a seleção dos fatos, mas também durante todo o processo de produção da notícia, até ela chegar ao espectador.

Tabela 1: Valores-notícia estabelecidos por Mauro Wolf (2012)

| Valores-notícia Mauro Wolf (2012) | |
|------------------------------------|---|
| Critérios Substantivos | Relativos a importância e ao interesse da notícia. O autor diz que a relevância é determinada por quatro variáveis: a hierarquia das pessoas envolvidas, o impacto e o interesse da comunidade, a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento e a relevância futura do assunto. Vemos ainda neste critério a presença da proximidade. |
| Critérios relativos ao produto | Relacionados ao acesso e a possibilidade dos jornalistas irem até o evento e fazerem a matéria. Atribuem também as características específicas de cada fato, para avaliar se ele vai ser notícia ou não, onde são levados em consideração a brevidade do fato, a novidade, se houve infração e o equilíbrio do jornal. |
| Critérios relativos ao meio | Ligado ao tipo de veículo em que a notícia vai ser veiculada, onde são levados em consideração a visualidade dos fatos, a frequência dos acontecimentos e o formato em que o fato vai ser divulgado. |
| Critérios relativos ao público | Relativos ao público ao qual a notícia é destinada. Os jornalistas conhecem pouco do público para qual estão reportando o acontecimento, então eles usam artefatos como a clareza da linguagem para que a notícia seja compreendida por todos. |
| Critérios relativos a concorrência | Relacionado a competição entre os veículos de comunicação. O autor diz que esse critério reforça o uso dos valores- |

| | |
|--|---|
| | notícia citados nos critérios anteriores. |
|--|---|

Fonte: Elaboração própria

Wolf (2012) ressalta que nem todos os valores-notícia são importantes da mesma forma, isto é, nem todos são relevantes para um acontecimento específico e o que determina essa relevância é a notícia em si³².

Outra classificação importante utilizada foi estabelecida por Traquina (2005b) que possui um olhar diferenciado na hora de estabelecer a classificação dos valores-notícia. Ele parte do princípio da subjetividade e do contexto do acontecimento, ampliando ainda mais os fatores de seleção das notícias. Apesar de não romper com as ideias anteriores, o autor é capaz de dar uma nova dimensão e desmembrar critérios que nas abordagens anteriores ficavam engessados.

Traquina (2005b) cita Bourdieu para explicar a sua classificação de valores-notícia, dizendo que os jornalistas realizam a seleção e a construção do que é escolhido, já que estes possuem uma visão particular do mundo. Assim, ele divide a classificação em valores-notícia de seleção e de construção das notícias (Tabela 2). Os valores-notícia de seleção são relativos ao momento da escolha dos acontecimentos e divididos em dois subgrupos: os critérios substantivos e os contextuais. Os substantivos são referentes a avaliação e a importância do fato e os contextuais são relativos a produção da notícia. Os valores-notícia de construção são as qualidades da criação do fato como notícia.

Tabela 2: Valores-notícia segundo Nelson Traquina (2005b)

| Valores-notícia Nelson Traquina (2005b) | |
|---|--|
| | <u>Morte:</u> é um critério fundamental e que explica o negativismo do mundo jornalístico demonstrado nos veículos de comunicação. Onde há morte há jornalistas. |
| | <u>Notoriedade:</u> Quanto maior for a importância dos personagens envolvidos |

³² Para maior esclarecimento dessa questão é possível citar como exemplo as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, que tiveram início na reivindicação pela diminuição do valor da passagem de ônibus. Um dos fatores que os jornalistas poderiam considerar para noticiar as manifestações seria a grande quantidade de pessoas que foram as ruas. Contudo a partir do momento em que houve violência por parte da polícia e dos manifestantes, a prioridade foi dada aos acontecimentos que expressaram esse tipo de ação, deixando o número de manifestantes em segundo plano. Sendo assim, o que determinou o fator de relevância da notícia é o acontecimento em si.

| | |
|--|--|
| <p>Valores-notícia de seleção - critérios substantivos</p> | <p>no fato, maiores são as chances do acontecimento se transformar em notícia.</p> |
| | <p><u>Proximidade</u>: a proximidade do acontecimento com a comunidade e com a cultura das pessoas que vão ser os receptores da notícia é importante.</p> |
| | <p><u>Relevância</u>: devemos informar as pessoas sobre os fatos que vão ter impacto na vida da comunidade, que vão ter significado para o público.</p> |
| | <p><u>Novidade</u>: os jornalistas se interessam por fatos que nunca aconteceram antes, algo que é registrado pela primeira vez.</p> |
| | <p><u>Tempo</u>: envolve a atualidade dos fatos e também permite que quanto mais relevante ele for, por mais tempo permaneça como notícia.</p> |
| | <p><u>Notabilidade</u>: é a qualidade de ser visível. Relacionado com o tamanho, a abrangência dos acontecimentos.</p> |
| | <p><u>Inesperado</u>: um evento que surpreende os jornalistas e as pessoas, por ser algo que não estava previsto para acontecer.</p> |
| | <p><u>Conflito ou Controvérsia</u>: a violência, principalmente entre líderes, dá mais noticiabilidade e ilustra o fato.</p> |
| | <p><u>Infração</u>: a violação das regras vai ser notícia, já que se refere a algo que foge da rotina de parte das pessoas.</p> |
| | <p><u>Disponibilidade</u>: a facilidade, o tempo e o acesso da equipe para realizar a pauta.</p> |
| | <p><u>Equilíbrio</u>: se um veículo já falou muito sobre um determinado assunto pode ser que um novo evento relacionado a ele não seja notícia por o jornal já ter abordado inúmeras vezes o mesmo tema.</p> |

| | |
|--|--|
| Valores-notícia de seleção – critérios contextuais | <u>Visualidade</u> : é importante que um fato tenha elementos visuais para fotos ou gravação. |
| | <u>Concorrência</u> : dizer que o veículo foi o primeiro a divulgar um “furo” jornalístico tem um grande peso na notícia. |
| | <u>Dia noticioso</u> : para o evento virar notícia vai depender dos outros acontecimentos registados naquele dia. |
| Valores-notícia de construção | <u>Simplificação</u> : os jornalistas devem escrever as notícias da forma mais clara e mais simples possível. |
| | <u>Amplificação</u> : quanto maior for o acontecimento, quanto maior for a sua amplitude, maiores são as chances do fato virar notícia, assim como a possibilidade de ampliar os fatos também é usada para conquistar a audiência. |
| | <u>Relevância</u> : o fato deve ser importante, ter significado para comunidade que vai ser a receptora daquela notícia. |
| | <u>Personalização</u> : se torna necessária como valor-notícia porque facilita a identificação do evento para as pessoas, já que está representado por um indivíduo. |
| | <u>Dramatização</u> : a dramatização está ligada a forma emocional e dramática com que alguns fatos são relatados pela mídia. |
| | <u>Consonância</u> : a notícia deve ser interpretada em um contexto já conhecido pelas pessoas. O repórter relaciona o fato com algo já acontecido anteriormente. |

Fonte: Elaboração própria

Traquina (2005b, p 93) destaca que os valores-notícia são compartilhados por todos os jornalistas e são de conhecimento dos profissionais, mas mesmo assim a política editorial do veículo de comunicação pode influenciar na hora da escolha do que vai ser notícia ou não.

Logo, é possível perceber alguns pontos em comum entre os valores-notícia desses quatro autores. Todos eles estabelecem a relevância como valor-notícia, ou seja, o que é importante para a comunidade deve virar notícia. Wolf (2012) diz que os acontecimentos considerados relevantes são escolhidos obrigatoriamente.

Outros critérios citados por todos os autores são o inesperado e a novidade. O que acontece pela primeira vez, o que é inédito são fatores que contribuem para que um evento seja noticiado. Traquina (2005b) diz que para os profissionais que trabalham com jornalismo uma das questões mais importantes é saber o que há de novo.

Na construção das categorias de análise da pesquisa serão usados os valores-notícia estabelecidos por Mauro Wolf (2012) e Nelson Traquina (2005b) uma vez que estes apresentam uma visão amplificada dos critérios de seleção e acreditam que os valores-notícia estão presentes não apenas na seleção dos eventos, mas também em sua construção e durante o processo de produção dos fatos. A classificação de Wolf (2012) também foi escolhida por ele direcionar muitos critérios para o meio televisivo.

2.2 Valores-notícia, tendência na televisão e sensacionalismo

Como este trabalho pretende analisar dois telejornais brasileiros, a reflexão sobre os meios de comunicação e os valores-notícia será limitada à televisão. Este veículo de comunicação foi escolhido, como já dito anteriormente, por estar presente na casa de quase todos os brasileiros e por permitir a recepção da informação por um grande número de pessoas ao mesmo tempo. A centralidade da televisão nos tópicos a seguir deve-se a esse fator e também para objetivar a discussão teórica desta pesquisa.

A notícia televisiva é formada por fragmentos da realidade. Então para ser considerado um desses fragmentos um fato deve ser marcado por um elemento de forte unificação, ser parte de uma grande narrativa, ter um impacto passional forte ou ser noticiado de maneira espetaculosa. Para Calabrese (2001, *apud* COUTINHO, 2003) esses são critérios que definem o que vai ser notícia na TV. Vizeu (2000) compara a narrativa telejornalística à contação de histórias, por isso ele diz que o contexto das redações modela o conteúdo das notícias e as reportagens ganham forma através de técnicas que tiveram origem no ato de contar histórias.

Iluska Coutinho (2003) afirma que os critérios usados na seleção das notícias e na produção destas nos telejornais têm semelhanças com a dramaturgia ou com a narratividade. Logo, o uso de artefatos que permitem a transformação do fato em narrativa, com a presença de conflitos e identificação dos personagens, é uma característica significativa das notícias apresentadas nos telejornais.

Como já mencionado anteriormente, Mauro Wolf (2012) diz que os valores-notícia estão presentes em todo o processo de construção da notícia. Assim a distorção involuntária gerada pelos valores-notícia se reproduz em cadeia em todas as etapas do trabalho do jornalista. Para ele, os critérios de relevância são disseminados até se tornarem critérios de saliência para os leitores.

Muitas vezes os veículos utilizam-se dos valores-notícia para dar o tom de narratividade e dramaticidade como destaca Coutinho (2003). Um destes valores-notícia é a amplificação, citado por Traquina (2005b, p.70), que mostra como exemplo uma situação muito usada em manchetes: “Brasil chora a morte de Senna”. Através desse exemplo, o autor demonstra que diversas vezes um fato que já tem grandes proporções é amplificado pela mídia. Em concomitância, Galtung e Ruge (1965) dizem que a amplificação é um limiar pelo qual o evento terá que passar antes de ser noticiado.

Outro valor-notícia muito presente nas matérias jornalísticas é a relevância ou significância do evento. Golding-Elliott citado por Wolf (2012) acredita que a relevância de um fato pode ser apresentada sobre dois aspectos como critério de seleção: seja sobre as instituições governamentais, seja sobre as hierarquias da sociedade, estando assim presente em todas as reportagens conforme as palavras a seguir:

Itens³³ que possam ser enfadonhos, repetitivos, não visualizáveis devem ser incluídos, do mesmo modo, não obstante o desinteresse do público. O item refere-se a algo que o público deve conhecer [...]. Muitas vezes, a importância é aplicada às notícias políticas e externas (Golding-Elliott, 1979, *apud* WOLF, 2012, p 208).

Ainda sobre o valor-notícia da significância, Ericson, Baranek e Chan (*apud* TRAQUINA, 2005b) destacam que antes mesmo que o fato se desenvolva, o jornalista já prevê o acontecimento, o que torna a notícia previsível ou distorcida. Os autores ainda falam que se constrói uma ideia estereotipada dos acontecimentos para garantir a ideia de uma eterna repetição. Através dessa construção de imagens pré-estabelecidas é criado o valor-notícia da consonância. Galtung e Ruge (1965) dizem que quanto mais o jornalista estiver preparado para a ocorrência dos fatos, mais fácil será para ele distorcer as percepções vindas do evento e munir-se de ideias consonantes com o que ele queria.

Coutinho (2003) diz que as somas dessas repetições resultam nas histórias apresentadas pelos telejornais. Ela ainda destaca que as reproduções dos fatos são feitas pelo

³³ Nesta citação de Golding-Elliott (*apud* Wolf) o termo “Item” se refere ao valores-notícia da relevância ou significância.

texto dos repórteres e apresentadores para ser uma cópia das ações humanas, gerando a dramatização. A parte visual é tão importante, que Pedro Maciel (1995) acredita que o texto deve ser apenas um suporte para aprimorar a informação que está sendo mostrada na imagem, já que ela possui um grande impacto visual e mostra os fatos com riqueza de detalhes. É importante ressaltar que a emoção da imagem não pode ser sufocada pelo texto (FACHEL, 2011).

Por isso, a dramatização é um dos valores-notícia considerado por Ericson, Baranek e Chan citados por Wolf (2012). Sobre esse critério, os pesquisadores ainda dizem que a noticiabilidade de um fato depende também da forma como esse fato é visto, se é relevante ou não na indicação de que ele terá um desenrolar dramático. Eles ainda dizem que a dramatização é considerada um limiar para o que vai ser notícia ou não.

A presença dos valores-notícia tem uma forte influência na sociedade, segundo Traquina (2005b). Para o autor, esses critérios ajudam a construir a sociedade como um consenso e também ajudam a estabelecer uma noção de unidade. John Hartley é citado por Traquina (2005b) para explicar que os valores-notícia funcionam como um indicador de ideologia e que as noções de sociedade, que a população possui, deriva dessa classificação. O autor vai além e diz que os critérios são capazes de definir o que seria a norma e o que seria o desvio de conduta, ou seja, os valores-notícia além de induzirem o senso comum e colaborarem para a perpetuação das normas vigentes na sociedade, são capazes de atribuir uma noção de moral cívica unificada, universalizando o conceito de moral e ética.

Em outras palavras Traquina (2005b) diz que os valores-notícia contribuem para a formação da ideia de coletividade sem pluralidade, deixando de lado as diferenças existentes entre os diversos grupos culturais. Em concomitância, tal ideia que complementa o raciocínio de Amaral (2003) que acredita que os jornais apelam para o gosto das massas, criando produções culturais feitas para serem compreendidas pelo imaginário e não pela razão. O autor fala que as matérias são construídas através de narrativas que são classificadas por símbolos, estereótipos, frases e imagens para conquistar a audiência.

Soares e Oliveira (2007) dizem que na televisão o que é notícia depende apenas do jornalista, e, isto é, o público não tem como dizer quais fatos gostaria que estivessem sendo noticiados. Elas também acreditam que a televisão é o meio onde a notícia é transmitida com mais agilidade e por isso:

Os noticiários televisivos propiciam uma visão monolítica dos acontecimentos, ou seja, apresentam uma versão que impede a análise através de pontos de vista diferentes (SOARES, OLIVEIRA, 2007, p 2).

Por apresentar uma versão específica dos fatos, Gomes (2006) ressalta que o telejornalismo influencia a percepção de mundo da sociedade. A autora fala que o telejornalismo é uma construção social porque cria uma concepção de economia, sociedade e cultura de uma forma própria e também cumpre um papel importante na formação desses conceitos.

É possível dizer que a televisão tem plena capacidade de criar representações sociais e de difundi-las para as massas, exercendo uma influência em larga escala e contribuindo diretamente para a construção do senso comum, uniformizando as opiniões e não dando espaço para a diversidade. Justamente por isso, é de extrema importância a democratização da mídia, uma vez que ao permitir a divulgação das diferentes percepções de mundo existentes, os atores sociais terão a possibilidade de absorver essa pluralidade de ideias e de elaborar de forma independente os significados da realidade. O ideal é que a concepção de cada sujeito social fosse baseada na diversidade de opiniões e não apenas construída com uma visão monolítica apresentada pelos grandes meios de comunicação.

2.3 A cobertura televisiva de manifestações e os valores-notícia

A presença da multidão nas reportagens de telejornais é constante, e a esse respeito Torres (2010) diz que ela está presente diariamente no fluxo televisivo, seja em manifestações, eventos ou catástrofes, porque nesses acontecimentos não há uma constância emocional das pessoas. Como já citado previamente, Vizeu (2000) acredita que isso acontece porque a televisão dá um aspecto mais dramático aos fatos, e grandes aglomerações populacionais têm essa tendência, fato que dá um caráter mais sensacionalista ao evento e que para Traquina (2005b), representa o valor-notícia da dramatização. Para Costa (2004) muitas vezes essa dramatização faz com que a TV tenha um efeito de ressonância, o que dá para as manifestações uma força que eles não teriam se agissem sozinhos.

A dramatização é um valor-notícia ressaltado pelo uso de imagens e som presentes na televisão. Torres (2010) enfatiza que a sonorização é um elemento fundamental na construção das reportagens, e é capaz de ampliar o impacto do fato e da imagem que está sendo narrada. Já Vizeu (2000) diz que os jornalistas consideram imagens boas e fortes imprescindíveis na edição de uma matéria.

Frente ao exposto, observa-se que em manifestações, os veículos televisivos utilizam imagens de vandalismo, depredações e violência. Situação explicada pelo valor-notícia do conflito ou controvérsia, citado por Traquina (2005b), quando diz que cenas de violência têm preferência na hora de serem veiculadas. Ericson, Baranek e Chan (1987) citados por

Traquina (2005b) também enfatizam que em mobilizações, as pessoas esperam ver esse tipo de acontecimento. Junto a isso, Daniel FôNSECA (2013) afirma que geralmente os principais meios de comunicação trabalham com uma linha editorial que se baseia na criminalização e na invisibilidade de segmentos sociais, marginalizando os movimentos sociais existentes e fazendo com que os objetivos destes sejam minimizados pela mídia, o que demonstra que os meios de comunicação utilizam diferentes critérios para públicos diferentes.

O fato descrito acontece pois muitas vezes os telejornais dão voz ao governo, administração de empresas e sindicatos, e na hora da manifestação não dão voz ao povo, ou seja, a quem está nas ruas. Assim a ação da população é reduzida e a sua interpretação é feita por outros atores que também estão nas ruas ou pela forma como os telejornais representam o fato (TORRES, 2010 p. 273). Pode-se perceber nas palavras de Torres a presença de dois valores-notícia estabelecidos por Galtung e Ruge (1967): a presença de pessoas de elite, no caso, representada pelos governantes e sindicatos, e também a personalização, o que demonstra que os meios televisivos procuram achar personagens para representar o fato.

Na veiculação de notícias sobre manifestações, o uso de personagens facilita o momento da construção da reportagem. Assim, para Torres (2010) montar uma reportagem com atores em cena faz com que o texto ganhe um tom de narrativa linear e ideológica, simplificando o acontecimento.

Alfredo Vizeu (2002) destaca que a televisão é um meio visual e auditivo, o que contribui para que ela tenha uma narrativa mais falada. Desse modo, o repórter faz menções dos seus próprios atos durante a reportagem. Além disso, o autor ressalta também que a televisão, como uso das imagens, dá mais preferência ao espetáculo, já que tem como descrever a imagem e o som. Segundo ele, a televisão mostra algo mais melodramático, revelando os dramas da população. Ainda de acordo com Vizeu (2000, p 129) isso faz com que o jornalista mostre os fatos de uma forma desproporcionada, dando importância ao espetáculo.

Torres (2010) ainda diz que muitas vezes o texto televisivo sobre protestos transmite a ideia de que a multidão representou a maioria silenciosa, que agiria em oposição a maioria ruidosa que fizeram parte do movimento desde o início.

Costa (2004) diz que a melhor maneira de se conseguir visibilidade em um veículo televisivo é criando algo novo, que tenha relevância para a comunidade. Para a autora, muitas vezes essas características estão presentes em fatos sociais como atos públicos, protestos e mobilizações. Logo, a partir dessa afirmação é possível perceber a presença de dois valores-

notícia: a novidade e a relevância. Assim, eventos nunca ocorridos e que têm grande importância para o público apresentam mais chances de virar notícia.

Os acontecimentos se adaptam aos critérios estabelecidos pelos jornalistas para que um fato vire notícia (MELO, GOLZIO, 2012). Para Costa (2004) da mesma forma que a mídia dá visibilidade ao fato, ela tem o poder de rotinizar e congelar os acontecimentos e fazer com que eles sejam interpretados de acordo com as suas intenções. Por sua vez, Alfredo Vizeu (2002) diz que os telejornais mostram apenas uma interpretação unificada dos acontecimentos, ou seja, ela só pode ser compreendida na sua totalidade, não pode ser vista por partes, conforme observa-se nas palavras do próprio autor: “O seu foco é pois o tema que perpassa a ‘estória’ e que se desenvolve à medida que a “estória” se desenrola do seu começo ao fim” (VIZEU, 2002, p. 90). Assim pode-se perceber que os jornalistas adaptam os acontecimentos ao sistema televisivo para ganhar visibilidade.

Através dessa reflexão é possível ver que os valores-notícia são importantes não só para a seleção e a construção da notícia, mas também para a reprodução do senso comum. Eles contribuem para a universalização das representações sociais, que sofrem uma grande influência das ideias apresentadas pelos meios de comunicação. As ideias apresentadas pela mídia representam a ideologia dominante, e por isso os atores sociais acabam perpetuando as mesmas concepções de mundo, não permitindo uma mudança da ordem social. Os valores-notícia tem uma contribuição essencial no trabalho do jornalista, mas é necessário cuidar para que essa classificação não acabe prejudicando a pluralidade de saberes e a diversidade cultural existente na nossa sociedade, assim como não deixar em segundo plano as lutas derivantes das demandas sociais.

2.4 As diferentes formas de informar em televisão

Por envolver diferentes veículos de comunicação, o jornalismo apresenta as notícias de diversas maneiras. Ao falar em telejornalismo as informações podem chegar ao telespectador de diferentes formas. Segundo Maciel (1995) cada uma das maneiras de veiculação das notícias na televisão tem características próprias e são usadas de acordo com a existência ou não de imagens ou fontes para serem entrevistadas. Utilizando as classificações de Maciel (1995), as notícias podem ser veiculadas através de notas peladas, notas cobertas, flashes ou boletins, reportagens e entrevistas dentro dos telejornais.

Para Maciel (1995) a **nota pelada** consiste na forma mais simples de apresentar uma notícia na televisão. A nota pelada é quando a informação é lida pelo apresentador do telejornal, ao vivo, sem a presença de imagens e é utilizada quando a emissora julga que a

informação é importante e deve ser veiculada. Elas são usadas apenas em algumas ocasiões: para suprir a escassez de imagens de uma notícia, quando elas não chegaram a tempo na redação como diz Pedro Maciel (1995), e quando não há tempo ou equipe para ir até o local do ocorrido ou para noticiar um fato que ainda não aconteceu.

A **nota coberta** é diferente da nota pelada. Ela tem imagens que mostram o que o apresentador do telejornal está informando. As imagens podem ser colocadas ao vivo, durante a fala do apresentador ou através da edição em cima da narração, na maioria das vezes do próprio apresentador do telejornal. Pedro Maciel (1995) chama atenção para o fato que a nota coberta consiste em duas partes: a introdução à informação e a narração do repórter ou apresentador, e que ela deve possuir um texto harmonioso e em sequência lógica entre as duas partes.

O **flash ou boletim** é considerado uma forma de comunicar mais completa que a nota coberta ou a nota pelada. Maciel (1995) diz que geralmente o repórter é chamado do estúdio e quando o flash ou boletim é ao vivo exige um controle maior tanto do apresentador quanto de quem está passando a informação por causa do tempo. O repórter deve saber a quantidade de informação a ser repassada no tempo estipulado e o apresentador tem que cortar sutilmente, caso esse tempo se exceda.

A **reportagem** é o meio que apresenta a informação de forma mais completa e exige uma maior produção. Ela é composta por cabeça, off, boletim, sonoras e pé, de acordo com Maciel (1995). O autor diz que cabeça é a notícia propriamente dita, lida pelo apresentador no estúdio; o off é o texto do repórter narrado sobre as imagens; o boletim é a narrativa do repórter, no qual este está presente na cena; as sonoras são as entrevistas e o pé é um texto curto usado no encerramento da reportagem.

Ainda existem outras formas de informar em televisão, que não são relatadas por Maciel (1995), mas que pela prática do telejornalismo diária são fundamentais de serem citadas. Há as entrevistas dentro do telejornal, que acontecem quando alguma fonte oficial vai ao estúdio e concede entrevista ao apresentador, quando o assunto é atual e necessita de um maior aprofundamento ou é de grande relevância para a comunidade.

Também existem as entradas ao vivo dos repórteres de externa, presentes quando o fato relatado está acontecendo ao mesmo tempo em que o telejornal está sendo veiculado. Este formato está presente quando a factualidade do assunto é relevante, ou seja, quando o acontecimento deve ser relatado no momento em que ocorre para não perder a validade.

3. Representações Sociais e os meios de comunicação

O estudo da Teoria das Representações Sociais é de extrema importância para a execução deste projeto de pesquisa, uma vez que serão trabalhadas as diferentes concepções de mundo dos sujeitos e a forma como eles interagem através destas múltiplas percepções da realidade. A Teoria das Representações Sociais³⁴ será uma das categorias estudadas, visto que tem como ponto inicial a pluralidade dos indivíduos, ações e fatos, na sua singularidade e imprevisibilidade. Ela tem por objetivo aferir como as pessoas elaboram um lugar previsível e estável com tantas diferenças existentes. Assim as representações sociais são vistas como uma rede de imagens, ideias e metáforas, conectadas, dando a elas um caráter móvel (MOSCOVICI, 2000).

Moscovici (2000) define representações sociais como um sistema de ideais, ações e valores que possuem dois objetivos: criar uma forma das pessoas se orientarem no mundo e controlá-lo; e tornar a comunicação possível entre os membros de uma sociedade. Minayo (1999 P.89) relata que representação social é a “reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo ou do pensamento”. As representações sociais também são compreendidas como uma forma de expressar a realidade através da exteriorização do afeto e são capazes de revelar o poder de elaboração e mudança da realidade social (SPINK, 1999). Para Jodelet (2001), as representações sociais são:

[...] sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 2001, p. 5).

A partir destas reflexões compreende-se as representações sociais como formas que os sujeitos elaboram para poder transmitir a realidade - ou ao menos o que entendem da realidade - para outros indivíduos da comunidade, havendo assim uma real compreensão dos fatos que estão acontecendo e assim ocorrer um debate de igual para igual entre todos que fazem parte de um mesmo conglomerado.

As representações sociais têm como objetivo ajudar a compreender a convivência e a comunicação em um mundo onde existem indivíduos tão diferentes. A comunicação é

³⁴ A Teoria das Representações Sociais foi elaborada por Serge Moscovici no livro: “A psicanálise: sua imagem e seu povo” em 1961. Mas até hoje ela é muito utilizada, principalmente na psicologia, assim como também é alvo de muitas críticas, especialmente pelo fato de ter sua origem na corrente positivista. Com base em autores que escreveram sobre o assunto, aqui pretendo apresentar a Teoria das Representações Sociais, a conexão destas com manifestações e com os meios de comunicação, além de apresentar a ideia da Teoria no âmbito crítico dialético.

fundamental para as representações sociais, já que é através daquela que as pessoas podem internalizar os significados do que está sendo dito e os decodificar para que possa haver uma aferição da mensagem. Moscovici (2000) relata que os indivíduos apreendem o mundo como ele é e que as percepções e opiniões são uma resposta ao estímulo do ambiente em que vive-se, e que estão diretamente relacionadas a uma ideia que é comum a todos os membros da sociedade.

É através das representações sociais que a percepção da realidade é elaborada, realidade essa que não é a do sujeito, e sim a do outro. Por isso as representações sociais não são exclusivamente a percepção do indivíduo sobre um determinado fato, mas a maneira como alguém da comunidade em que ele vive tornou aquele fenômeno acessível para todos, fazendo com que realidade não seja exclusiva e se torne comum. As representações sociais são “fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social” (JOVCHELOVITCH, 1999 p. 79) e por isso não pode-se ver as representações sociais como a soma das representações individuais, isto é, elas devem ser compreendidas através de sua totalidade. Isso acontece porque “as representações sociais estão presentes tanto no mundo quanto na mente, e devem ser pesquisadas em ambos os contextos” (FARR, 1999 p. 46).

Duas funções são atribuídas às representações sociais: primeiramente elas são capazes de tornar convencionais indivíduos, fatos ou objetos, através da categorização e definição destes, tornando-os partilháveis para um grupo de pessoas. Em segundo lugar, as representações sociais são prescritivas, ou seja, elas têm a capacidade de se impor sobre as pessoas por meio de uma estrutura já fixa anteriormente. A representação depende essencialmente das interações entre as pessoas, ou seja, são feitas para alguém e possuem um objetivo. Goffman (1959, p.23) define interação como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações um dos outros.”, já Amoretti (2010), com base no trabalho de Moscovici elenca três características das representações sociais: elas são impessoais, uma vez que pertencem a todos; são representações de outros e por fim são representações pessoais.

Uma das funções das representações sociais explicitada por Moscovici (2000) é de que elas devem transformar algo não familiar em algo familiar. Isso acontece porque de acordo com o autor, a prática das relações sociais é de familiarização, quando os fenômenos e as pessoas são compreendidos através de ideias prévias, por isso “a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a realidade” (MOSCOVICI, 2000 p.59). Devido a esse fato para se compreender uma representação é necessário averiguar a característica não familiar que deu origem àquela representação.

Por meio dessa concepção de tornar familiar algo que é desconhecido, tem-se a construção do senso comum. Moscovici (2000) afirma que o senso comum é constantemente criado e recriado, principalmente onde o conhecimento se torna popular. O autor ainda afirma que na sociedade contemporânea o senso comum circula de cima para baixo, ou seja, acaba sendo o ponto de chegada. Sendo assim, no senso comum “os saberes se confirmam e se transformam por seus efeitos no cotidiano” (SCARPARO E PEDROSO, 2010, p.15). O senso comum sofre mutações de acordo com as transformações que vão ocorrendo nas sociedades ao longo do tempo, e logo estão relacionados ao contexto dos indivíduos e a forma como estes absorvem as representações sociais que tornam o extraordinário familiar.

Chaui (2000) apresenta algumas características do senso comum. Segundo a autora eles são subjetivos – exprimem sentimentos e opiniões; qualitativos – uma vez que atribuem qualidades; heterogêneos – já que os fatos analisados são diferentes entre si; individualizadores - cada item ou indivíduo se apresenta como autônomo; generalizadores – reúnem o julgamento que os indivíduos fazem em uma mesma opinião. Para a autora o senso comum também estabelece uma relação de causa e efeito e são reconhecidos pela constância e repetição. Na visão de Chaui isso faz com que os atores sociais interpretem a realidade que os cercam com preconceito. Na visão de Moscovici (2012), é fundamental que os meios de comunicação ajudam a estabelecer o senso comum, sendo este a representação da ideologia dominante. É perceptível que a mídia³⁵ tem uma função que vai além de ajudar na construção das representações sociais e ela também é responsável pela elaboração do senso comum na sociedade.

Frente a isso, as representações sociais ajudam na elaboração do senso comum, e os dois surgem através da comunicação que normalmente ocorre em espaços de convivência dos indivíduos, é possível dizer que as representações sociais têm origem na esfera pública de acordo com Jovchelovitch (2000). Elas envolvem ação, percepção e afeto e são inseparáveis das práticas do cotidiano, já que são constituídas de elementos culturais e históricos. É na esfera pública que as representações sociais são criadas, modificadas e fixadas, justamente porque esse espaço proporciona o desenvolvimento das representações sociais, e também porque as relações da vida pública são essenciais para sua formação. (JOVCHELOVITCH, 2000).

Segundo Jovchelovitch (2000), a importância da esfera pública para as representações sociais pode ser compreendida pelo fato de que estas possuem que um caráter social e se

³⁵ Este assunto será debatido com maior propriedade no item 3.1 deste capítulo

desenvolvem socialmente. Elas envolvem experiência individual, porém não são construídas por estas. A escritora ainda afirma que é através do encontro dos sujeitos nos diversos espaços da vida pública que surgem diálogos para dar significado ao cotidiano, e é assim que as representações são formadas. Spink (1999) acredita que as representações sociais devem ser relacionadas com as condições sociais que as produziram. Por isso, além de perceber que são formadas nos espaços públicos, já que é por meio das relações entre os indivíduos que as relações sociais surgem, é necessário identificar o contexto. As representações sociais são altamente complexas e necessitam de uma investigação que englobe diversos elementos, não sendo um processo de mão única, isto é, existe uma enormidade de variáveis que podem influenciar não só quem elaborou a representação social, mas elas em si.

Em uma análise sobre as representações sociais para os três principais autores da sociologia clássica, Minayo (1999) apresenta que para Marx a consciência surge por meio das relações sociais contraditórias e pode ser absorvida como resultado da base material em sujeitos específicos sob condições específicas. Isso acontece porque, como a autora demonstra, Marx acredita que a representação, o pensamento e as relações entre os homens dependem do comportamento material. A partir das leituras realizadas, há a convicção de que não apenas o contexto em que o indivíduo se encontra pode afetar as representações, mas também a forma como ele se comporta materialmente tem um reflexo nas ideias do sujeito e na forma como ele age e percebe o mundo, o que certamente irá ter impacto na maneira como este mesmo sujeito irá transmitir as mais diversas informações e conseqüentemente representar. Ainda mais que “enquanto a classe dominante tem suas ideias elaboradas em sistemas – ideologia, moral, filosofia, metafísica e religião - as classes dominadas também possuem ideias e representações que refletem seus interesses, mas numa condição de subordinação” (MINAYO, 1999 p.105).

Existem dois processos que dão origem a representações sociais de acordo com Moscovici (2000): a ancoragem e a objetivação. O primeiro processo tem como objetivo ancorar ideias desconhecidas, ou seja, restringir elas a categorias comuns, colocando-as em um contexto familiar. O segundo processo visa a transformar o abstrato em concreto, transferir do mundo das ideias para o plano real.

Na ancoragem, como demonstra o autor, assim que o fenômeno é encaixado em uma categoria, ele acaba por adquirir as características desta, fazendo que seja aceita por todos. Nesse acontecimento não deve haver neutralidade, cada item deve possuir um valor positivo ou negativo. A objetivação é a descoberta de uma “qualidade icônica” de um indivíduo ou ideia, conforme Moscovici. Através dela é possível reportar um conceito por meio de uma

imagem, o que permite que o ser ou a ideia sejam completamente assimilados pelo resto da sociedade.

Por meio desses processos é possível ter uma ideia bem explícita de como que o sistema de representação funciona: é preciso identificar o que não é familiar para a sociedade, encaixar esse fenômeno em uma categoria e após transmiti-lo para que todos os indivíduos compreendam o que foi dito de forma a relacionar com algo familiar para eles. Apesar de parecer simples, deve-se ter muito cuidado porque o indivíduo:

Às vezes agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhes interessa obter. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, mas terá, em termos relativos, pouca consciência de estar procedendo assim (GOFFMAN, 1959 p.15).

Como as representações dependem do indivíduo que as está executando e como este é que tem o poder de transmitir algo que não é de domínio familiar, corre-se o risco de o sujeito condutor desse processo manipular a informação, uma vez que não é possível ter completa certeza que a representação foi verdadeira.

3.1 Representações sociais na mídia

Na sociedade atual as transformações ocorrem em uma velocidade cada vez maior. As pessoas, as organizações, as constituições familiares passam por mudanças em um curto período de tempo. Os meios de comunicação são responsáveis por parte dessas modificações, multiplicando essas transformações e acelerando o surgimento de um elo entre o concreto e o abstrato.

É possível perceber que existe uma forte conexão entre as representações sociais e os meios de comunicação. Representações sociais, como apresentou Jovchelovitch (2000), são construídas por meio de símbolos criados pela sociedade para tornar algo familiar. E é exatamente o que a mídia faz ao transmitir uma informação para o público. Ela transmite símbolos em forma de imagem e som que tem como objetivo informar alguém de forma que um assunto não familiar se torne comum para o espectador. A comunicação é fundamental para os processos de representação social:

Em primeiro lugar, aquela é o vetor da transmissão da linguagem e portadora de representações. Além disso, incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, visto que engaja os processos de interação social, influência, consenso e dissenso e polêmica. Enfim, a comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que consideram, ao lado do

poder de desempenho das palavras e discursos, a força pela qual as representações inauguram as versões de realidade, comuns e partilhadas. (JODELET, 2001 p.13)

A televisão cria uma realidade na forma de representações sociais, já que ela faz apenas uma tentativa de apresentar o real, por isso “a representação é o modo de conhecimento ideal para a tevê, por implicar num processo basicamente imagético ou figurativo” (SODRÉ, 2010 p.76). Jovchelovitch (1999) relata que a análise das representações sociais deve ser direcionada para os processos de comunicação social, que seriam processos de mediação social. A autora afirma que comunicação é mediação, já que são as mediações sociais que originam as representações sociais. Por isso, os meios de comunicação contribuem para o surgimento das representações sociais. Eles relatam um fato, servindo de mediador entre a fonte oficial e o espectador, sendo assim, eles geram uma representação para quem está recebendo a notícia.

Esse processo ocorre da seguinte forma: os indivíduos estabelecem uma relação entre o desconhecido e a realidade institucionalizada, gerando uma mudança nos significados que a sociedade tenta perpetuar. Esse fenômeno contribui para manter e desafiar, reproduzir e superar significados, assim como formar a vida social da comunidade (JOVCHELOVITCH, 2000). Um fato muito grave sobre a produção da informação jornalística, é que como afirma Bourdie (1997) os jornalistas são constituídos por “ideias feitas”, ou seja, ideias que são aceitas por todos os indivíduos. Isso acontece especialmente porque os pensamentos dos jornalistas já foram parcialmente moldados por representações sociais anteriores. Parte do processo de formação da comunicação são as narrativas e as imagens utilizadas pela mídia, que contribuem para formar as representações:

[...] a palavra é o símbolo da comunicação por excelência porque ela representa o pensamento. A fala, por isso mesmo, revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e tema a magia de transmitir através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas (BOURDIE *apud* MINAYO, 1999 p.103)

Outro aspecto importante da comunicação verbal é ressaltado por Minayo ao relatar que é por meio da comunicação verbal que as pessoas pensam sobre os conflitos e sobre a realidade do sistema de dominação. A comunicação não tem apenas o objetivo de transmitir as informações, ou manipular, mas também proporcionar momentos de reflexão, nos quais os atores sociais podem compreender o mundo onde vivem sobre diferentes perspectivas, uma vez que as palavras não são a realidade em si, mas uma luz sobre essa mesma realidade, ou seja, elas representam (MINAYO, 1999).

Os meios de comunicação, como já explicitado, têm a capacidade de contribuir para a formação da opinião pública. Chauí (2007) ressalta que esse processo passa por três deslocamentos específicos: o primeiro é a mudança da ideia que seria pública para exprimir interesses de um grupo ou classe específica pela ideia de expressão em público de sentimentos, emoções e preferências individuais. A segunda é a substituição do direito de cada um de opinar pelo poder de apenas alguns exercerem esse direito e o último deslocamento são as transformações ocorridas nos meios de comunicação pelo uso de novas tecnologias. Todos esses fatores influenciam na forma como as informações serão relatadas pelos jornalistas, ou seja, na construção da narrativa.

As narrativas, relatadas pelos meios de comunicação, também constituem um processo importante de representação social. Jovchelovitch (2000) afirma que ao colocar a si mesmo e sua história em narrativas, os atores sociais expõem imagens que ganham vida e modificam o mundo, assim como definem a sociedade. A narrativa segundo a autora se torna um dos fatores essenciais para a formação das representações sociais, uma vez que é nas narrativas que elas descobrem um local para se desenvolver e assim redefinir significados – o que é a matéria-prima das representações sociais. Por isso que antes de ser uma representação do mundo, o discurso é uma forma de representar uma relação, assim sendo a pessoa responsável por divulgar a informação só pode elaborar a notícia por meio de uma situação de troca de dados específicos com os sujeitos sociais (CHARAUDEAU, 2015).

Sendo assim, Sodré (2010) diz que a TV simula de forma operacional o mundo ou os modelos existentes no mundo, por isso a realidade concreta perde completamente o seu vigor por meio da sua forma reproduzida. O autor ainda relata que como o discurso da TV simula a realidade as suas características informativas podem ser deduzidas da relação já existente na vida social. Por isso que o que se vê na televisão não passa de um reflexo ou uma aproximação com o que já conhecemos ou vivemos no cotidiano, ou seja, representações sociais.

Devido aos fatos de as pessoas serem diferentes, o discurso torna-se essencial, segundo Jovchelovitch (1999), porque se todos os indivíduos fossem iguais não teria a necessidade de comunicação. Se os indivíduos não fossem diferentes o instrumento da fala não seria preciso, afirma a autora. Todavia devemos ter cautela com o uso das palavras e as construções de narrativas. O discurso midiático pode ter três funções na visão de Charaudeau (2015): de instituição de poder, de regulação do cotidiano e de dramatização. Por isso é importante ficar alerta, uma vez que as narrativas elas vêm para impor ou perpetuar a ideologia dominante.

Guareschi (2010) alerta para o fato de que não será possível que em todos os momentos sejam utilizados palavras e termos que tenham a capacidade de expressar exatamente o que se pensa, já que quando se lida com palavras trabalha-se com o incompleto. Além disso, sempre se corre o risco de ser mal interpretado. Por esta razão, é preciso estar atento ao fato de que as impressões da realidade geradas por uma representação são delicadas, frágeis e podem ser destruídas pelas mais variadas situações (GOFFMAN, 1959).

3.2 Mídia: realidade X manipulação

Os veículos de comunicação interpretam a realidade, e para isso utilizam-se de artifícios que são típicos da linguagem e das intenções as quais querem transmitir, concomitantemente, a mídia opera como uma forma de mediação da vida social, originando os diferentes meios de comunicação e as informações da vida cotidiana (JOVCHELOVITCH, 2000). Através dessa afirmação é possível compreender e demonstrar que os veículos de comunicação não apresentam a realidade como ela é, eles apenas a representam e transmitem os fatos, nunca na sua totalidade.

Isso acontece, porque como já dito antes, os jornalistas também sofrem influências das representações, haja vista que eles não são sujeitos isentos da exposição a qual todos os indivíduos são submetidos. Atualmente qualquer indivíduo tem acesso a grandes quantidades de informações e diferentes opiniões, e conseqüentemente isso contribui para a formação do jornalista, que na hora de noticiar, irá apresentar os acontecimentos com essa carga de conhecimento que ele já possui. Bourdieu (1997) afirma que a televisão tem a capacidade de apresentar fatos e fazer com que os indivíduos acreditem no que estão vendo, por conseguinte esse veículo ao invés de ser uma ferramenta de registro torna-se uma ferramenta de construção da realidade.

O fato de ajudar da elaboração da realidade é porque os atores sociais podem criar intencionalmente quase todos os tipos de impressão. As técnicas de comunicação – omissões, duplo sentido, manipulação - dão a oportunidade de o transmissor enganar o espectador. Por meio desse fato, os veículos de comunicação possuem sua própria versão sobre os acontecimentos, que são apresentados através de reportagens, imagens, fotografias (GOFFMAN, 1959). Sendo assim, as representações sociais difundidas pela mídia passam a serem consideradas realidades que integram a opinião pública. Os meios de comunicação influenciam as representações sociais na medida em que contribuem para estabelecer conexões com as quais nos relacionamos com os outros. (MOROGI, 2004):

Em suma, há objetos que são impostos aos telespectadores porque se impõem aos produtores; e se impõem aos produtores porque são impostos pela concorrência com outros produtores. Essa espécie de pressão cruzada que os jornalistas exercem uns sobre os outros é geradora de consequências que se retraduzem por escolhas, por ausências e presenças (BOURDIE, 1997 p. 39).

É evidente que apesar das influências da sociedade e da carga informacional e cultural que cada indivíduo possui em particular, no âmbito midiático, devem ser consideradas as pressões exercidas pela audiência, pela concorrência, pelos possuidores da ideologia dominante e também dos espectadores. São inúmeros os fatores que fazem com que as informações que são repassadas à sociedade não sejam a expressão completa da realidade, mas sim representações. O problema que surge é quando essas representações são falsas, manipuladas ou quando certas informações são omitidas. Como afirma Moscovici (2000 p.33) “nós nunca conseguimos dar uma informação que não tenha sido distorcida por representações ‘superimpostas’ aos objetos e as pessoas que as dão certa vaguidade e as fazem parecer inacessíveis”.

Barros Filho (*et al*, 2012) relata que a mídia tem o poder de controlar a visibilidade das notícias que serão transmitidas por meio de várias formas, ademais, a principal delas é ocultando. Segundo os autores, eles escolhem ocultar em primeiro lugar por pressão política, depois por pressão econômica e por fim pela pressão existente na própria profissão de jornalista. É perceptível que a ferramenta da ocultação de informações é usada em ampla escala, e que pode interferir diretamente nas representações sociais. Jovchelovitch (2000) afirma que as representações sociais reconstróem a realidade e possuem um caráter formador de imagens e significantes. Será que não é exatamente isso que os meios de comunicação fazem? Eles não são capazes de transformar a realidade através da elaboração de imagens e do uso de palavras? É perceptível que nesse ponto representações sociais e meios de comunicação se fundem, pois um está interconectado com o outro: a mídia cria as representações sociais, e estas por sua vez são a matéria-prima dos veículos de comunicação.

A maneira como os atores sociais representam a vida pública também origina a maneira como o “outro” é absorvido pelos membros da comunidade, e portando, os indivíduos que surgem nesse processo (JOVCHELOVITCH, 2000). Através das representações dos meios de comunicação passamos a compreender os outros, formar nossa ideia sobre determinado objeto ou indivíduo e conseqüentemente passa-se a representar sobre ele. É um ciclo que não tem como acabar, já que a representação social é combustível para da forma de se expressar.

Retomando o fato de como os meios de comunicação representam determinados acontecimentos, sabe-se que os jornalistas são obrigados a escolher determinados fatos para virar notícia, por consequência, essa é a função dos valores-notícia³⁶. Mas como funciona a representação dessas informações? Moscovici (2000) ao falar do processo de ancoragem das representações sociais relata que sempre será através da generalização ou particularização de um tema, o que ocorre porque sempre selecionamos uma categoria ou característica, o que acaba desencadeando esse processo.

Algumas vezes, uma opinião já formada vem imediatamente à mente e nós tentamos descobrir a informação, ou particular que se ajuste a ela; outras vezes, nós tentamos determinado particular em mente e tentamos conseguir uma imagem precisa dele. Generalizando nós reduzimos as distâncias (MOSCOVICI, 2000 p. 64-65).

Toda vez que um fato novo vem à mente, a tendência é recorrer àquilo que é familiar. Isso ocorre em todos os processos, inclusive no momento de escrever uma reportagem, por isso que, às vezes, acaba-se por cair no senso-comum. Mesmo que o jornalista sempre retrate o que não é do cotidiano, o que é excepcional (BARROS FILHO *et al*, 2012) é realizada uma relação com algo parecido ou retratado de forma que seja compreendido com mais facilidade pelo receptor da informação. Barros Filho (*et al*, 2012) ressalta que muitos fatos são ocultados porque sempre que os veículos de comunicação, especialmente a televisão, vão retratar assuntos mais importantes é dado visibilidade a “ideias feitas”.

É possível chegar a conclusão que na verdade o que vemos nos meios de comunicação não é a realidade, são apenas representações que tem como origem ideias pré-concebidas pelos jornalistas ou pelas empresas de comunicação. Mesmo que haja manipulação e ocultação de informação devido a pressões internas e externas, os meios de comunicação são uma forma de janela de acesso àqueles que não possuem informações (JOVCHELOVITCH, 2000). Existe a necessidade de ter cuidado com o que é divulgado, contudo acredito que o primeiro passo é ter a consciência de que o que é apresentado para a sociedade não é o real em sua totalidade. A partir disso cabe a cada ator social buscar a origem da representação que gerou a forma com que a notícia foi apresentada.

Moscovici (2000) expressa muito bem o fenômeno das representações sociais na mídia, quando afirma que ao mesmo tempo em que as representações são compartilhadas por inúmeros indivíduos, elas penetram e influenciam a mente de cada um. Dessa forma, essas representações não são elaboradas pelos sujeitos, elas são “re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas”.

³⁶ Para mais informações sobre valores-notícia, ir ao capítulo 2 do referencial teórico.

A televisão é o meio de comunicação do visual e de acordo com Charaudeau (2015) ela só pode gerar dois tipos de visão: uma transparente, que na verdade é uma ilusão da transparência, e também uma visão opaca que apresenta a semiologização e dramatização do mundo. As notícias na TV não passam de uma forma de representar a realidade, e mesmo quando as informações são apresentadas de forma objetiva ou clara, elas apenas são mascaradas de transparente.

Apesar de muitos veículos televisivos terem intenção de ocultar fatos, algumas vezes, essa opacidade não é intencional, mas sim uma consequência do sistema, que deve reproduzir as ideias das classes dominantes para manter o *status quo*. Isso também vem a ser fruto da representação social, que ao invés de mostrar as informações como elas são, conectam os acontecimentos com algum fato familiar, facilitando a produção do senso comum. Para compreender de que forma o discurso é capaz de levar a manipulação é preciso entender que a informação é fundamentalmente uma questão de linguagem e que essa linguagem não é transparente para o mundo (CHARAUDEAU, 2015).

A televisão apresenta as notícias como se ela devesse ser simultânea ao tempo do espectador (SODRÉ, 2010). Para isso a informação deve ser apresentada de forma natural e captar o olhar do telespectador, segundo Sodré (2010). Ainda de acordo com o autor os meios de comunicação ganham tanta autonomia em relação a situação vivida, humana e dos atores sociais que tem a capacidade de impor as razões técnicas da TV. Sendo assim, a televisão não é um mero mediador entre informantes e público, mas um espaço próprio capaz de criar modelos próprios, ou seja, o discurso usado pela mídia acaba sendo independente da situação externa, adquire sentido próprio e possui a capacidade de enaltecer e ocultar uma determinada ação.

O processo de manipulação pelas mídias é apresentado de forma complexa por Charaudeau (2015). O autor diz que “as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas” (p. 18), e que para a manipulação existir é necessário alguém que manipule e alguém a ser manipulado. A questão para o autor é que as mídias não transmitem o que acontece no mundo real, elas impõem os fatores de construção do espaço público:

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que aconteceu no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações [...]. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. (CHARAUDEAU, 2015 p. 151).

A manipulação da mídia acontece porque as informações, que na verdade não passam de representações dos fatos, são apresentadas como se fossem reais, como se aquele acontecimento fosse objetivo e concreto, logo, a verdadeira expressão da realidade. Assim sendo, o autor acredita que as mídias se automanipulam, porque a partir do momento em que os veículos de comunicação acreditam estar transmitindo a notícia em seu estado puro, como acreditam em quase todas às vezes, eles estão manipulando a si mesmos. Frente ao exposto, é possível observar que não há a manipulação da mídia, mas sim uma reprodução da manipulação e uma conseqüente retro-manipulação, já que elas já vão transmitir informações que muitas vezes já vieram de forma opaca, e os seus impactos também serão manipulados porque a notícia matriz já veio distorcida.

É claro que existem situações em que os veículos de comunicação vão ocultar ou manipular a informação de forma intencional para gerar um maior impacto na sociedade. Há casos em que a manipulação já está naturalizada pelo jornalismo ter o objetivo de transmitir a informação de forma bruta, o que nunca vai existir. Isso acontece porque a sociedade é capitalista, e onde os interesses da classe dominante e do capital externo prevalecem e controlam diversas instâncias, por isso muitas vezes “elas próprias são vítimas de manipulação de instâncias exteriores” (CHARAUDEAU, 2015 p. 252).

Mesmo com todos esses argumentos é necessário debater que a mídia passa por certas exigências que permite a apresentação da notícia de forma dramática, o que faz com que as notícias sejam mostradas de forma espetacularizada e elaboram uma visão obsessiva da realidade, segundo Charaudeau (2015). Isso faz com que o sistema televisivo exclua a gratuidade do diálogo, a liberdade de se falar, a pluralidade das situações sociais e a sociabilidade dos indivíduos (SODRÉ, 2010).

O que é necessário discutir sobre as mídias atualmente é a quem elas querem servir e a quem elas devem servir, haja vista que enquanto elas estiverem a mercê do capital, as notícias vão ser apresentadas de forma opaca e distorcida, favorecendo os interesses da classe hegemônica. Somente a partir do momento em que o real objetivo dos meios de comunicação for apresentar as notícias para que as pessoas saibam os acontecimentos locais e nacionais, e que os atores sociais que fazem partes desses acontecimentos se expressem, é que será possível ter a notícia de uma forma transparente. O termo transparente não significa a informação em seu estado bruto, mas sim de forma consciente de que ela não passa de uma mera representação do que realmente ocorreu.

3.3 Representações Sociais e Movimentos Sociais

Vive-se em uma sociedade que presa pelo individualismo. É impossível compreender a origem deste fenômeno fora de uma rede de relações que gera uma metamorfose das formas tradicionais de apreender o sujeito e sua subjetividade. Cada dia mais o “nós” se transforma em “eu” e a família é um símbolo deste, o que é uma consequência das transformações nos espaços públicos e da relação desses com o privado (JOVCHELOVITCH, 2000). Isso é um reflexo da modernidade e Bauman (2001) aponta duas características: a primeira é o fim da ilusão de que há um fim no caminho percorrido pelos atores sociais, onde haveria perfeição e satisfação; e a segunda é a desregulamentação e a privatização das tarefas:

Resumidamente a “individualização” consiste em transformar a “identidade” humana em um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. Em outras palavras, consiste no estabelecimento de uma autonomia *de jure* (independente de a autonomia *de facto* também ter sido estabelecida) (BAUMAN, 2001 p. 40).

Assim, através do individualismo não há uma consciência coletiva. Logo, cada um é responsável pelos atos e consequências, por conseguinte, há uma maior independência. Os sujeitos pensam apenas nas atividades destinadas a si sem medir os efeitos coletivos que poderão ocorrer. Esse fenômeno não é recente, visto que há 40 anos Goffman (1959) já dizia que qualquer sociedade tem como base o ideal de que cada sujeito tem características sociais específicas e que espera que os outros indivíduos respeitem essa particularidade.

Ao mesmo tempo em que é perceptível o surgimento do individualismo, Farr (1999) afirma que os indivíduos são frutos da sociedade, são agentes transformadores desta, como por exemplo, uma religião e uma língua não podem surgir isoladas pelo indivíduo, isto quer dizer, elas dependem das relações e interações entre os atores sociais. Nenhum sistema, processo ou transformação se origina no individualismo. Apesar de a sociedade atualmente ser autocentrada, todas as mudanças no cotidiano - não só nos pequenos fenômenos, mas as metamorfoses na base dessas sociedades- são frutos das relações entre os sujeitos. Assim compreende-se a relação dessas mudanças com as representações sociais, afinal elas são indissociáveis do cotidiano e da flexibilidade presente neste e tem o poder de quebrar com as tradições. A vida pública é essencial para as representações sociais, elas possuem origem no social, envolvendo a experiência individual, mas não sendo produzidas por estas. (JOVCHELOVITCH, 2000).

O conhecimento nessas esferas públicas é elaborado e partilhado pelos indivíduos, os quais irão contribuir para a formação social e cultural dos sujeitos e serão passados adiante. E

as representações sociais são exatamente isso, elas são a construção do conhecimento que contém conflitos e contradições, seria uma guerra de ideias (GUARESCHI, 2010). Dentro dessa perspectiva de elaboração do conhecimento através das representações sociais, Moscovici (2000) explica que quando um conhecimento ou ideia inédito entram na esfera pública há diversos conflitos e que esses conflitos resultam na modificação dos conhecimentos, gerando uma nova representação social. É justamente nesse ponto em que encontra-se a relação intrínseca entre movimentos sociais e representações sociais. A esse respeito, Guareschi (2010 p. 85) diz que: “[...] nenhum movimento social avança sem que ele construa ‘representações’ que lhe deem sentido, que o legitimem”. Especialmente, porque como o autor afirma, os movimentos sociais têm origem nas tensões existentes nas sociedades.

Tanto as representações sociais, como os movimentos sociais são frutos dos conflitos da sociedade e da capacidade que os atores têm de compreender o mundo e obter conhecimento. As representações sociais são uma forma de familiarizar os indivíduos com a realidade, e os movimentos sociais têm sua nascente nos conflitos que existem e que os sujeitos só percebem através das representações sociais. Quando a comunidade se agrupa em movimentos sociais, acaba por surgir uma nova forma de representação social, não apenas pelo fato de tentarem tornar um assunto comum para todos, mas também porque é a exposição de uma visão de mundo daqueles indivíduos. Deve-se levar em conta que esses movimentos sociais surgem em momentos de necessidades quando a população detecta algum conflito e tenta compreender a realidade. Creio que isso permite metamorfoses sociais, onde com a participação de todos é possível questionar algumas situações e desvelar o cotidiano.

Moscovici (2000) revela que a verdadeira natureza das representações sociais é apresentada principalmente em momentos de crise e revolução, quando determinado grupo está sofrendo transformações. Nessas épocas, segundo o autor, os atores sociais têm mais disposição para falar, as memórias coletivas são expostas e o comportamento é instintivo. Os movimentos sociais também surgem em tempos de grandes mudanças, quando a sociedade urge por novas perspectivas, e é justamente nesse momento em há um maior senso de coletividade e união, sendo que as pessoas possuem mais disposição para buscar essa metamorfose. Isto posto, as representações sociais são a chave que liberta as pessoas da condição de meros espectadores e permite a palavra e pensamento dando novas perspectivas e conhecimento. Contudo pode ser uma grande armadilha: já que cria a argumentação e pode permitir a manutenção do *status quo* (SCARPARO e PEDROSO, 2010).

O conhecimento é local, surge de uma situação em particular, e só se torna verdadeiro quando há uma relação com o outro. Toda representação social é um tipo de conhecimento que tem mobilidade e é legítima nos mais diferentes contextos, essa legalidade vem da relação entre poder e força, na união entre as múltiplas variedades de saberes (AMORETTI, 2010). Como as representações derivam do poder, e a luta dos movimentos sociais é identificada a contraposição às políticas em execução, a autora estabelece as *Representações Sociais da Política* e as classifica em três: as representações sociais da política como dominação, como institucionalização e como transformação.

As representações sociais da política como dominação surgem em casos de corrupção, exclusão ou dominação. Estas estão presentes no processo de destruição de pessoas e saberes, na apropriação privada de espaços ou bens públicos e na omissão do poder político por parte da comunidade. A representação social da política como institucionalização está relacionada com a autorreflexão e a autorreferência, já que a política perde a capacidade de compreender as necessidades da população. Como consequência, a realidade social fica restrita aos governantes e administradores. O último caso, onde há a representação social da política como transformação, os atores sociais não aceitam e não perpetuam a lógica dominante, ela parte de indivíduos que estão insatisfeitos por não serem representados, que querem uma transformação na realidade em que vivem e que exigem uma maior participação.

É no contexto da representação social da política como transformação que surgem grande parte dos movimentos sociais, através da não aceitação de questões que prejudicam as condições de vida e que colocam em risco a verdadeira cidadania. É também perceptível que no primeiro caso, onde há a dominação também existam movimentos sociais que lutem por uma política mais igualitária, transparente e participativa. Tarrow (1998) afirma que as pessoas se unem para conflitos políticos no momento em que o padrão de oportunidades e as restrições políticas sofrem transformações.

4. Invisibilidade cidadã: representações sociais na mídia das manifestações de março de 2016

Conforme discutido nos capítulos anteriores dessa dissertação, por meio das reflexões teóricas é perceptível que as representações dos atores sociais na mídia precisam ser melhores debatidas e refletidas pelos cidadãos, pelos políticos e também pelos permissionários que possuem as concessões de rádio e TV. As representações sociais são fundamentais para que as notícias produzidas cheguem à comunidade de forma direta e objetiva, e que as informações repassadas contemplem não apenas o fato ocorrido, mas também que englobem os sujeitos que fizeram parte do acontecimento. Ao invés dos veículos de comunicação se preocupar em relatar dados e números, eles deveriam dar atenção à sociedade, às demandas produzidas pelos cidadãos e, por fim perceber quais as necessidades da comunidade.

O processo de democratização é necessário e precisa ser feito de baixo para cima, ou seja, deve começar pelos atores sociais. Estes devem perceber a atual situação do Brasil em relação aos meios de comunicação e tomar atitudes que possam provocar mudanças. A democratização da mídia é essencial para que os indivíduos não sejam invisibilizados, para que haja uma cidadania efetiva, criando um país mais democrático. Os sujeitos sociais precisam e devem fazer parte dos meios de comunicação, uma vez que estes são uma forma de expressão de opinião e também de garantia de direitos, especialmente no que se refere a elaboração e fiscalização das políticas sociais.

Os resultados obtidos por meio dos dados analisados na pesquisa confirmam o que foi apresentado pelos autores que ajudaram na construção teórica desse estudo, ou seja, que a sociedade não é representada de forma efetiva e igualitária nos meios de comunicação. Os telejornais invisibilizam os cidadãos por meio da não participação desses nas reportagens exibidas. A comunidade não faz parte da informação retratada, e a mídia representa os interesses próprios, não considerando a opinião dos verdadeiros donos dos veículos de comunicação.

Neste capítulo será feita uma ponderação sobre os caminhos metodológicos utilizados nessa pesquisa, apresentando o método escolhido e todos os percursos realizados durante o estudo. Além disso, segue abaixo também a análise dos resultados propriamente dita, através da discussão dos valores-notícia e das representações sociais feitas pelos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record.

4.1 Metodologia

A proposta metodológica deste trabalho consistiu-se em uma pesquisa qualitativa, a partir de um estudo exploratório. Desta forma, a pesquisa em questão consta de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, realizada ao longo do processo de mestrado, objetivou aprofundar os conhecimentos e dar embasamento teórico aos temas de pertinência para a execução desta pesquisa como: valores-notícia, senso comum, realidade brasileira, linguagem televisiva, representações sociais e democratização da mídia. A pesquisa bibliográfica fundamentou as categorias de análise que foram consideradas no campo do estudo, uma vez que, são de extrema relevância para compreender os fenômenos que aconteceram em março de 2016.

Raupp e Beuren (2006) dizem que pesquisa bibliográfica é realizada quando há a necessidade de colher informações e conhecimentos já existentes sobre um determinado assunto e é fundamental para que o pesquisador tenha conhecimento prévio sobre o objetivo a ser estudado. Citando Cervo e Bervian, os autores dizem que a pesquisa bibliográfica explica um fenômeno a partir de informações já existentes.

Neste sentido, a relevância da análise bibliográfica neste trabalho explica-se tendo em vista que a construção da notícia depende substancialmente dos valores-notícia, que tem por base a realidade brasileira, retrataram fatos que estiveram presentes nas discussões da comunidade e que deram impulso para atual situação político-econômica do país.

A pesquisa documental, para Raupp e Beuren (2006), consiste em obter informações de documentos que não foram previamente analisados. Neste trabalho a proposta documental foi organizada em duas etapas. A primeira foi feita através das páginas em redes sociais e nos websites dos movimentos que organizaram as mobilizações: “Vem pra rua”, “Frente Brasil popular”, “Movimento Brasil livre” e “Frente Povo sem Medo”³⁷. Essa etapa foi realizada para averiguar as representações sociais desses grupos: de que forma eles se identificam, quais são os objetivos e como que eles organizam³⁸. Sendo assim, também foi possível apreender a maneira como foi organizada a convocação para as mobilizações, a reação das pessoas e quais os indivíduos que participaram dos atos. Essa etapa foi realizada apenas para um maior conhecimento da pesquisadora sobre o objeto de pesquisa.

³⁷ Conforme detalhado na apresentação desta pesquisa

³⁸ A partir dos sites foi possível obter documentos como: o compromisso da militância e plano popular de emergência (Frente Brasil Popular); Manifesto e o mapa das 10 medidas (Vem pra rua); e as propostas da Frente Povo sem medo e do Movimento Brasil Livre. Essa etapa da pesquisa documental teve como único objetivo de aprofundar e complementar o conhecimento da pesquisadora, colaborando para que a análise pudesse ser feita de forma mais clara.

Na segunda etapa, para analisar os telejornais optou-se por um estudo multicase para compreender de que forma as manifestações foram apresentadas pela mídia. A escolha da metodologia foi com base nos objetos a serem analisados: o Jornal Nacional e o Jornal da Record.

Yin (2001) afirma em seu trabalho que o estudo multicase é utilizado em pesquisa empírica. Todavia, na pesquisa em questão foi necessário fazer uma adequação e aplicar o estudo multicase para a pesquisa documental, uma vez que foram estudados dois casos diferentes - Jornal da Record e Jornal Nacional- e que apesar de apresentarem semelhanças, possuem características próprias. Essa readaptação se tornou fundamental, visto que acredito que o estudo multicase pode ser aplicado para pesquisa documental, uma vez que o objeto em estudo também constitui um item a ser analisado.

Outro fator que vem a permitir essa adequação é que Yin (2001) comenta que o estudo de caso pode ser utilizado sempre que a pesquisa for relativa a questões contextuais. Isso se aplica à pesquisa em questão, visto que o estudo documental teve como principal objetivo compreender e analisar o contexto das reportagens selecionadas. A partir dessa definição, o método do estudo de caso foi escolhido uma vez que um dos propósitos era investigar as reportagens e a percepção dos atores dentro de um contexto em particular.

Relativo à percepção dos atores, a ideia dessa pesquisa era realizar um estudo empírico para compreender se a forma como os telejornais abordaram as manifestações de março de 2016 correspondeu com a realidade de quem foi às ruas.

Para se chegar aos sujeitos da pesquisa foi feito um contato prévio com os mesmos, e através de indicações chegou-se aos nomes que integrariam o estudo, contando com um participante das manifestações do dia 13 e um dos atos do dia 18. Contudo, durante a execução do estudo de campo houve problemas³⁹ operacionais, logo optou-se por retirar a pesquisa empírica da análise desta dissertação. Importante ressaltar que não houve prejuízo para o resultado final, visto que esta pesquisa teve um viés mais documental.

Para as entrevistas, primeiramente seriam mostradas as reportagens exibidas pelo Jornal Nacional e Jornal da Record, para que os participantes pudessem ter contato com o objeto de pesquisa e tivessem subsídios para responder as perguntas e em seguida, o método

³⁹ Após o contato com os possíveis entrevistados, ambos aceitaram participar da pesquisa. A primeira entrevista realizada foi com uma das lideranças das mobilizações contra o processo de impeachment. Porém, o voluntário que esteve presente nas manifestações a favor do processo não foi no dia e local combinado, não avisando sobre o não comparecimento e não entrando em contato posteriormente. Importante ressaltar que não foi feito contato com outras lideranças pela falta de tempo disponível.

para avaliar a fala da entrevista teria sido a análise do discurso por esta se encaixar melhor com os objetivos propostos.

Visto que a pesquisa compreende a aferição dos valores-notícia em dois telejornais e apreensão dos valores-notícia por indivíduos de grupos com diferentes concepções de mundo, torna-se necessário fazer um estudo multicase. Apesar de alguns autores não o considerarem como método, recorre-se novamente a Yin (2001), que afirma que um estudo de caso pode se tornar um estudo multicase. Segundo o autor, um estudo multicase é possível no momento em que mais de um fenômeno é investigado dentro da mesma pesquisa.

Os resultados deste tipo de pesquisa são relativamente mais convincentes e mais potentes (Yin, 2001). Segundo Yin, cada caso deve ser estudado de forma particular dentro do contexto global de investigação. Ao explicar sobre a condução de um estudo multicase, o autor ainda escreve que em cada caso analisado deve ser realizado um estudo completo e procurar convergências entre todos dos fenômenos analisados.

Desta forma optou-se por objetos que possuem características diferentes, mas guardam suas peculiaridades. Para a escolha dos casos analisados (Jornal Nacional e Jornal da Record) foi preciso levar em consideração o meio de comunicação a ser estudado, suas especificidades, além de tentar identificar veículos de comunicação que tivessem algum ponto em comum. Por isso a seleção dos objetos estudados ocorreu em decorrência de três fatores:

- 1) Audiência: Primeiramente por serem os telejornais de maior audiência do país, e os programas mais assistidos pelos brasileiros segundo pesquisa realizada pela Secretária de Comunicação Social do Governo Federal (Secom)⁴⁰
- 2) Horário de transmissão: Outro motivo que levou a seleção destes telejornais em específico é o horário e a frequência com que eles são transmitidos. Ambos os programas vão ao ar de segunda a sábado. O Jornal Nacional tem início às 20 h e 30 min e o Jornal da Record de segunda a sexta às 21h e 30 min e aos sábados às 19 h e 45 min. Além dos dois telejornais serem transmitidos em horas similares, o tempo de exibição é entre 50 e 60 minutos. Diante destas analogias se torna viável fazer uma relação entre a forma como os telejornais estudados retrataram um determinado fato. Chauí (2007) confirma esse fato dizendo que há mudanças no conteúdo e na forma como as notícias são apresentadas no noticiário dependendo da hora em que o

⁴⁰ Mais informações e os resultados concretos da pesquisa estão disponíveis em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-2014.pdf> Acesso em: 29 de maio de 2016.

telejornal é televisionado, e que os apresentados durante a noite procuram apresentar um maior número de fatos sobre um mesmo acontecimento.

- 3) Acervo digital disponível: Por fim, o último critério de seleção para a escolha dos telejornais foi porque apenas a Rede Globo e a Rede Record disponibilizam de um acervo digital, com acesso às reportagens, para os telespectadores.⁴¹

A temporalidade do estudo se divide em dois momentos: No Jornal Nacional e no Jornal da Record serão analisadas todas as reportagens referentes às mobilizações das edições dos dias 14⁴² e 18 de março. Através da decupagem e transcrição do texto, foram identificados os valores-notícia presentes nas reportagens exibidas, por meio dos termos utilizados pelos repórteres.

Sobre as edições dos telejornais analisados é possível apontar alguns fatos para melhor compreensão do evento estudado. Na edição do dia 14 de março de 2016 o Jornal Nacional exibiu uma reportagem específica sobre as manifestações do dia 13 e outras reportagens sobre a repercussão dos acontecimentos. O Jornal da Record no dia 14 transmitiu duas reportagens repercutindo os acontecimentos do dia anterior e mais uma reportagem sobre o contexto e alguns desdobramentos políticos.

O Jornal da Record na edição do dia 18 apresentou uma reportagem sobre as mobilizações que estavam acontecendo no momento, outra sobre as manifestações que haviam sido realizadas durante o dia e pequenas reportagens sobre a conjuntura política brasileira. Na edição do mesmo dia do Jornal Nacional foram exibidas duas reportagens sobre as mobilizações que estavam acontecendo, além de outras matérias sobre o contexto político do Brasil.

A análise das reportagens dos telejornais foi realizada para a identificação dos valores-notícia usados por ambos os noticiários nas questões estudadas, além de permitir compreender de que forma as emissoras representaram as manifestações que aconteceram em março de 2016. Para a efetivação dessa análise foi utilizado o método de análise de conteúdo de Laurence Bardin

O método em questão foi escolhido para essa etapa da pesquisa porque o resultado que se quer obter é a partir da análise de palavras e expressões usadas em um determinado texto a partir do conteúdo e do contexto do mesmo. Além disso Bardin ressalta que:

⁴¹ Foi realizada uma pesquisa nos sites das emissoras abertas: Band, Globo, Record, SBT e Rede TV. Através do acesso às páginas online, Youtube e redes sociais foi constatado que somente a Record e a Globo possuem acesso às reportagens transmitidas.

⁴² Serão analisadas as reportagens das edições do dia 14 de março, porque as manifestações ocorreram em um domingo, dia 13 março, dia da semana onde não há a exibição de um telejornal.

(...) o analista, no seu trabalho de poda, é considerado como aquele que delimita as unidades de codificação ou as de registro. Esta de acordo com o material ou código, podem ser: a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado (BARDIN, 1977, p. 36).

Para Silva, Gobbi e Simão (2005) esse método seria uma forma para a compreensão da construção dos significados que os atores sociais expressam no discurso. A análise de conteúdo foi usada por ser um método flexível, que permite a adaptação da pesquisa que o analista quer fazer, ou seja, ela pode ser personalizada de acordo com os dados esperados.

Para chegar ao resultado desejado foi usado a técnica da categorização estabelecida por Bardin (1977). A autora (p. 37) afirma que a categorização é uma forma de “introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente.” Laurence Bardin (1997) explica que podem ser analisados pequenos fragmentos de um texto para obter um resultado, e que essa delimitação é feita pelo analista. Esses pequenos fragmentos devem ser agrupados em categorias, que para ela são as categorias analíticas.

Para a pesquisa em questão foram atribuídas quatro categorias para as reportagens referentes às manifestações do dia 13 e quatro categorias destinadas ao conteúdo apresentado sobre os atos do dia 18. As categorias relacionadas às mobilizações do dia 13 foram: Processo de impeachment, Governo, Manifestações/ atos /mobilizações e corrupção. As categorias para as reportagens do dia 18 foram: Processo de impeachment, Governo, Manifestações/ atos /mobilizações e manifestantes. O processo de escolha das categorias se deu pela relevância desses termos no contexto e pela frequência com que eles apareceram.

É importante justificar o motivo pelo qual há categorias diferentes entre as reportagens. Isso deve-se pelo fato de que nas reportagens do dia 18 não houve a aparição do termo “corrupção” e nas reportagens apresentadas no dia 14 o uso do termo “manifestante” foi irrelevantes quantitativamente. Acredita-se que por ser tratar de uma pesquisa qualitativa, e por procurar-se resultados que envolvem a língua – ou seja, uma ciência viva- e o contexto; o uso de categorias distintas se torna não apenas uma possibilidade, mas uma necessidade.

A escolha dessas categorias também está relacionada com o fato de elas serem relevantes para a política e a sociologia. Mobilização Social para Bobbio *et al* (2000) se refere a um fenômeno da sociedade de grandes consequências, onde há transição de comportamento e que ocorrem em três etapas: a ruptura de velhas formas de comportamento, indução à novas formas de agir, e a aceitação e internalização dessas mudanças de comportamento.

Para o mesmo autor, é o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada comunidade, e que na sociedade moderna o termo está frequentemente ligado à noção de Estado. Atualmente, em uma concepção mais ampla, o conceito de governo também abrange todos os órgãos que institucionalmente tem a função de poder.

Segundo Bobbio *et al* (2000) corrupção é o ato pelo qual um funcionário público age de modo diferente dos padrões normativos do sistema, beneficiando interesses particulares em troca de uma recompensa. De acordo com o autor, corrupção está relacionada ao fato de legalidade e ilegalidade e não de moralidade ou imoralidade. O termo ainda designa a transição entre quem corrompe e quem se deixa corromper. Outra definição de corrupção estabelecida por Shishlin e Onikova (1984) seria “suborno, venalidade, concussão praticados no munda burguês entre os homens de Estado, os dirigentes políticos e os funcionários”.

Outra categoria a ser analisada é impeachment, que para Shishlin e Onikova (1984) seria o processo específico para culpar servidores de posições de destaque na sociedade, por infrações graves, sendo que as acusações devem ser decididas pela câmara ou parlamento.

A fundamentação⁴³ teórica de cada categoria escolhida para a análise das reportagens é essencial para se compreender de que forma que os telejornais abordaram o assunto. Logo após, foi feito um estudo das reportagens, e foram verificadas quais palavras usadas na construção do texto jornalístico se encaixavam em cada uma das categorias previamente estabelecidas. Em seguida foi realizada uma busca pela definição semântica desses verbetes em três dicionários da língua portuguesa. Somente após a identificação dos significados das palavras presentes em cada uma das categorias, é que foi possível averiguar os valores-notícia utilizados pelos noticiários, expressados nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Categorias e palavras identificadas nas reportagens de 13/03/2016

| Categorias | Palavras e significados |
|------------|--|
| | <i>Impeachment</i> ⁴⁴ (destituição por ato do legislativo, de ocupante de cargo) |

⁴³ Fundamentação que foi realizada através da busca em dicionários de sociologia e política. Maiores especificações nas referências da pesquisa.

⁴⁴ Os significados das palavras aqui citadas foram extraídos dos seguintes dicionários:

AURÉLIO, Dicionário. Curitiba, Editora Positivo, 2008.

MICHAELIS, Dicionário. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br> . Acesso em: 21 de abril de 2017.

PRIBERAM, Dicionário. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo> . Acesso em: 21 de abril de 2017.

| | |
|---------------------------------------|--|
| <p>Processo de impeachment</p> | <p>governamental que prevaricou); Defender (sustentar com razões ou argumentos); Milhares (grande número); Dominar (preponderar, predominar); Atrapalhar (confundir, embaraçar, perturbar); Demorar (deter, atrasar, adiar); Danoso (que causa dano); Encerrar (concluir, terminar); A favor (em proveito de; em benefício de); Celeridade (presteza; rapidez; velocidade); Definir (fixar, estabelecer); Pro (para aquele ou aquilo).</p> |
| <p>Manifestações/ atos/ protestos</p> | <p>Manifestação (Ato de manifestar; expressar-se publicamente, grupo de pessoas que se reúnem em local público para defender seus direitos e opiniões); Maior (que excede o outro em tamanho, espaço, duração e grandeza); Recorde (atuação que ultrapassa as anteriores no mesmo gênero em condições idênticas); Superar (ser ou mostrar-se superior em força, valor, intensidade); Repercussão (ato ou efeito de reverberar, reflexão, reverberação); Consenso (Concordância ou unanimidade, decisão ou deliberação comum à maioria ou a todos os membros de uma comunidade);</p> <p>A favor (em proveito de; em benefício de); Força (capacidade de produzir um efeito; autoridade; domínio; poder); Acachapante (que não deixa dúvidas, que não admite refutação); Alarmantes (Que</p> |

| | |
|----------------|--|
| | <p>causa alarme, apresenta perigo, arriscado; temerário); Decisivo (que decide, resolve, definitivo); Dividir (partir, separar ou repartir); Alerta (Atento, vigilante, de sobre aviso); Tentar (fazer o que é necessário e/ou possível para realizar uma ação); Minimizar (reduzir ao menor número, grau ou extensão possível); Engrossar (tornar mais numeroso, mais forte); Participar (verbo - ter ou tomar parte de; compartilhar de um pensamento ou sentimento).</p> |
| <p>Governo</p> | <p>Governo (ato ou efeito de governar, domínio, controle; poder executivo; regime político dum Estado, processo de exercer oficialmente a condução política e administrativa de um país, de um Estado, de um município. Aquele que exerce o poder supremo do governo; governador, monarca, presidente; Sistema ou estrutura política do Estado); Congresso (corpo ou poder legislativo de uma nação); Oposição (Partido ou conjunto de partidos políticos contrários ao governo); Contra (em luta com; em oposição a); Cumprir (desempenhar algo que é inerente ao cargo); Pressa (Falta de calma ou de paciência ao realizar algo; açodamento, afobação, precipitação); Convocar (fazer reunir, constituir); Repercussão (ato ou efeito de refletir ou de reverberar,</p> |

| | |
|-----------|--|
| | reverberação); Consenso (Concordância ou unanimidade); Ações (ato ou efeito de agir); Papel (Atribuições ou funções que alguém tem em uma organização, na sociedade); Determinante (que determina, determinador); Romper (Deixar de cumprir algo que havia sido combinado; infringir). |
| Corrupção | Corrupção (ato ou efeito de corromper ou subornar alguém para vantagens pessoais ou de terceiros); Contra (em luta com, em oposição a); Apurar (Examinar com cuidado; averiguar confirmar); Denúncias (Revelação de algo ilegal ou secreto; acusação de crime ou de qualquer atitude ilegal feita a uma autoridade). |

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4: Categorias e palavras identificadas nas reportagens de 18/03/2016

| Categorias | Palavras e significados |
|-------------------------|---|
| Processo de impeachment | Impeachment (destituição por ato do legislativo, de ocupante de cargo de governamental que prevaricou); Contra (em luta com, em oposição a); A favor (em proveito de; em benefício de); Contrários (que apresenta oposição ou diferença absoluta; desfavorável, desvantajoso); Favoráveis (que favorece; propício; que é a favor). |
| | Convocar (fazer reunir, constituir); Hoje (no dia em que estamos; atualmente); |

| | |
|---------------------------------------|---|
| <p>Manifestações/ atos/ protestos</p> | <p>Maiores (que excede o outro em tamanho, espaço, duração, grandeza); Menores (De segundo plano, que é inferior a outro, que tem pouca importância, insignificante, irrelevante); Nesse (algo ou alguém que está próximo no espaço ou que acaba de ser mencionado no tempo); Números (porção ou parcela; flexão nominal ou verbal indicativa de um ou de mais); Participam (revelar traços comuns; ter ou tomar parte de; compartilhar um sentimento ou pensamento); Tranquilidade (Estado ou qualidade de tranquilo; sem inquietação, perturbação ou alvoroço); A favor (em proveito de; em benefício de); Defesa (ato ou efeito de defender, defesa, acepção).</p> <p>Mas (oposição entre duas orações); Contra (em luta com, em oposição a); Reuniu (Agrupar pessoas ou coisas; juntar); Apoio (Proteção ou ajuda que uma pessoa dá a outra; amparo, auxílio, socorro); Encerrar (concluir, terminar); Organizado (Composto do agrupamento de pessoas ou de elementos); Presentes (Que se encontra num dado momento, no mesmo lugar em que se fala ou que algo acontece); Começo (parte de uma ação inicial que tem continuidade); Pacificamente (de modo pacífico; que ocorre em ambiente ou clima de paz).</p> |
| | <p>Governo (ato ou efeito de governar,</p> |

| | |
|----------------|--|
| <p>Governo</p> | <p>domínio, controle; poder executivo; regime político dum Estado; processo de exercer oficialmente a condução política e administrativa de um país, de um Estado, de um município. Aquele que exerce o poder supremo do governo; governador, monarca, presidente; Sistema ou estrutura política do Estado); Mandato (Poderes que os eleitores conferem aos deputados, senadores e vereadores para os representar); Estado (nação politicamente organizada; regime político); A favor (em proveito de; em benefício de); Contra (em luta com, em oposição a).</p> <p>Apoio (Proteção ou ajuda que uma pessoa dá a outra; amparo, auxílio, socorro); Apoiam (Ajudar-se mutuamente; acudir-se, amparar-se, auxiliar-se); Defender (Atuar em defesa de alguém ou de si mesmo; Dar proteção a); Democrático (Relativo à democracia, que respeita a liberdade de expressão; antiautoritarismo que está ao alcance do povo); Favorável (que favorece; propício; que é a favor de algo ou alguém).</p> |
| | <p>Manifestante (aquele que se manifesta); Liberada (Eximir de proibição ou impedimento); Contrários (que apresenta oposição ou diferença absoluta, desfavorável, desvantajoso); Deixar (Não continuar a reter, soltar, parar, suspender); Estar (achar-se em certa condição em um dado momento); Estender (desdobrar,</p> |

| | |
|---------------|---|
| Manifestantes | desenrolar, desenvolver, esticar); Gritar (falar em voz muito alta; evidenciar sua presença, manifestar); Ir (Deslocar-se, passar ou transitar de um lugar a outro); Contra (em luta com, em oposição a); Pró (a favor; em defesa); Pequeno (de exígua extensão; de pouca importância de pouco valor); Vestir (por qualquer peça de vestuário); Trazer (Conduzir, levar, transferir, de um ponto para outro, encaminhar); Reunir (Agrupar pessoas ou coisas; juntar); Concentrar (Fazer convergir para o mesmo ponto ou centro, reunir); Protestar (Afirmar algo solene e categoricamente; declarar, revelar, testemunhar, levantar-se contra alguma coisa, insurgir-se, reclamar); Percorrer (Visitar em toda a extensão ou em todos os sentidos); Ocupar (Apoderar-se ou tornar-se dono de algo, invadir determinado espaço); Levar conduzir a determinado lugar); Apoio (Proteção ou ajuda que uma pessoa dá a outra; amparo, auxílio, socorro); Favoráveis (que favorece; propício; que é a favor de algo ou alguém); Marcha (manifestação, geralmente pacífica, para protestar contra ou para reivindicar algo). |
|---------------|---|

Fonte: elaboração própria

Através da metodologia em questão e dos métodos elencados acima, foi possível identificar de que forma dois telejornais de relevância no contexto nacional representaram as manifestações ocorridas no país nos dias 13 (favorável ao impeachment de Dilma Rousseff) e organizada por grupos como o Movimento Brasil Livre e o Vem pra rua) e 18 (contrária ao

impeachment organizadas pelos movimentos Frente Brasil Popular e Frente Povo sem medo) de março de 2016.

4.2 – Análise dos resultados: Valores notícia – manifestações 13 de março

Em relação às manifestações do dia 13 de março de 2016 foram analisadas duas reportagens do Jornal Nacional e duas reportagens do Jornal da Record. Ambos os telejornais fizeram uma reportagem sobre os protestos na rua e outra sobre a repercussão dos mesmos no congresso nacional.

Algumas informações prévias devem ser relatadas aqui. No Jornal Nacional na abordagem sobre o protesto o formato utilizado foi uma nota coberta. Isso significa que o assunto não mereceu tamanho destaque para ser feita uma reportagem sobre o assunto. Durante os aproximados dois minutos de veiculação da informação, não houve entrevistas e a participação dos indivíduos ficou restrita as imagens. Já o tema de repercussão das manifestações no congresso no Jornal Nacional foi abordado em uma reportagem de três minutos e 20 segundos. As entrevistas realizadas foram cinco e apenas com políticos.

A situação no Jornal da Record não foi diferente. No que tange às manifestações o telejornal também fez uma nota coberta, de um minuto e 46 segundos sem entrevistas. A participação dos indivíduos ficou novamente restrita às imagens. Ao apresentar a repercussão no congresso, o noticiário também utilizou do formato da reportagem, de aproximadamente dois minutos. Novamente as entrevistas presentes – no total de seis – foram apenas com políticos.

A situação dos telejornais foi similar, com diferença apenas no tempo destinado ao assunto. Atribuo a utilização de nota coberta pelos dois noticiários ao fato de que o acontecimento tinha ocorrido no dia anterior e que a cobertura realizada pelas emissoras no momento da manifestação já tinha contemplado as diversas nuances das mobilizações.

Antes de abordar especificamente nas categorias de análise e na apresentação dos dados, já é possível destacar alguns valores notícia que estiveram presentes, como por exemplo, o **dia noticioso**. Isso acontece porque naquele dia nada de mais relevante ou de maior impacto aconteceu no país. Também destacamos o valor-notícia da **proximidade**, uma vez que as manifestações aconteceram em praticamente todos os estados do Brasil e em diversas cidades. É possível também destacar o valor-notícia do **tempo**, porque é um fato atual, que vai ser relevante tanto no presente quanto no futuro.

Sobre a categoria processo de impeachment, nas duas reportagens apresentadas no Jornal Nacional relativas às manifestações do dia 13 de março a palavra impeachment foi

utilizada 13 vezes. No Jornal da Record o termo apareceu cinco vezes nas duas reportagens. Foram encontradas 12 palavras ou expressões que foram relacionadas ao uso dos termos processo ou impeachment. No Jornal Nacional: defender, milhares, dominar, atrapalhar, demorar, danoso e encerrar. No Jornal da Record: a favor, celeridade, definir, pró.

Vale destacar aqui a própria palavra impeachment, a qual o significado encontrado no dicionário tem a ver com destituição – que significa a perda de algo. Ao se tratar da perda de um cargo presidencial podemos identificar o valor – notícia da **novidade**. Isso acontece porque mesmo que na década de 90, o país tenha passado pelo mesmo processo relativo ao presidente Collor, não é um fato que aconteça rotineiramente. Outro valor-notícia que fica implícito ao falarmos de impeachment é o da **infração**, porque para algum ator público passar pelo processo de impeachment é preciso que ele tenha cometido alguma infração, ou que ao menos o legislativo considere que o político tenha cometido. Aqui também envolve a questão da **hierarquia ou notoriedade** pois de acordo com a classificação feita pelos autores, pessoas de elite, ou que possuem grande influência no cenário público vão obter mais destaque nas notícias.

Ao usar o termo milhares fica claro que o jornalista quer dar destaque a quantidade de pessoas presentes, que nos leva ao valor-notícia da **notabilidade** e da **visualidade**. Outro valor-notícia que também está presente no uso da palavra milhares é a **amplificação** do fato. Ao escolher por esse termo o jornalista, mesmo que de forma inconsciente, pretende aumentar e chamar a atenção para o que está acontecendo.

O **impacto** é outro valor-notícia presente e que pode ser percebido pelo uso dos termos atrapalhar, demorar, danoso, encerrar. Todos eles se referem de forma direta ou indireta a consequências que o processo virá a ter não apenas os resultados políticos ou os efeitos que esse processo terá, mas também às consequências na sociedade. Um fator a ser ressaltado aqui é todos esses termos estão presentes nas sonoras dos políticos entrevistados, nenhuma delas foi usada pelos jornalistas. Sendo assim os efeitos relatados são todos elencados pelos próprios atores que estão envolvidos no processo.

O **interesse** da comunidade é outro valor-notícia que pode ser relacionado de forma subjetiva, uma vez que o acontecimento terá um impacto na vida da sociedade, que um grande número de pessoas se mobilizou para ir as ruas e que havia uma população dividida que não concordava com o impeachment é natural que o assunto seja de interesse da população.

Outro valor-notícia que também está implícito é a **relevância** futura do acontecimento, porque qualquer que fosse o resultado – concretização ou não do processo de impeachment – as consequências econômicas, políticas e sociais seriam profundas no país. Os impactos na

sociedade iriam acontecer de qualquer forma. Também merece destaque aqui o uso da palavra defender, que foi utilizado pelo jornalista na seguinte frase: “defendia o impeachment”. De acordo com o dicionário defender significa sustentar com argumentos e razões. O verbo foi usado para dizer que uma faixa gigante defendia o impeachment. Fica evidente que uma faixa não irá apresentar argumentos e razões, então assim é possível apreender o valor-notícia da **dramatização** e novamente da **amplificação**, porque o jornalista quer dar mais visibilidade ao fato e tentar dar um apelo sentimental do acontecimento. Além disso, por se tratar de uma faixa é perceptível o valor-notícia da **visualidade**. No verbo defender temos o valor-notícia do **impacto**, uma vez que esses argumentos e razões apresentados pelas pessoas que foram as ruas fora uma consequência direta do que aconteceu no país.

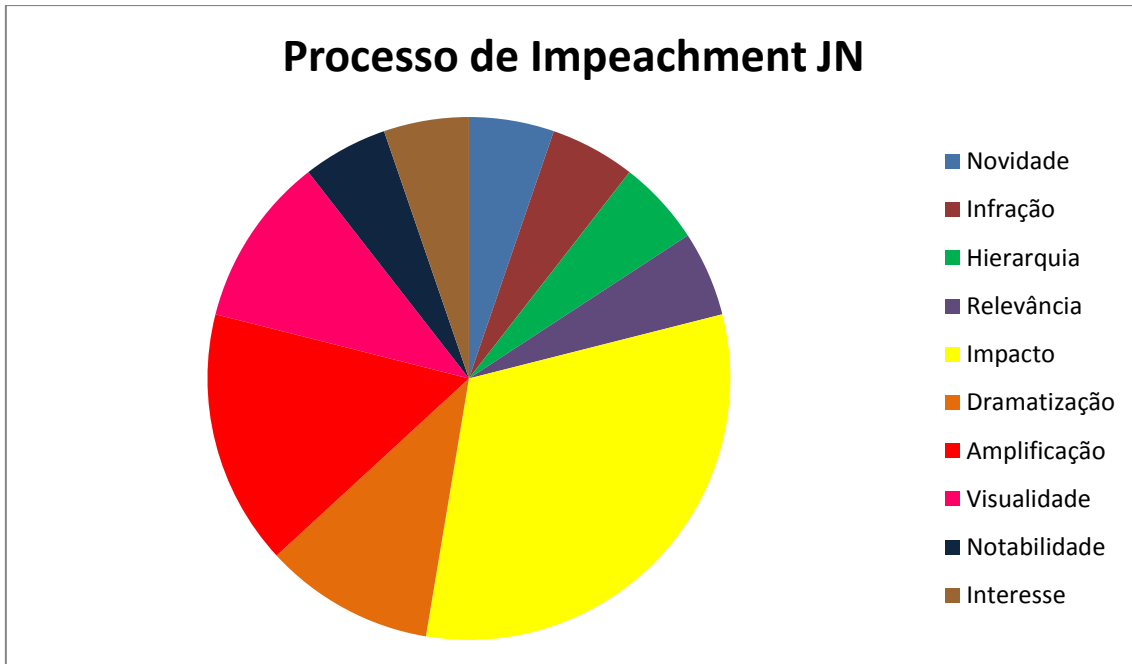
Igualmente, o verbo dominar, que também foi usado pelo profissional na frase “dominar os discursos e ações”. O significado de dominar utilizado nesse contexto⁴⁵ é relativo a preponderar, predominar, quando o objetivo foi **amplificar** os acontecimentos e dar mais **dramaticidade** aos eventos ocorridos, usando palavras com um significado forte e de grande impacto.

Os termos a favor e pro podem ser relacionados ao **interesse** e **relevância** do tema para a comunidade, porque essas pessoas só apoiaram porque acreditavam que aquele acontecimento seria importante para o país e porque era um assunto que era de grande interesse pra eles. O valor-notícia do **impacto** está presente no verbete celeridade, visto que o fato de acelerar o processo foi resultante das manifestações ocorridas.

Sobre os valores – notícia encontrados no Jornal Nacional (Gráfico 1) estiveram presentes a novidade, infração hierarquia ou notoriedade, relevância, impacto (6), dramatização (2), amplificação (3), visualidade (2), notabilidade e interesse. No Jornal da Record (Gráfico 2) a novidade, infração hierarquia ou notoriedade, visualidade, impacto, relevância e interesse.

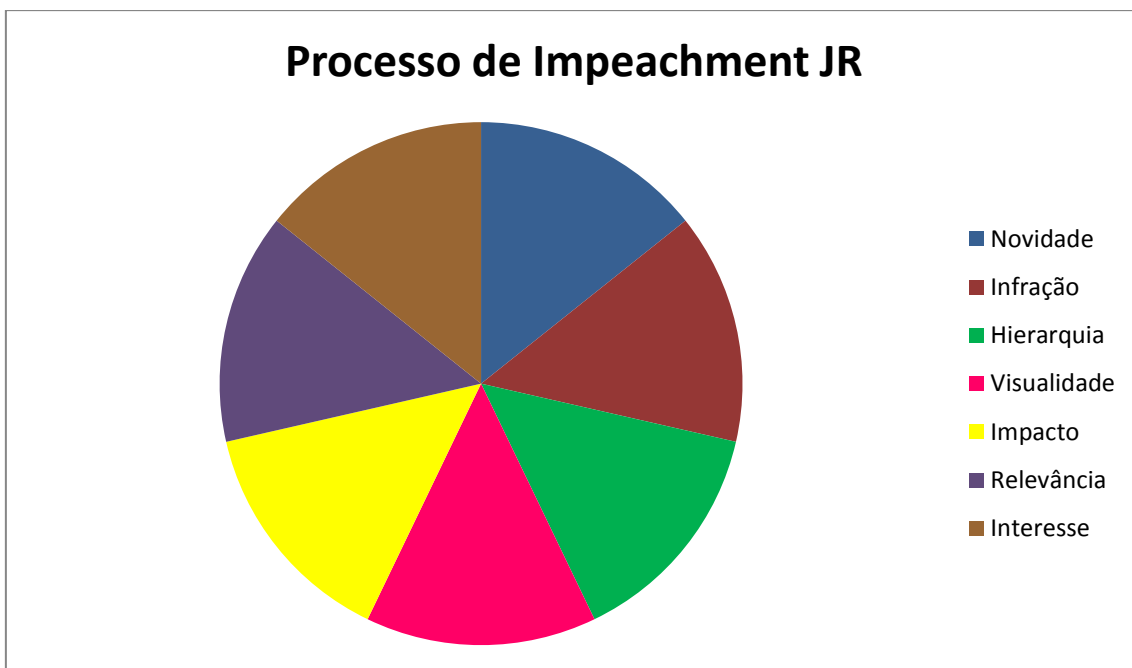
⁴⁵ Todas as palavras foram analisadas em seus contextos específicos para a identificação dos valores-notícia. Ao levar em consideração o contexto é possível ver as nuances e possibilidades refletidas pelo verbete utilizado.

Gráfico1: Frequência valores-notícia na categoria no JN processo de impeachment 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2: Frequência valores-notícia no JR na categoria processo de impeachment 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

Na categoria manifestações, as palavras manifestações, protestos, mobilizações ou atos apareceram 10 vezes no Jornal Nacional, no Jornal da Record elas foram usadas 13 vezes, sendo que foram encontrados 14 termos diferentes. No noticiário da Globo: maior, recorde,

superar, repercussão, consenso, força, acachapante, alarmante e decisivo. No noticiário da Record: maior, superar, a favor, dividir, alerta, participar, força, engrossaram, tentar e minimizar. Lembra-se que para efeitos didáticos, os termos manifestações, atos e protestos foram adotados como sinônimos, até porque os jornalistas os utilizam como palavras com significados semelhantes para evitar a contínua repetição e deixar o texto mais fluído.

Começando pelo próprio significado da palavra manifestação encontramos o valor-notícia da **visualidade** porque a partir do princípio que é um ato que ocorre em espaço público e envolve um grande grupo de pessoas então gera imagens, o que caracteriza esse valor-notícia. Também é possível destacar a **notabilidade** porque essas mobilizações reuniram um grande número de brasileiros. Aqui é possível falar também no valor notícia do **interesse** da comunidade, porque quando as pessoas vão as ruas – e de acordo com o significado etimológico da palavra, buscam seus direitos – é veemente para a sociedade. Isso leva ao valor-notícia da **relevância**, porque a partir do momento que um grupo de indivíduos vai as ruas em todos os estados Brasileiros e em cidades com um grande número de habitantes, o fato passa a ser relevante para o país pela grande abrangência. Implicitamente identificamos o valor-notícia da **proximidade**, uma vez que os fatos aconteceram não apenas no contexto nacional, mas também estadual e municipal.

Ao utilizar os termos maior, recorde e superar destaca-se o valor notícia da **visualidade** porque todas essas palavras foram usadas para se referir ao número de pessoas que estiveram nas ruas, e a partir do momento em que há uma grande quantidade de indivíduos em uma manifestação imagens podem ser obtidas. Isso direciona também ao valor notícia da **amplificação**, com destaque aos termos maior e recorde, porque para ser maior de acordo com o dicionário deve ser em tamanho, espaço e grandeza e para ser recorde deve estar sobre a influência de condições idênticas. Ao usarem esses termos, os jornalistas se referem apenas a um comparativo do número de pessoas. Também o valor notícia da **relevância**, uma vez que foi uma grande mobilização, que reuniu milhares de pessoas. Todo o acontecimento que mobiliza uma quantidade significativa de indivíduos e que acontece em todos os estados do Brasil deve ser noticiado.

Há também na presença do valor-notícia da **dramatização**, porque mesmo que numericamente essas manifestações tenham sido maiores que as anteriores, o uso desses termos envolve bem mais que quantidade numérica. Esses termos foram usados para dar mais destaque ao acontecimento. Vale ressaltar o valor – notícia do **impacto**, uma vez que as manifestações mobilizaram um grande número de pessoas. O critério da **consonância** também está presente, já que ao usar esses termos e fazer um comparativo os jornalistas tentaram

aproximar a situação à um contexto já conhecido do telespectador. Destaque ao fato de que esses três termos foram usados pelos jornalistas, nenhum dos entrevistados deu destaque aos dados numéricos ou a questão de terem sido mobilizações quantitativamente maiores que as anteriores.

A palavra repercussão apresenta o critério do **impacto** que as manifestações tiveram no congresso. Ao utilizar o verbete consenso – se referindo às manifestações – foi possível ver o critério de **amplificação**, uma vez que dizer que houve unanimidade na opinião de todos os políticos pode vir a ser um exagero, levando em consideração o número de atores públicos que trabalham no congresso.

Contudo, os políticos entrevistados nas reportagens relativas à repercussão no congresso também são relevantes no contexto. Adjetivos como alarmantes, decisivos e acachapantes foram usados para caracterizar as manifestações. Pensa-se que todas essas palavras contenham o valor - notícia da **relevância**, porque elas demonstram a importância que as manifestações tiveram para a política e a sociedade brasileira. Outro valor-notícia é o **impacto**, uma vez que os adjetivos usados têm como significado de definitivo, inquietante e algo que não deixa dúvidas. Isso explicita bem a visão dos políticos entrevistados sobre os acontecimentos do dia 13 de março. Os mesmos valores-notícias podem ser atribuídos ao termo alerta.

Outro verbete utilizado foi o substantivo força, onde está presente o valor-notícia do **impacto**, já que significa capacidade de produzir um efeito, tudo o que tem um efeito gera uma consequência na sociedade. Isso explicita o critério da **relevância**, porque esses efeitos vão reverberar no futuro do Brasil. Além disso, a palavra também demonstra o valor-notícia da **visibilidade**, porque tem como significado a intensidade, o apogeu, relacionado à quantidade de pessoas que foram às ruas. No uso do verbo participar é possível identificar os critérios do **interesse** e da **relevância**, uma vez que foram esses motivos que levaram as pessoas à irem às ruas reivindicar e compartilhar um mesmo sentimento. O verbete engrossar apresenta o valor-notícia do **impacto**, já que foi uma consequência direta das manifestações.

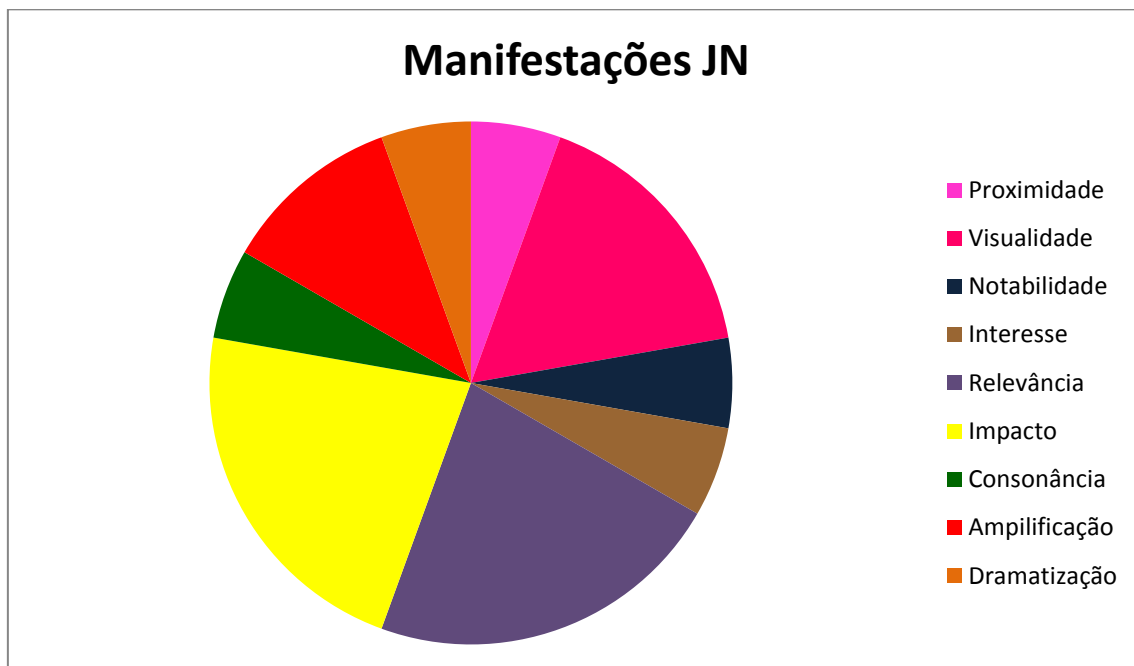
Uma das questões mais enigmáticas está em um trecho da reportagem do Jornal da Record, quando o repórter diz: “Alguns petistas tentaram minimizar”. Antes de explicitar os valores-notícia vale deixar claro que neste trecho fica evidente a opinião ou do repórter ou da emissora a qual ele trabalha, uma vez que o verbo tentar significa fazer o possível para realizar uma ação. Ao usar esse termo temos a **dramatização** porque o termo envolve uma questão subjetiva que contém o objetivo de envolver o telespectador na situação, além disso, não é possível saber se os políticos fazem todo o necessário. Fica claro também o critério da

amplificação, já que o uso do verbo tentar vem a dar mais destaque a um fato ou ação por se referir a fazer todo o possível para que algo se concretize. Também é perceptível o valor notícia do **impacto**, porque a “tentativa de minimizar” é um reflexo das manifestações.

Sobre o termo minimizar, mesmo que ele tenha como significado diminuir, observa-se a presença do valor-notícia da **amplificação**, usado aqui no sentido inverso. Foi tentado amplificar a minimização das manifestações. O valor- notícia do **impacto** também está presente porque o minimizar é a consequência gerada pelo movimento das pessoas nas ruas do país, além de demonstrar explicitamente qual foi o resultado que essas manifestações tiveram na política.

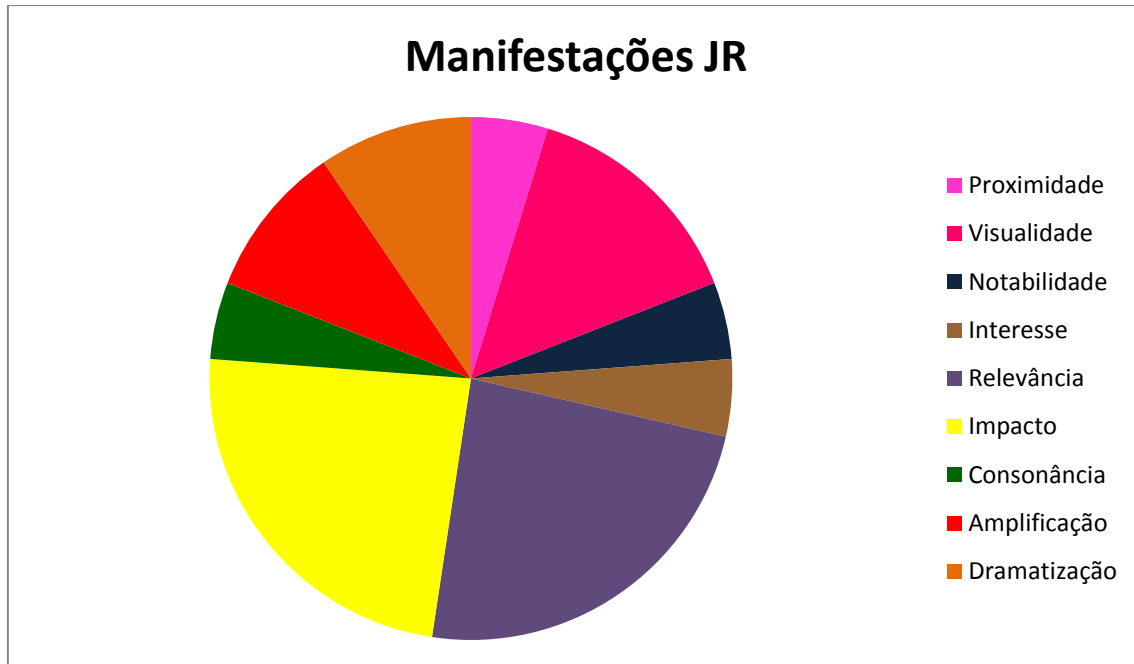
Os critérios usados pelo Jornal Nacional (Gráfico 3) foram proximidade, notabilidade, interesse, relevância (4), impacto (4), consonância, visualidade (3), amplificação (2) e dramatização. No Jornal da Record (Gráfico 4) estiveram presentes a proximidade, visualidade (3), notabilidade, interesse, relevância (4), impacto (5), consonância, amplificação (2), relevância e dramatização (2).

Gráfico 3: Frequência valores-notícia no JN na categoria manifestações 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4: Frequência valores-notícia no JR na categoria manifestações 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

Na categoria governo o termo esteve presente 13 vezes nas reportagens apresentadas pelo Jornal Nacional. Já no Jornal da Record a palavra apareceu nove vezes, somando um total de 11 verbetes diferentes. Os vocábulos oposição, contra, cumprir, papel, pressa, repercussão, consenso estiveram presentes no Jornal Nacional. Já as palavras ações, convocar, determinante, romper e oposição foram usados pelo Jornal da Record. Para fins de pesquisa, o termo governo englobou todas as formas de administração política, incluindo o poder executivo e legislativo, principalmente porque o termo foi usado com esse sentido amplo nas reportagens estudadas.

A primeira palavra a ser analisada é o próprio termo governo, que ao ter como significado administração e poder evidencia a presença do valor-notícia da **hierarquia** ou **notabilidade**, especialmente porque são pessoas públicas e que tem importância no contexto nacional. Desta afirmação surge o valor-notícia da **relevância**, pois refere-se aos indivíduos que criam e aprovam as leis que tem consequência direta na vida da sociedade em geral. Por conseguinte, percebe-se o critério do **interesse**, porque o que acontece no setor político e com atores públicos que estão exercendo esse cargo é de extrema importância uma vez que a população os elegeu, e por isso os acontecimentos devem ser de importância para a comunidade.

Como substantivo oposição se trata de um partido político de oposição, também é perceptível o valor notícia da **hierarquia** ou **notabilidade**, uma vez que são atores públicos

que estiveram em evidência no cenário nacional. O valor notícia do **conflito ou controvérsia** também está presente no contexto analisado, já que a oposição e o governo estavam em constante disputa no processo de conseguir votos para aprovar ou barrar o impeachment. A importância do critério do conflito ou controvérsia nesse caso é justamente o embate político que aconteceu no contexto analisado, especialmente porque essa disputa se deu entre líderes políticos.

A palavra repercussão já demonstra o valor-notícia do **impacto**, especialmente porque as reportagens analisadas que se referiam ao governo eram justamente sobre o impacto que as manifestações tiveram para os líderes do governo e da oposição. Além disso, é perceptível o critério da **relevância** futura sobre o assunto, não apenas por estarmos nos referindo a um processo de impeachment e como que as decisões relativas a ele podem reverberar na sociedade, mas também porque a mobilização das pessoas gera uma mudança na consciência política do povo brasileiro.

Um termo usado que chamou a atenção foi o substantivo consenso, que foi usada pelo jornalista para se referir ao reflexo das manifestações no congresso. Pelo contexto há o valor-notícia da **amplificação**, já que o termo quer dizer unanimidade de opiniões, decisão ou deliberação comum. A partir disso, surge uma questão: Será que as manifestações realmente foram um consenso entre todos os políticos no congresso? Vale ressaltar aqui uma frase de destaque dita no Jornal da Record: “No congresso a repercussão dos protestos desse domingo dividiu aliados e oposição”

Apesar do verbo dividir ser referente a aliados e oposição que tem relação direta aos protestos, tudo isso está conectado a repercussão ocorrida no congresso. Trazendo outro ponto de discussão, enquanto um telejornal relata que as manifestações foram um consenso no congresso, outro telejornal diz que dividiu os aliados e a oposição. Pontos de vista diferentes sobre um mesmo assunto, que vale ficar atento porque a opinião pública muitas vezes é formada a partir dessas reportagens. O termo também contém o valor-notícia da **dramatização**, porque ao dizer que gerou um consenso, passa a ideia de que um sentimento geral, o que pode vir a ser uma forma dramática de relatar as opiniões no legislativo.

O termo ações não está ligado apenas ao verbete congresso, mas também a dominar (termo já discutido e com relação às manifestações) e também ao substantivo discurso. O valor-notícia da **relevância** está presente, assim como o do **impacto**, já que o substantivo está se referindo a atitudes que podem ter uma importância e uma consequência futura não apenas no âmbito político, mas econômico, social, cultural e etc. O **interesse** também é outro critério imbricado na palavra ações, uma vez que essas ações devem ser de interesse na sociedade já

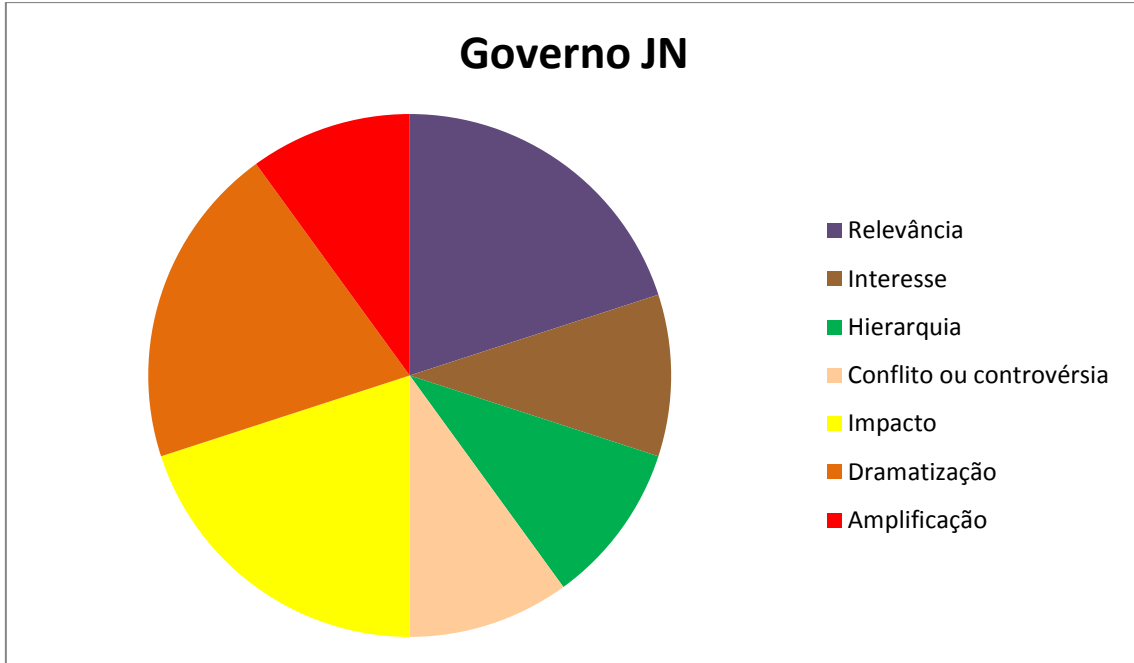
que irá afetar diretamente a vida da população. O verbo romper tem com valor-notícia o **impacto**, porque se houvesse a ruptura isso traria consequências para a política brasileira. Também pode-se destacar a **novidade**, o qual mesmo que tenha sido apenas uma expectativa, caso a ruptura com o governo tivesse se concretizado isso teria sido uma novidade no contexto brasileiro. Aparece aqui também o critério da **infração**, porque haveria uma ruptura na aliança ou no combinado entre dois partidos políticos.

O político entrevistado que usou a expressão “cumprir seu papel” estava se referindo em fazer valer as atribuições do congresso. Sendo assim, os termos cumprir e papel, dentro do contexto usado tem como valor-notícia o **impacto**, já que se refere a uma consequência às manifestações realizadas. Vale chamar a atenção à adjetivação usada à expressão “cumprir seu papel”: o adjetivo escolhido foi efetivamente, o que demonstra uma **dramatização**, já que relata de forma dramática, ou exagerada que o congresso deve exercer uma obrigatoriedade.

O adjetivo determinante se refere exclusivamente ao papel que um político acredita que o partido deve ter no congresso. Isso é uma consequência direta das manifestações e da situação política do país, portanto foi evidenciado aqui o valor-notícia do **impacto**. Ao usar os termos convocar e pressa, pode-se destacar o valor notícia do **impacto**, uma vez que eles foram a consequências as manifestações do dia anterior no congresso. Ainda está presente o valor-notícia do **interesse**, porque a convocação e o aceleramento do processo de impeachment, no contexto apresentado foram de extremo interesse dos políticos, refletindo no interesse do telejornal em mostrar o assunto.

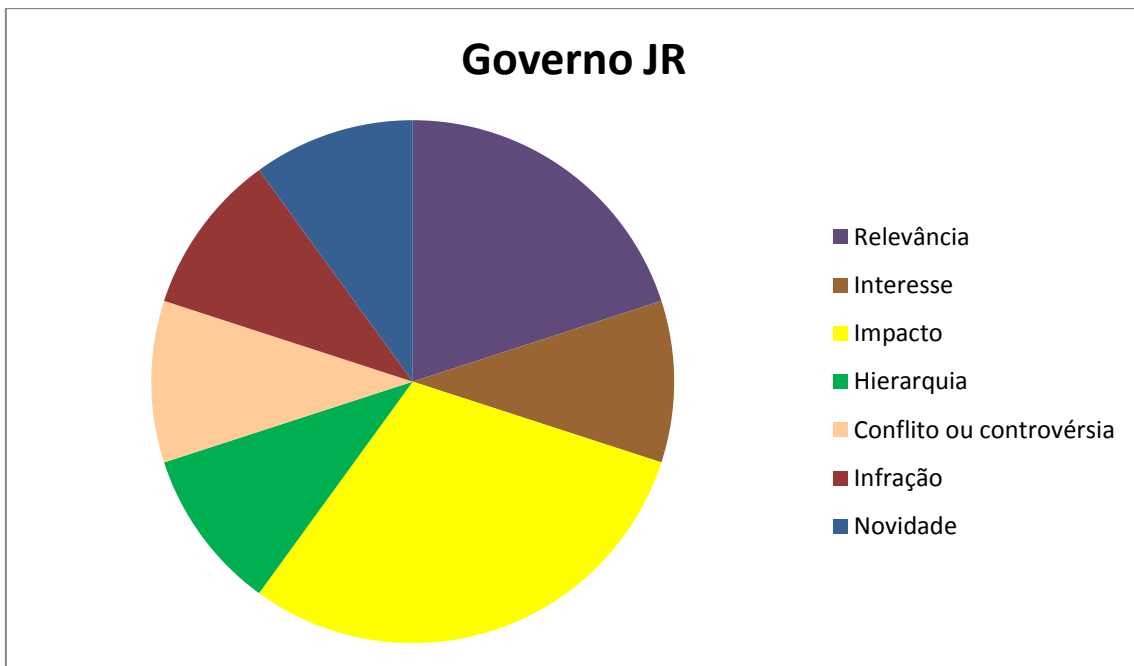
Foram encontrados os seguintes valores-notícia no Jornal Nacional (Gráfico 5): relevância (2), interesse, hierarquia ou notoriedade, conflito ou controvérsia, impacto (2), dramatização (2) e amplificação. No Jornal da Record (Gráfico 6): relevância (2), interesse, impacto (3), hierarquia ou notoriedade, conflito ou controvérsia, infração e novidade.

Gráfico 5: Frequência valores-notícia no JN na categoria governo 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6: Frequência valores-notícia no JR na categoria processo de impeachment 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

A palavra corrupção, a qual dá nome a última categoria de análise, não foi uma das palavras mais usadas nas reportagens. Acredita-se que esta categoria seja relevante uma vez que foram denúncias de corrupção que desencadearam o processo de impeachment. Além

disso, foi o combate a corrupção no país que deu início à operação lava-jato e que foi um dos objetos de defesa dos manifestantes que foram as ruas no dia 13 de março. Por fim corrupção vem ser uma categoria importante porque essa luta contra a corrupção está sendo responsável por trazer o assunto política para a vida dos brasileiros.. O termo foi utilizado duas vezes nas reportagens analisadas do Jornal Nacional. Já no Jornal da Record a palavra apareceu apenas uma vez, somando três palavras diferentes relacionadas à categoria em questão. O único termo usado pelo Jornal Nacional para se referir a corrupção foi contra. Já o Jornal da Record usou as palavras denúncias e apurar.

Para começar a análise desta categoria, tem-se como ponto de partida o próprio verbete corrupção. O valor-notícia mais evidente no significado de corrupção é a **infração**. Isso não apenas porque houve uma contravenção da lei, mas também porque no caso analisado essa transgressão foi cometida por políticos, o que dá mais destaque ao fato em questão. Assim observa-se que implicitamente se encontra o valor-notícia da **hierarquia** ou **notoriedade**, porque as pessoas envolvidas são atores públicos, que possuem influência no cenário nacional, além de serem políticos, que tem a capacidade de decidir os rumos do país.

É possível perceber também o critério do **impacto**, especialmente porque no próprio significado da palavra, está presente o termo “efeito” – por isso, tudo o que tem um efeito gera um impacto, uma consequência na vida das pessoas. Neste contexto, se enquadra o valor-notícia da **relevância** futura, uma vez que quando há casos de corrupção que não apenas envolvem uma grande quantidade de pessoas, mas políticos, as consequências vêm a ser importantes para o futuro do país. Há o valor-notícia do **interesse** da comunidade, especialmente porque se os casos de corrupção envolvem políticos que a comunidade escolheu, deveria ser de interesse dos sujeitos, para ficar de olho no que os seus representantes no poder executivo e legislativo estão fazendo. Um ponto a chamar a atenção aqui é que todas as vezes que o termo corrupção foi usado, foi uma escolha do jornalista, nenhum dos políticos entrevistados usou o termo, o que mostra o destaque que essa questão tem para a mídia.

Na preposição contra é perceptível o valor-notícia no **conflito ou controvérsia**, em primeiro lugar porque no seu próprio significado está o sentido de luta, e também porque na conjuntura do país esse combate à corrupção divide opiniões, leva pessoas as ruas e faz com que haja um conflito na sociedade. O **interesse** das pessoas pelo fim da corrupção também é um valor-notícia presente, uma vez que é algo importante para a sociedade, especialmente para os que foram às ruas pedindo um país mais justo- caso das mobilizações do dia 13 de março. Observa-se que o valor-notícia da **novidade** também está presente, porque esse combate à corrupção, nas proporções que está sendo realizado no país, é algo novo. E

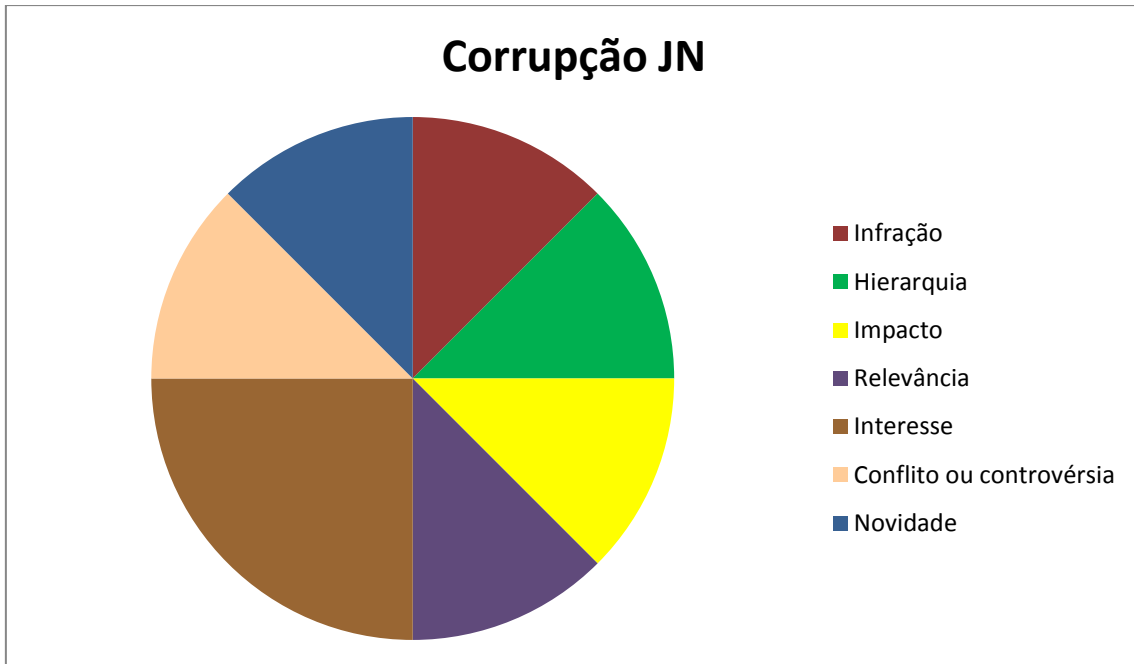
justamente por ser novidade é possível destacar o valor notícia da relevância, já que os desdobramentos e os acontecimentos relativos às operações pelo fim da corrupção são importantes para a sociedade brasileira.

O substantivo denúncia, no contexto utilizado, tem como valor-notícia da **infração**, a partir do momento que se refere a algo ilegal ou ilícito, com o agravamento de poder se referir a um crime. Também se encontra o valor-notícia da **novidade**, já que a primeira palavra utilizada na definição do substantivo é “revelação”, se é uma revelação fica subentendido ser algo inédito, portanto um fato novo. No caso específico a ser analisado podemos destacar o valor-notícia da **notoriedade ou hierarquia**, já que as denúncias foram feitas a uma autoridade, os mandados foram expedidos por uma autoridade e não refe-se a um juiz que está nos bastidores nesse caso. O juiz que coordena essas operações é o juiz Sérgio Moro, que ganhou muito destaque durante a operação lava-jato e acabou sendo bem conhecido do público em geral. Também vale relatar que as denúncias foram feitas contra políticos importantes no contexto brasileiro, o que justifica a escolha desse valor-notícia.

O uso do verbo apurar na frase “apurar as denúncias” apresenta um valor-notícia ainda não identificado anteriormente, o critério da **clareza**. Uma vez que a palavra tem como significado examinar com cuidado, a escolha do verbete pelo jornalista mostrar uma maior atenção no momento de escrever o texto para não demonstrar que as denúncias são de fato verídicas.

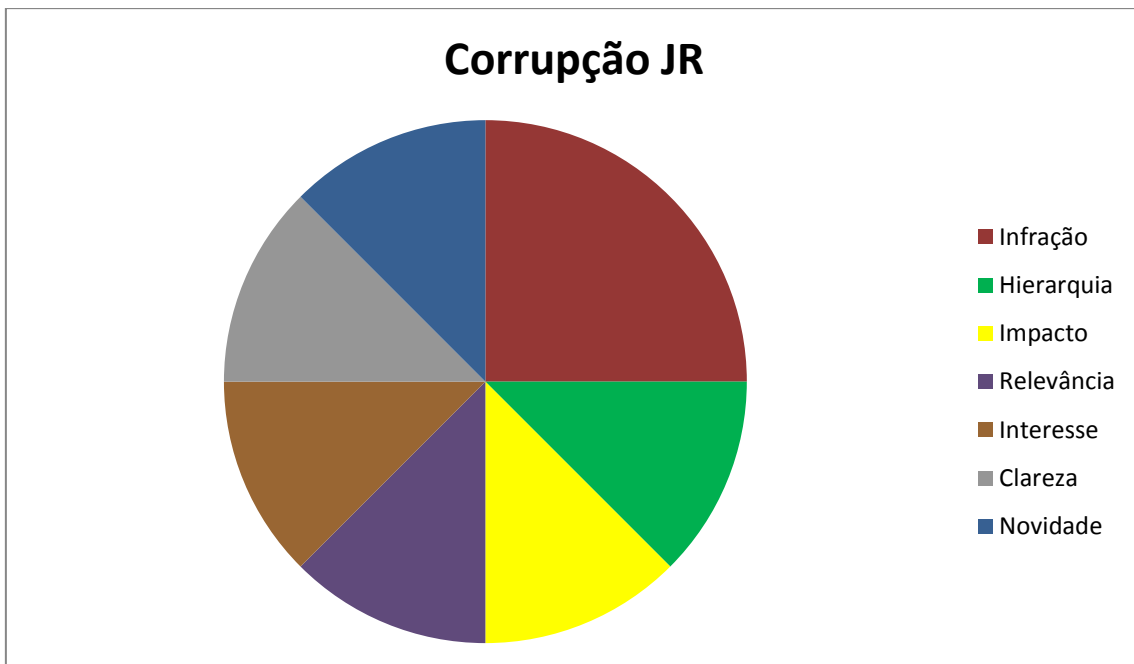
No Jornal Nacional (Gráfico 7) os critérios infração, hierarquia ou notoriedade, impacto, relevância, interesse (2), conflito ou controvérsia e novidade estiveram presentes. Infração (2), hierarquia ou notoriedade (2), impacto, relevância, interesse, clareza e novidade foram usados pelo Jornal da Record (Gráfico 8).

Gráfico 7: Frequência valores-notícia no JN na categoria corrupção 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 8: Frequência valores-notícia no JR na categoria corrupção 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

Através da análise e como apresentado no gráfico (Gráfico 9), o Jornal Nacional utilizou principalmente os valores-notícia da relevância e do impacto. Isso demonstra que na hora de escolher um assunto, especialmente um que dividiu e mobilizou os brasileiros, os

critérios principais foram a forma com que o tema impactou a vida dos brasileiros e a relevância dele para a sociedade. Mas não se pode deixar de lado que o valor-notícia mais utilizado foi a amplificação, o que mostra que o noticiário exagera na forma como apresenta as informações, aumentando desse modo a importância de alguns fatos ou ignorando a presença de outros. Isso pode levar a uma distorção na percepção do público e na formação de opinião que os espectadores vão ter sobre o tema em questão.

Isso vem a ser um problema, especialmente porque o assunto debatido – as manifestações – podia mudar o rumo do país, além disso, a comunidade estava dividida. O papel da mídia nesse caso não era amplificar os acontecimentos, mas sim apresentar eles de forma real, fornecendo todas as informações possíveis para que o público tivesse a capacidade de formar sua opinião baseada nos fatos e não no pensamento da ideologia dominante.

A amplificação permite que os atores sociais tenham uma representação irreal do que aconteceu. Isso acontece porque o fato relatado passou por um processo onde sofreu influências da percepção do jornalista e da linha editorial do veículo. Deve-se levar em consideração o uso da dramatização pelos dois telejornais analisados, visto que a este valor-notícia também leva à manipulação dos fatos.

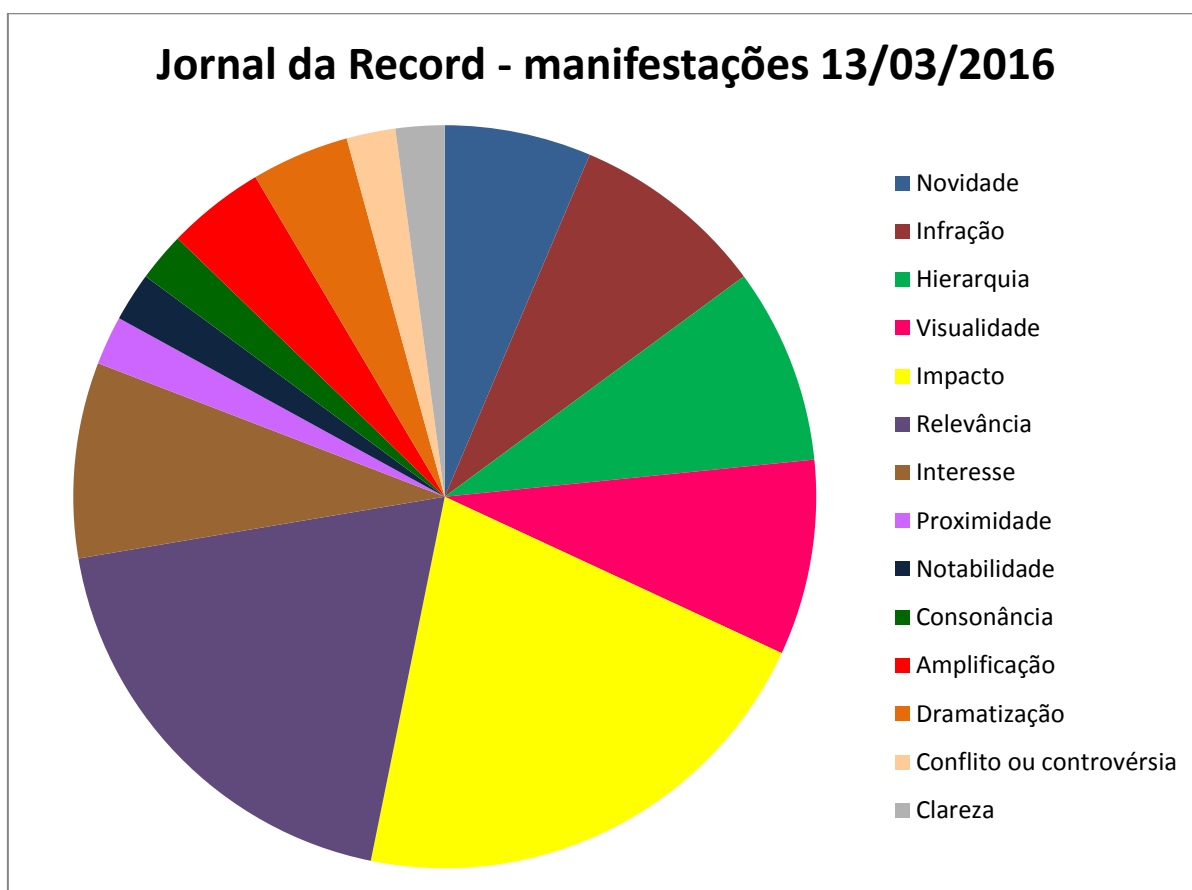
Gráfico 9: Frequência valores-notícia no JN 13/03/16



Fonte: Elaboração própria

O Jornal da Record (Gráfico 10) também teve como valores-notícias principais a relevância e o impacto da informação para os brasileiros. Esse dado é importante, uma vez que ambos os telejornais tiveram a intenção de retratar um assunto que iria ter consequências e que era importante para a sociedade. O que chama a atenção aqui é o fato que o Jornal da Record utilizou muito pouco da amplificação. Contudo isso se deve ao fato de que grande parte das informações apresentadas foram dados numéricos. Vale destacar que um dos critérios que mais foi utilizado pelo noticiário da Rede Record foi o da hierarquia ou notoriedade, o que demonstra que muitas vezes o interesse e o impacto da informação é devido a sua origem dominante.

Gráfico 10: Frequência valores-notícia no JR13/03/16



Fonte: Elaboração própria

Em relação às reportagens apresentadas no dia 13 de março de 2016, na categoria Processo de Impeachment, o Jornal Nacional utilizou como principal critério o impacto, ou seja, a força que esse assunto teve e viria a ter na sociedade. Já o Jornal da Record mostrou um equilíbrio entre os valores-notícia utilizados, não tendo um de maior destaque. A categoria Manifestações foi semelhante em ambos os noticiários, que deram destaque para o impacto e

a relevância do assunto, assim como para a visualidade. Sendo assim, ao se tratar das manifestações, as imagens são relevantes para mostrar o que estava acontecendo.

Ainda sobre o dia 13 de março, na categoria Governo, os valores-notícia mais usados pelos dois telejornais foram o do impacto e da relevância. Nesta categoria, o Jornal Nacional utilizou o valor-notícia na amplificação, enquanto o Jornal da Record não. Isso demonstra que o noticiário da rede Globo enfatizou em alto grau as informações relacionadas à área política. Na última categoria, Corrupção, o Jornal Nacional utilizou mais o valor notícia do interesse, acreditando que o assunto seria veemente para a população. O Jornal da Record fez mais uso do critério da infração, dando ênfase no significado das atitudes de corrupção.

A conclusão que se chega a partir do uso desses valores-notícia é que tanto para o Jornal Nacional, quanto para o Jornal da Record, as manifestações ocorridas no dia 13 de março de 2016 não foram apenas relevantes para o contexto nacional. Elas tiveram impacto na sociedade e mobilizaram centenas de brasileiros por isso mereceram destaque nos noticiários.

4.3 – Análise dos resultados: Valores notícia – manifestações 18 de março

Nas manifestações ocorridas no dia 18 de março de 2016, o destaque para os atos ocorreu em dois momentos no Jornal Nacional: um durante as manifestações e outro que abordou os acontecimentos que antecederam às mobilizações. O Jornal da Record adotou uma perspectiva diferente, mas também abordou as manifestações em dois momentos: falando dos acontecimentos em São Paulo e dando destaque ao que aconteceu antes do início da concentração, e depois abordando as mobilizações nos outros estados do Brasil.

O Jornal Nacional deu evidência aos fatos que estavam ocorrendo naquele momento, por isso utilizou o recurso da entrada ao vivo de repórteres de diferentes cidades, que explicaram como e onde estavam ocorrendo as manifestações. Essa participação dos jornalistas durou aproximadamente quatro minutos, mas não houve entrevista com os indivíduos. O noticiário da Globo também deu destaque aos fatos prévios às concentrações dos manifestantes e a movimentação da comunidade naquele dia através de uma reportagem de oito minutos que mostrou esse processo nas maiores capitais do país. O destaque aqui vai para o fato de eles entrevistarem um dos manifestantes que foi às ruas. A outra intervenção foi uma parte do discurso do ex-presidente Lula.

A abordagem do Jornal da Record foi completamente diferente, uma vez que foram apresentadas duas notas cobertas sobre as manifestações, que estavam interligadas. O total de tempo das duas informações foi de aproximadamente dois minutos. Primeiramente o

telejornal mostrou imagens das manifestações em São Paulo, dando ênfase aos números e narrando os acontecimentos pré-mobilização. Logo após, depois de uma intervenção do apresentador do noticiário, é comentando de forma objetiva os dados nas manifestações em outros estados do Brasil.

Aqui dá para perceber que o Jornal Nacional visou dar destaque para os acontecimentos daquele momento, relatando o contexto e os fatos que permearam as mobilizações. Além disso, o telejornal também procurou entrevistar ao menos uma pessoa que participou dos atos. Já o Jornal da Record relatou de forma breve o contexto, dando maior importância para os números.

Novamente antes de detalhar especificamente as categorias de análise gostaria de ressaltar alguns dos valores-notícias que estiveram presentes em todo o contexto envolvendo as reportagens exibidas no dia em questão. Vamos ressaltar o **dia noticioso** porque novamente não houve nada de mais relevante no país do que aquelas manifestações que estavam acontecendo simultaneamente ou quase no momento em que os telejornais foram exibidos. Pode-se falar da **consonância** porque os telejornais usaram artifícios – principalmente estatísticos para relacionar as manifestações com outros eventos de mesmo porte ocorridos previamente.

Usaram também o valor-notícia do **tempo** devido à atualidade dos fatos que estavam a se desenvolver no país. Por fim, destaca-se um valor-notícia que esteve presente no Jornal Nacional e que mesmo não sendo usado pelo Jornal da Record é válido dar destaque, que é o critério do **formato**. Este é relevante porque o telejornal usou o artifício da participação ao vivo dos repórteres, o que dá uma maior dinamicidade e ritmo ao telejornal, fora que destaca a importância do fato que está ocorrendo durante a transmissão. Na categoria processo de impeachment a palavra impeachment apareceu quatro vezes, sendo três delas no Jornal Nacional e uma no Jornal da Record. Foram encontradas seis palavras referentes ao termo impeachment nas reportagens do Jornal Nacional e um termo utilizado no Jornal da Record. Os termos contra, a favor e contrários estiveram presentes nas reportagens do Jornal Nacional. O Jornal da Record usou o vocábulo favoráveis para se referir à impeachment.

No verbete impeachment o valor-notícia da **infração**, porque como já dito anteriormente, para alguém estar sofrendo a ameaça de um processo é porque atores públicos julgam que há uma infração. Destaca-se também o valor-notícia do **interesse**, uma vez que todo o assunto que ocasiona transformações e mudanças no cenário político deveria ser de completo interesse da comunidade. No que tange ao critério do interesse por outro motivo, essas manifestações ocorridas foram contra o impeachment, já que o interesse aqui é o oposto,

a vontade da comunidade aqui é fazer valer o resultado das urnas, reiterar a escolha feita pela maioria dos brasileiros nas eleições. Outro critério importante é o **impacto**, porque ocorrendo ou não o impeachment haveria um impacto na sociedade, na política e na economia, assim também é perceptível o valor-notícia da **relevância**, já que a expressão desse ponto de vista, ou melhor, contraponto em relação ao ocorrido no fim de semana anterior é importante para a construção da democracia, para a liberdade de expressão.

Não se pode deixar de falar do critério da **novidade**, porque toda a situação, não apenas do impeachment, mas o engajamento da população, a divisão das opiniões e a forma como os fatos correram foram inéditas, ou ao menos não ocorriam há muito tempo. A preposição contra aparece quatro vezes, totalizando a somatória feita nas reportagens de ambos os telejornais. Levando em consideração que a maioria das vezes a palavra contra foi usada juntamente com a expressão impeachment e o nome da então presidente Dilma, destaca-se o valor-notícia da **hierarquia ou notoriedade**, visto que se referia a pessoa que ocupava o cargo do executivo mais alto do país.

Também vale destacar aqui o critério do **conflito ou controvérsia**, uma vez que o vocábulo contra tem como significado luta. Sempre que há uma luta, que existe oposição é porque existe uma controvérsia na população, que foi muito bem representada no momento pelo qual o país estava passando. Na frase “contra a possibilidade de impeachment”, vale destacar o uso do verbete possibilidade, que em minha opinião temo como valor-notícia a **clareza**, visto que o repórter visou expressar que naquele momento o impeachment não era algo concreto, apenas um fato que poderia vir a acontecer.

Outra aparição do termo contra está relacionada aos verbetes “faixas e cartazes”, demonstrando o critério da **visualidade**, uma vez que elementos foram utilizados para demonstrar a oposição dos manifestantes ao processo de impeachment. Em relação à expressão a favor é necessário analisar o contexto⁴⁶ em que ela foi utilizada, para isso pode-se dizer que primeiramente foi possível identificar o valor-notícia do **conflito ou controvérsia**, porque nesse momento da reportagem é relatado que houve um tumulto entre os manifestantes contra e a favor do impeachment. Também é possível averiguar o critério do **impacto**, uma vez que esse confronto foi uma consequência da situação política do país. Também elenca-se aqui a questão da **visualidade**, porque todo conflito onde há uso de artefatos para a separação dos envolvidos – como é o caso em questão – há imagens que podem ser narradas para o público.

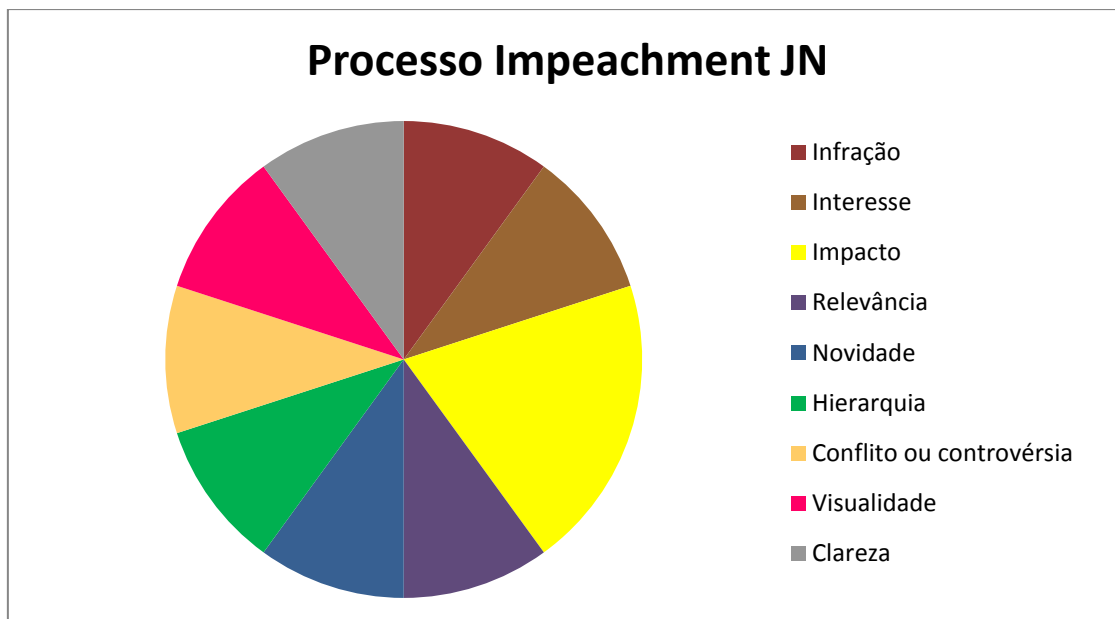
⁴⁶ Importante ressaltar aqui que todas as palavras foram analisadas em seus contextos específicos para a identificação dos valores-notícia. Isso permite uma maior fidedignidade aos resultados obtidos. Ao levar em consideração o contexto é possível ver todas as nuances e possibilidades refletidas pelo verbete utilizado.

Analisando o significado etimológico da palavra *contrários* podemos ressaltar o quesito da **clareza** na linguagem, uma vez que representa uma diferença ou oposição absoluta, o que realmente expressava o sentimento de quem foi às ruas naquela dia manifestar contra o impeachment. Também destaco aqui o valor-notícia da **hierarquia ou notoriedade**, uma vez que eles deixam bem claro que o manifesto era contra o impeachment de Dilma Rousseff.

O último vocábulo é o adjetivo favorável, o qual expressa o valor-notícia da **hierarquia ou notoriedade**, uma vez que se refere diretamente ao processo de impeachment da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff. É possível identificar também o valor-notícia do **conflito ou controvérsia**, uma vez que nessa parte da reportagem o jornalista se refere ao confronto que ocorreu antes da manifestação do dia 18 de março. Por fim, o valor-notícia da **visualidade** está presente justamente porque o termo está relacionado ao confronto, quando gerou imagens que permitiram que a informação fosse apresentada de forma ilustrada ao público.

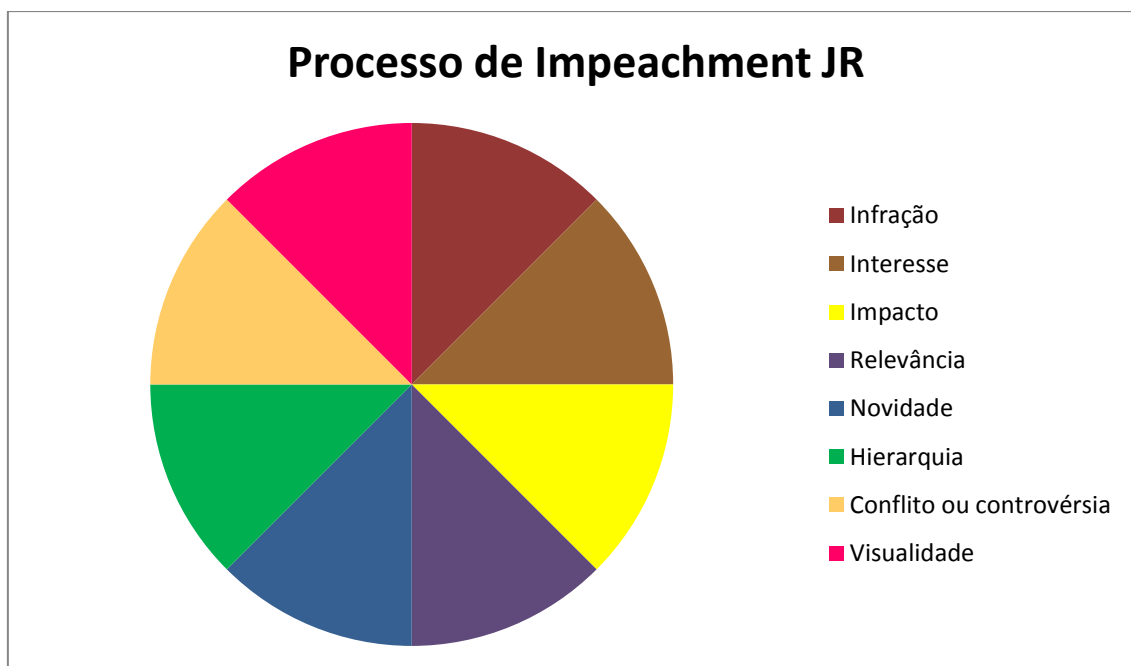
No Jornal Nacional (Gráfico 11) foram identificados os valores notícia da infração, interesse, impacto (2), relevância, novidade, hierarquia ou notoriedade, conflito ou controvérsia, visualidade e clareza. Os critérios da infração, interesse, impacto, relevância, novidade, hierarquia ou notoriedade, conflito ou controvérsia e visualidade estiveram presentes do Jornal da Record (Gráfico 12).

Gráfico 11: Frequência valores-notícia no JN na categoria processo de impeachment 18/03/16



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 12: Frequência valores-notícia no JR na categoria processo de impeachment 18/03/16



Fonte: Elaboração própria

Na categoria manifestações/ atos/ protestos se incluem novamente os termos manifestação, ato e protesto, uma vez que os jornalistas os utilizaram como sinônimos nas reportagens a serem analisadas. No Jornal da Record foram contados 10 verbetes, já no Jornal Nacional as três palavras aparecem 37 vezes. Ao todo 25 palavras diferentes foram usadas

pelos noticiários. O Jornal da Record apresentou os termos hoje, presente, começo, pacificamente, apoio, convocada e organizada. O Jornal Nacional usou as palavras convocar, hoje, maiores, menores, nesse, mas, participaram, tranquilidade, a favor, defesa, contra, reuniu, apoio, encerrou e organizado.

Começando pelo próprio significado da palavra manifestação encontra-se o valor-notícia da **visualidade** porque a partir do princípio que é um ato que ocorre em espaço público geralmente envolve um grande grupo de pessoas então gera imagens, o que caracteriza esse valor-notícia. O critério da **notabilidade** está presente porque os atos reuniram um grande número de brasileiros. O valor-notícia da **relevância**, porque a partir do momento que um grupo de indivíduos vai as ruas o fato passa a ser relevante para o país pela grande abrangência. No verbo convocar, é perceptível o valor-notícia do **impacto**, uma vez que essa convocação gerou uma mobilização capaz de aglutinar diferentes pessoas. Também há o critério da **visualidade**, já que essa convocação reuniu centenas de pessoas em diversos municípios brasileiros, gerando imagens relevantes para a comunidade.

O advérbio hoje é uma plena demonstração da profissão de jornalista que apresenta o que aconteceu de mais atual, por isso elenco aqui o valor-notícia da **disponibilidade**, uma vez que, por ser algo que estava marcado para acontecer, as equipes jornalísticas estavam prontas e disponíveis para ir até o local. Também se pode destacar o valor-notícia da **relevância** porque o factual⁴⁷ é sempre importante para a população. Através do uso da palavra maiores podemos destacar o uso da **amplificação**, porque é feita uma comparação entre as manifestações do dia 13 e do dia 18. Aqui trago uma reflexão, é possível comparar as duas manifestações? Será que realmente uma superou a outra em “tamanho, espaço, duração e grandeza”? Por meio dessa última pergunta também destaco o critério da **dramatização**, uma vez que o uso de adjetivo, especialmente no momento de uma comparação dá maior impacto e dimensão ao fato relatado.

Através do uso do adjetivo menores é possível identificar o valor-notícia da **amplificação**, mas novamente usado no sentido inverso, ou seja, de destacar o quanto esta manifestação foi menor que a outra, que foi inferior, deixada em segundo plano. Aqui observa-se mais uma vez o critério da **dramatização**, por ter sido um apelo emocional para que o público viesse a ter certeza de que uma mobilização foi inferior à outra. Isso demonstra o perigo de se usar adjetivos no jornalismo, porque a caracterização de situações delicadas como essa leva sempre a uma exacerbação dos fatos seja no sentido positivo ou negativo.

⁴⁷ Na área jornalística se usa o termo factual para falar sobre algo que aconteceu recentemente.

Ao usar a expressão nesse momento, novamente o jornalista dá destaque a factualidade dos acontecimentos, ou seja, ao que está acontecendo naquele instante. Por isso, ressalto aqui o valor – notícia da **relevância**, uma vez que o que é atual sempre está em evidência. Também elenca-se novamente o critério da **disponibilidade**, já que as equipes estavam prontas para relatar aquele acontecimento no exato momento em que ele ocorria. A próxima expressão é o substantivo números, onde é possível identificar o valor-notícia da **visualidade** porque essa informação quantitativa dá uma base visual para os protestos, faz com que as pessoas enxerguem a real dimensão do ocorrido. Com isso também elencamos o critério da **dramatização**, uma vez que eles aproveitam esses números para provar que essa manifestação foi menor que a outra. Acredita-se que há o valor-notícia da **simplificação**, uma vez que os números são uma maneira concreta, direta e objetiva de mostrar a quantidade de pessoas que participaram do movimento nas ruas. Ainda está presente o critério da **proximidade**, porque os dados apresentados foram específicos da Avenida Paulista.

O valor-notícia do **interesse** está presente no uso do verbo participar, uma vez que tem como significado “tomar parte” ou “compartilhar um pensamento ou sentimento”. Isso demonstra que as pessoas estavam engajadas na causa e queriam defender os seus objetivos. Outro critério identificado é o do **impacto**, visto que essa participação foi o resultado de toda a conjuntura política e social pela qual o país estava passando naquele momento. O valor-notícia da **proximidade** também está presente, já que diversas vezes foi apresentado o lugar onde aconteciam os atos e as pessoas que estavam nas ruas, mostrando que as manifestações estavam ocorrendo em diversos municípios, muitas vezes perto da onde as pessoas moravam. Como o verbo foi relacionado a dados numéricos foi identificado o valor-notícia da **visualidade** porque permite concretizar os atos.

Com o uso do substantivo tranquilidade foi identificado o valor-notícia da **amplificação**, porque nenhum conflito havia acontecido, foi feita uma precaução para que não houvesse confronto, como uma forma de não causar inquietação nas pessoas que estavam lá. Assim é perceptível o valor-notícia da **dramatização**, porque visa dar uma sensação de maior segurança para quem mora na região e para quem está nas ruas, mas se tudo estava pacífico não havia motivo para causar alarde.

Na expressão a favor, que apareceu inúmeras vezes ao longo da reportagem, é possível ver o critério da **hierarquia ou notoriedade**, porque se refere especificamente ao ex-presidente Lula e a Dilma Rousseff. Em um dos casos, quando a favor está relacionado à frase “agendado para essa sexta-feira”, também está presente o critério da **disponibilidade**, porque uma vez que estava marcado os jornalistas teriam como ir fazer a cobertura do evento. No

caso da preposição contra o valor-notícia identificado foi o valor-notícia da **amplificação**, uma vez que o vocábulo foi usado para dar evidenciar que as manifestações ocorridas contra o governo foram maiores que as a favor.

O valor-notícia da **hierarquia ou notoriedade** é identificável no uso do substantivo defesa, uma vez que está intrinsecamente relacionado ao governo da então presidente Dilma Rousseff. Também está presente o critério da **dramatização**, uma vez que eles tentaram evidenciar que esse protesto era uma forma de não apenas defender o governo, mas também de resistir aos “ataques” de quem era a favor do impeachment. Na conjunção mas é perceptível o valor-notícia da **amplificação**, todavia novamente no sentido inverso, uma vez que foi amplificada a tentativa de diminuir as manifestações, dizendo que reuniu centenas de pessoas, mas que naquele momento elas já estavam se dispersando.

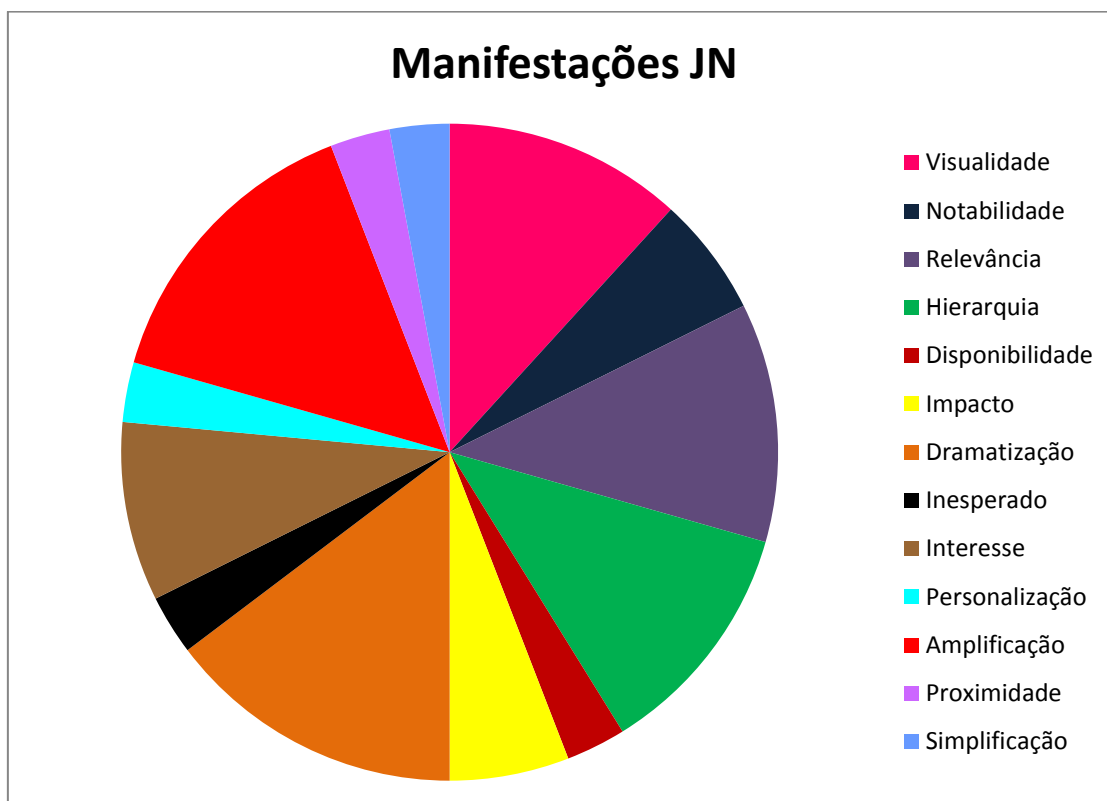
O termo reunir traz o sentido da **notabilidade** porque permite que a manifestação possa ser vista, que ela tenha um destaque, assim como também possui o valor-notícia do **interesse**, já que as pessoas se reuniram para lutar pelos seus direitos, algo que era relevante para elas e para o país. O verbo encerrou indica a atualidade dos fatos e a presença dos veículos de comunicação no local, portanto demonstra o valor-notícia da **disponibilidade** dos profissionais que estiveram lá. O substantivo apoio apresenta o valor-notícia da **relevância**, porque as pessoas que foram as ruas não apenas deram apoio a uma causa, elas demonstraram porque aquilo era importante. Isso leva a elencar o critério do **interesse**, porque essa demonstração popular demonstra o engajamento da comunidade. Também está presente o valor-notícia da **hierarquia ou notoriedade**, visto que esse apoio ganhou destaque por ser a uma pessoa de relevância no cenário nacional.

A adjetivação feita pelo termo presentes apresenta o critério da **visualidade**, visto que a participação das pessoas na manifestação fez com que o ato ganhasse destaque e pudesse ser narrado aos telespectadores, além disso, também há o critério da **notabilidade**, porque a presença dos brasileiros fez com que o acontecimento fosse notável não apenas para a mídia, mas também para o público. O uso do vocábulo pacificamente no contexto em que foi utilizado carrega o valor-notícia do **impacto**, porque de acordo com a reportagem a pacificidade da manifestação ocorreu devido à presença da polícia que dispersou os manifestantes que geraram conflitos. Também podemos ressaltar o valor-notícia da **dramatização**, visto que houve um apelo para mostrar que a situação estava controlada e que tudo corria tranquilamente. Esse termo, assim como tranquilidade, foi usado com o sentido do **inesperado**, uma vez que um conflito era esperado, e que a paz foi algo que a mídia reconheceu como impensado.

Nas reportagens analisadas uma das vezes o termo ato se referiu diretamente ao ex-presidente Lula, demonstrando o critério de **hierarquia e notoriedade**, além da **personalização**, já que ele foi um ator de destaque no cenário das manifestações do dia 18. Um fato que chama a atenção é o uso dos vocábulos organizado e convocado no Jornal da Record, onde o importante não foi o sentido que eles atribuíram, mas a relação que eles estabeleceram no contexto utilizado. Os dois termos são relacionados a pergunta “ quem? ”, ou seja, quais foram os grupos que organizaram e reuniram esses manifestantes. Por isso, está presente o valor-notícia da **personalização**, porque mesmo que não tenha sido uma pessoa específica, foram sindicatos ou grupos que geraram unificação e identificação para a comunidade.

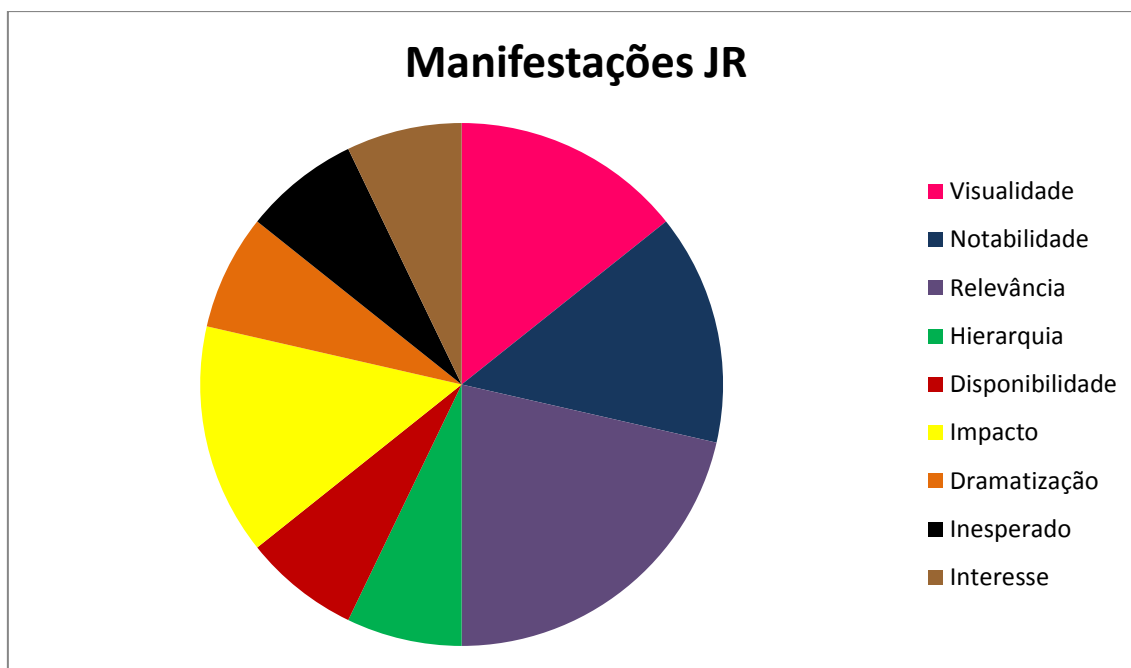
Os critérios da visualidade (4), notabilidade (2), relevância (4), hierarquia ou notoriedade (4), disponibilidade, impacto (2), dramatização (5), inesperado, interesse (3), personalização, amplificação (5), proximidade e simplificação foram usados no Jornal Nacional (Gráfico 13). O Jornal da Record (Gráfico 14) teve identificado os valores-notícia da visualidade (2), notabilidade (2), relevância (3), hierarquia ou notoriedade, disponibilidade, impacto (2), dramatização, inesperado e interesse.

Gráfico 13: Frequência valores-notícia no JN na categoria manifestações 18/03/16



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 14: Frequência valores-notícia no JR na categoria manifestações 18/03/16



Fonte: Elaboração própria

Na terceira categoria – Governo - foram encontradas 11 palavras relacionadas à “Governo” no Jornal Nacional. No Jornal da Record foram identificados quatro vocábulos. Dessas palavras identificadas seis delas eram diferentes. No noticiário da Globo foram usados os termos apoio, contra, a favor, apoiam, defender e democrático. Já no telejornal da Record os verbetes apoio e favoráveis estiveram presentes.

Aqui é necessário ressaltar novamente que o termo governo foi analisado como o exercício da política tanto no poder legislativo como no executivo. Além disso, para fins acadêmicos também incluí os verbetes mandato e Estado na categoria governo por se relacionarem com a instância política e administrativa de uma nação. Começando com o termo governo, é possível identificar o valor-notícia da **hierarquia ou notoriedade**, já que se refere a atores públicos de destaque no cenário nacional. O valor-notícia do **interesse**, uma vez que tudo o que envolver a política, e, portanto, a questão administrativa do país em que vivemos deve ser de interesse público. Por fim, está presente o critério da **relevância**, já que os fatos relacionados aos atores públicos responsáveis por comandar a nação é de extrema importância para a comunidade.

Em relação ao substantivo mandato é possível destacar o valor-notícia do **interesse**, visto que é algo que acontece na vida pública do país, portanto a população deve ser informada. Também está presente o valor notícia da **relevância**, pelo mesmo motivo do

anterior, o que acontece com os governantes do país envolve diretamente a vida dos habitantes, então são fatos importantes para a comunidade. Por fim ainda há o critério da **hierarquia e notoriedade**, uma vez que os acontecimentos relatados nas reportagens foram relativos à políticos.

O uso da expressão a favor apresenta o valor-notícia do **impacto**, não apenas relativo a força das manifestações em questão, como também foi uma consequência, ou seja, um impacto, da conjuntura política e social do país. Além disso, o termo também foi muito utilizado para se referir diretamente a pessoas de elite, por isso o critério da **hierarquia ou notoriedade** também está presente. A preposição contra no contexto analisado foi relacionada ao confronto entre os manifestantes de opiniões opostas, por isso é destacado o valor-notícia do **conflito ou controvérsia**.

Quando os termos apoio e apoiam foram utilizados foi possível identificar valores-notícia semelhantes, uma vez que os dois vocábulos têm a mesma raiz semântica e foram usados em contextos similares. Primeiro está presente o valor notícia da **notoriedade ou hierarquia**, visto que essa ajuda foi em relação ao governo da então presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula. Também há os critérios do **interesse** e da **relevância**, já que toda a situação e a mobilização das pessoas eram importantes para situação pelo qual o Brasil estava passando. Destaca-se que no uso do verbo apoiam implicitamente está o valor-notícia da **proximidade** já que o telejornal aponta que os manifestantes que apoiam estavam localizados em uma praça. O Jornal da Record utilizou o adjetivo favorável para caracterizar as manifestações que eram em apoio à presidente Dilma, portanto aqui está presente o valor-notícia da **hierarquia ou notoriedade**.

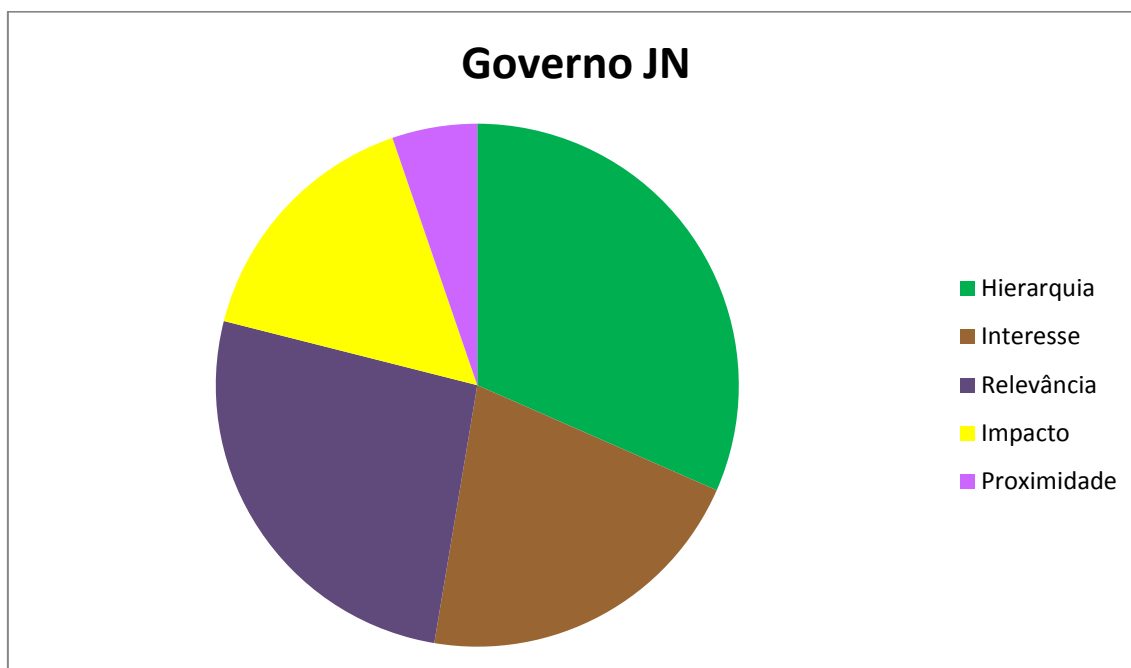
Aqui é válido destacar uma peculiaridade presente em uma das reportagens do Jornal Nacional. Há a entrevista com um dos manifestantes. Em sua fala ele utiliza dois termos relativos ao governo e que merecem ser comentados. Ele cita o verbo defender e o adjetivo democrático, relacionados ao verbete Estado. Primeiro vamos ressaltar que independente das palavras utilizadas aqui há o uso do valor-notícia da **personalização**, visto que há a participação de uma pessoa que esteve presente no ato, além da questão da **proximidade**, já que foi uma maneira de aproximar o público da situação que estava sendo apresentada e da localidade onde aconteceu a concentração das manifestações.

Sobre o uso do vocábulo defender há o critério do **interesse** e da **relevância**, visto que era um objetivo primordial dos manifestantes fazer valer o voto dos brasileiros nas urnas. Essa defesa dos interesses visava a gerar uma consequência, portanto o valor-notícia do **impacto** também está presente. Sobre o adjetivo democrático é importante ressaltar os

critérios do **interesse** e da **relevância**, além do **impacto**, visto que todas as ações relacionadas à democracia do país devem ser importantes para a comunidade. Por estarem se referido à Estado o valor-notícia da **hierarquia** ou **notoriedade** também está presente.

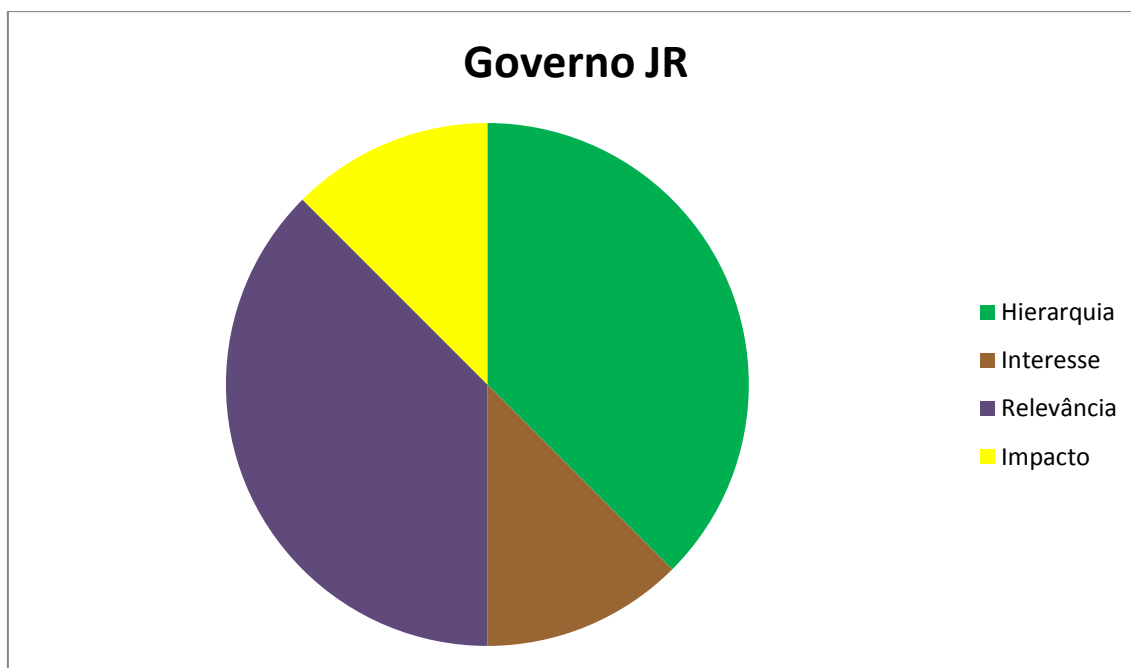
Os faros notícia presentes no Jornal Nacional (Gráfico 15) foram: Hierarquia ou notoriedade (6), interesse (4), relevância (5), impacto (3) e proximidade. No Jornal da Record (Gráfico 16) foram usados: Hierarquia ou notoriedade (3), interesse, relevância (3) e impacto.

Gráfico15: Frequência valores-notícia no JN na categoria governo 18/03/16



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 16: Frequência valores-notícia no JR na categoria governo 18/03/16



Fonte: Elaboração própria

Na última categoria – manifestantes - foram identificadas 16 palavras relacionadas ao termo manifestantes nas reportagens do Jornal Nacional e cinco no Jornal da Record. O termo manifestante apareceu 21 vezes nas reportagens dos dois telejornais. O noticiário da Record usou os vocábulos apoio, favoráveis e marcha. O Jornal Nacional apresentou as palavras liberada, contrários, deixou, estar, estenderam, gritaram, foram, contra, pró, pequeno, a favor, vestiram, trouxeram, reunir, concentraram, protestaram, percorreram, ocuparam e levaram.

No substantivo manifestante há a presença do valor notícia da **visualidade**, uma vez que são as pessoas que vão as ruas que permitem que a manifestação seja visível. O verbo liberar, relacionado com a liberação de uma rua, apresenta o valor-notícia do **interesse** da comunidade, porque se é uma via usada por uma parte da comunidade é importante que eles saibam se é possível ou não trafegar por ela. Também há o critério do **impacto**, porque sempre que há uma rua fechada isso causa um reflexo na vida das pessoas que normalmente usam aquela via, além de ser um impacto das manifestações que ocorreram.

No adjetivo contrários há a presença do valor notícia do **conflito ou controvérsia**, porque o jornalista ao citar os manifestantes contrários ao governo, relaciona a presença destes diretamente com o confronto ocorrido antes do início dos protestos. No uso do verbo deixar o primeiro critério identificado foi o **interesse** da comunidade, uma vez que se refere as pessoas que já estavam indo embora da concentração das manifestações, isso implica na

comunidade saber o que está acontecendo na região em que vive. Também há o valor-notícia da **proximidade**, porque eles citam a região, aproximando o fato ocorrido da sociedade.

O valor-notícia da **visualidade** é perceptível no verbo estar, uma vez que as pessoas terem ido até o local gera imagens para mostrar a manifestação, também relata o **impacto** que o chamamento dos organizadores teve na sociedade, além do critério da **proximidade**, por mais uma vez dizerem o local exato onde as mobilizações estavam ocorrendo. Logo após uma série de verbos que expressam os valores-notícia da **visualidade** e da **notabilidade**: estender, vestir, trazer, reunir, concentrar, percorrer e levar; além do substantivo marcha. Todos eles estão relacionados a itens que permitiram que as manifestações fossem notadas, visibilizadas e que de uma forma simbólica fossem relatadas ao público através das lentes dos telejornais.

O valor-notícia da **visualidade** também está presente no uso do verbo gritar, uma vez que foi uma das características perceptíveis das manifestações. Foi possível identificar também o valor-notícia do **impacto**, visto que o “gritaram palavras de ordem” foi uma consequência direta da situação que estava acontecendo no país. Também está presente o critério da **simplificação**, porque no contexto em que foi apresentado serve para ressaltar as ações realizadas durante a manifestação, para marcar uma posição. Esse é justamente o significado encontrado no dicionário para a expressão palavra de ordem significa⁴⁸ palavra ou conjunto de palavras que serve para marcar uma posição para reivindicar algo pela repetição - além de ser uma maneira do jornalista ser objetivo em suas palavras.

O uso do verbo ir demonstra o critério do **interesse** das pessoas em fazerem parte daquele momento, assim como de expressar sua opinião e reivindicar pelo que acreditam. Uma vez que estão na rua, os manifestantes mostram a importância do que está acontecendo, assim como os reflexos que geraram as mobilizações e as transformações que elas vão gerar, por isso é possível averiguar os valores-notícia do **impacto** e da **relevância**. Na preposição contra foi identificado o critério do **conflito ou controvérsia**, já que além do significado etimológico da palavra que expressa luta e oposição, o verbete foi usado para relatar o confronto entre os manifestantes de posições distintas.

Ao usar o advérbio pró para identificar os manifestantes que eram a favor de Dilma e Lula, o jornalista mostra o **interesse** da comunidade em defender uma causa específica, além de implicitamente estar presente o critério da **proximidade**, visto que o contexto em que foi usado mostra onde os manifestantes estavam. O verbete pequeno apresenta o valor-notícia da **amplificação**, por ter dado destaque aos acontecimentos prévios à manifestação ao invés de

⁴⁸ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: <https://www.priberam.pt/dlpo/palavra>

focar no ato em si. Pode-se relacionar aqui o critério da **dramatização**, já que por ter relacionado a um conflito recorreu para um lado mais emocional. Por ter se tratado de um confronto destacamos o valor-notícia do **conflito ou controvérsia**.

Ao usar o verbo protestar está presente o valor-notícia do **interesse** da comunidade, que teve vontade de atender ao chamado dos manifestantes e ir para a rua reivindicar pelo que acreditavam. A ação de protestar apresenta o critério da **notabilidade**, já que faz com que a manifestação tenha um caráter visível e se possa ver a abrangência do ato. O caso do verbo ocupar mostra duas situações opostas. O primeiro uso dele tem o sentido de **amplificação** das manifestações ocorridas no dia 13, demonstrando qual foi o tamanho dela. Justamente por mostrar a abrangência está presente o valor-notícia da **notabilidade**. O segundo uso do verbo está relacionado a **proximidade** porque diz que locais em que os manifestantes estavam presentes, além de novamente apresentar a notabilidade dos protestos.

No uso do substantivo apoio e do adjetivo favoráveis foram identificados valores-notícia semelhantes: **hierarquia** ou **notoriedade**, uma vez que os termos estão diretamente relacionados às pessoas de elite e atores públicos. Outro critério identificado foi o do **interesse** da comunidade em apoiar a causa, em estar naquele momento sendo a favor de uma causa específica. Também há a **relevância** dos acontecimentos favoráveis ou em apoio ao governo, uma situação que tem consequências nas esferas política, econômica e social. Ao usar o verbete marcha, destaca-se o **interesse** da comunidade, além dessa ação ter permitido as imagens e demonstrado a abrangência da manifestação, por isso temos os valores-notícia da **visualidade** e da **notabilidade**.

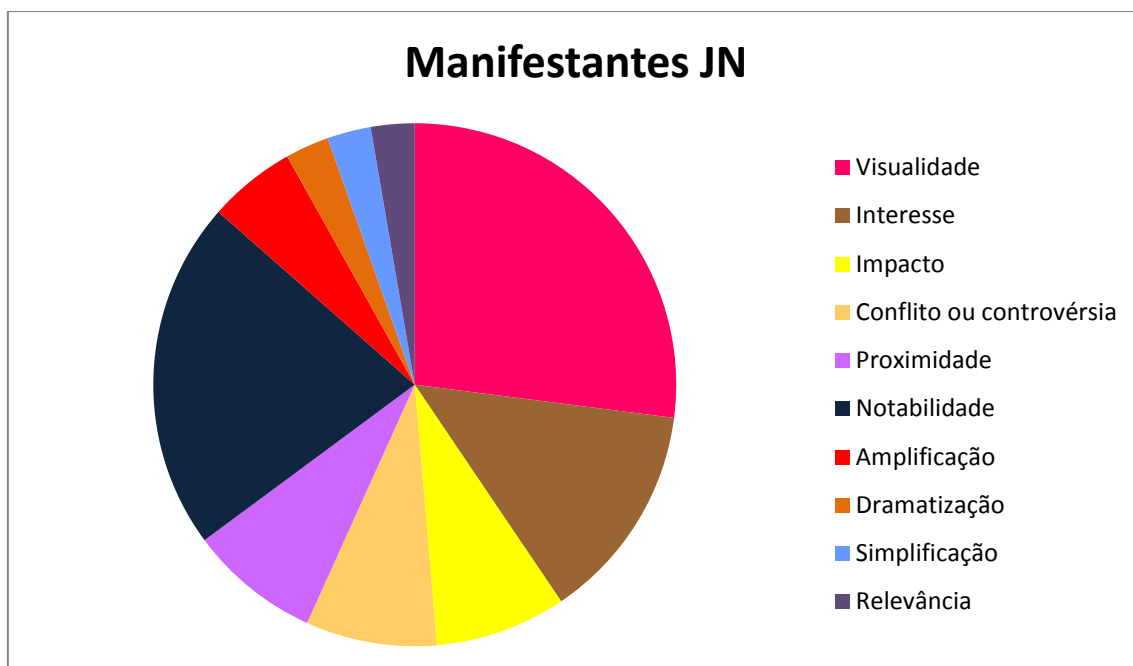
Os critérios da visualidade (10), interesse (5), impacto (3), conflito ou controvérsia (3), proximidade (3), notabilidade (8), amplificação (2), dramatização, simplificação e relevância foram identificados no Jornal Nacional (Gráfico 17). No Jornal da Record (Gráfico 18) estiveram presentes os critérios da visualidade (2), interesse, relevância, notabilidade e hierarquia ou notoriedade.

Gráfico 17: Frequência valores-notícia no JN na categoria manifestantes 18/03/16



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 18: Frequência valores-notícia no JR na categoria manifestantes 18/03/16



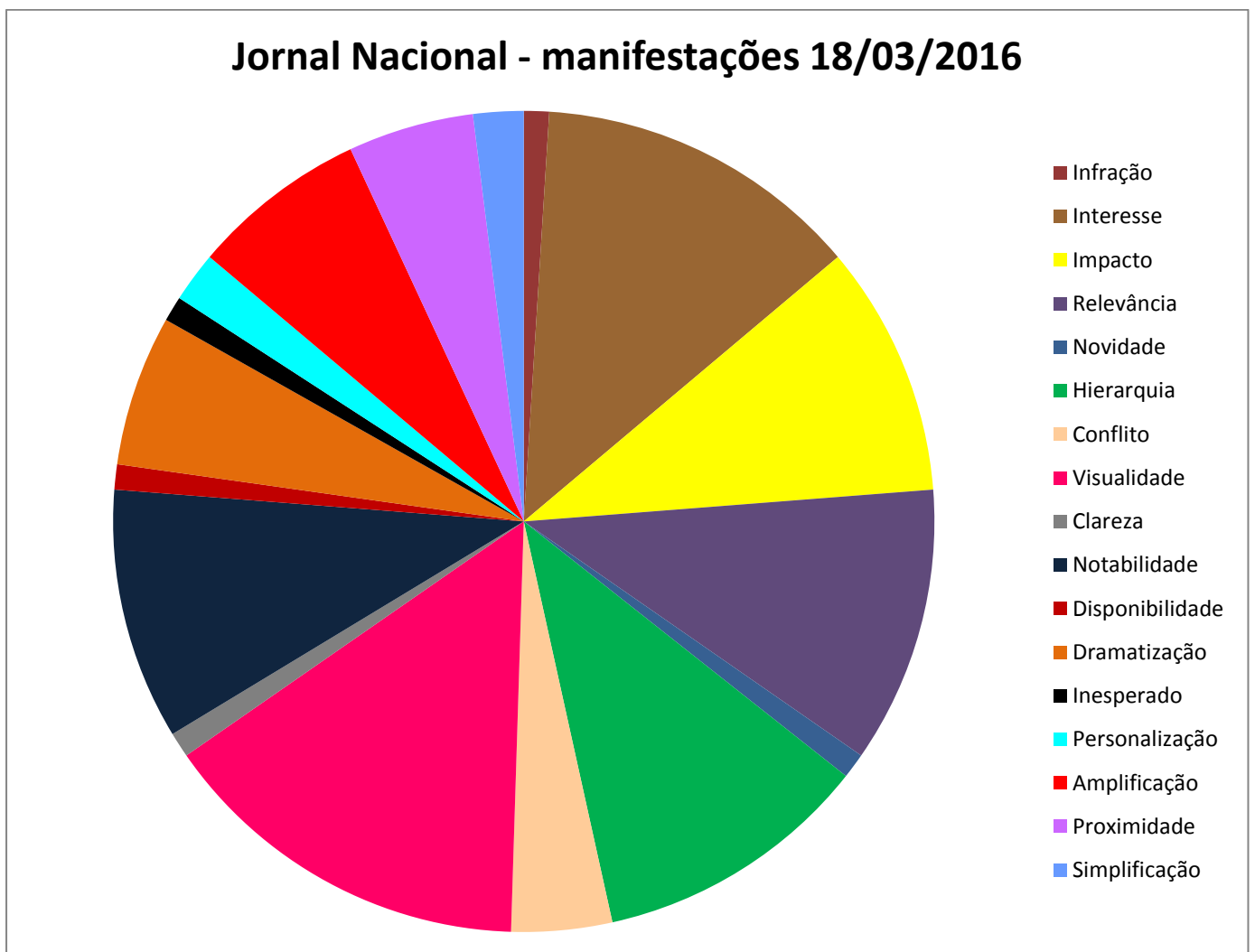
Fonte: Elaboração própria

Por meio da análise realizada foi perceptível que os valores-notícia da visualidade e do interesse foram os mais usados pelo Jornal Nacional (Gráfico 19). Acredito que o da visualidade foi muito empregado pelo noticiário uma vez que o fato estava em pleno acontecimento e as imagens ajudam a apresentar a notícia que está em plena construção. O

interesse é deveras importante porque mostra que o que é importante para a comunidade também está presente no telejornal.

Aqui vale destacar que um dos valores-notícia muito utilizado pelo JN para falar sobre as manifestações do dia 18 foi o da hierarquia ou notoriedade, o que demonstra que o a questão do interesse está diretamente vinculada ao fato de o assunto em questão ter a presença de pessoas de elite ou da classe dominante, e não pelo fato de que dezenas de pessoas foram às ruas em todo o país para reivindicar.

Gráfico 19: Frequência valores-notícia no JN 18/03/16

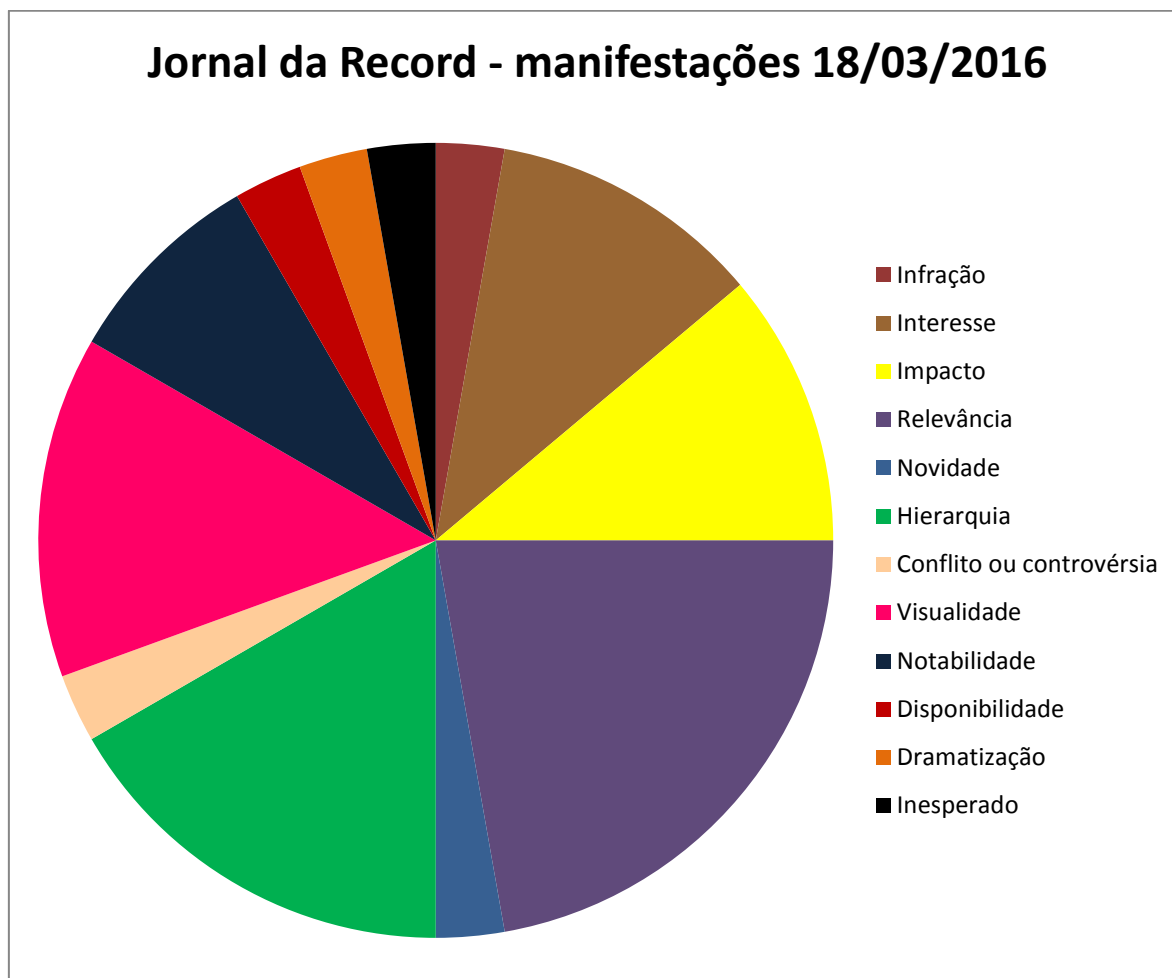


Fonte: Elaboração própria

O cenário no Jornal da Record (Gráfico 20) não é diferente. O critério mais utilizado foi o da relevância do tema, mas novamente relacionado ao valor-notícia da hierarquia ou notoriedade. Um fato bastante proeminente é que o noticiário da Record não fez uso da amplificação para relatar as manifestações do dia 18, mas também vale chamar atenção de que

o telejornal apenas apresentou números, sem entrar no contexto das mobilizações, o que explica a ausência do critério da amplificação.

Gráfico 20: Frequência valores-notícia no JR 18/03/16



Fonte: Elaboração própria

Uma questão que vale ser ressaltada é que o número de palavras usadas pelo Jornal da Record foi muito inferior ao do Jornal Nacional. Isso não se deve aos valores notícia, mas sim ao fato do formato em que as notícias foram relatadas e ao tempo destinado ao assunto em cada jornal. Aqui não cabe analisar as edições completas dos telejornais, mas vale ressaltar que o noticiário da Globo utilizou pouco menos da metade de seu tempo ao assunto das manifestações contra o impeachment. Já o Jornal da Record apresentou os fatos em menos de três minutos.

Em relação às reportagens do dia 18 de março, na categoria Processo de Impeachment, houve um equilíbrio nos valores-notícia usados pelos dois telejornais. O que chamou a atenção é que o Jornal Nacional usou o critério da clareza, aproximando o espectador do

acontecimento por meio do uso de uma linguagem objetiva. Na categoria Manifestação, o Jornal Nacional fez maior uso dos valores-notícia da amplificação e da dramatização. Isso acontece, em parte, porque ao dar ênfase aos números e fazer comparações, o JN afirmou que esses atos foram menores que os do dia 13. Na mesma categoria, o Jornal da Record usou mais vezes o critério da relevância para a comunidade.

Ainda sobre os atos do dia 18, na categoria Governo, os dois telejornais fizeram um uso maior do valor-notícia da hierarquia, o que veio a acontecer, porque os noticiários classificaram as mobilizações como a favor de Dilma e Lula. Ainda é válido ressaltar que o JR também fez uso do valor-notícia da relevância, mostrando de que forma os acontecimentos relativos ao governo eram importantes. Na última categoria, Manifestantes, o Jornal Nacional e o Jornal da Record utilizaram os critérios da visualidade e da notabilidade, especialmente porque houve o relato visual dos fatos ocorridos durante os atos. Ficou evidente que nas reportagens sobre as manifestações do dia 18 de março de 2016, a representação social feita pelos dois telejornais analisados foi apenas em um âmbito oficial. Não houve a representação dos sujeitos que foram as ruas, uma vez que não houve a participação da comunidade. Também é possível destacar que existiu uma ênfase no uso das imagens obtidas, além do destaque em informações numéricas.

Destaca-se aqui o fato que tanto a Rede Globo quanto a Record consideraram as duas manifestações – 13 e 18 de março de 2016 – importantes para a sociedade, visto que um valor-notícia muito utilizado pelos dois noticiários analisados foi o da relevância. Esse critério esteve presente justamente porque os atos mobilizaram centenas de pessoas e porque o momento pelo qual o Brasil estava passando deveria ser relatado para a sociedade

É perceptível que um dos principais pontos que foram minimizados pela mídia foi a contextualização dos grupos que organizaram as manifestações dos dias 13 e 18 de março. Ao generalizar os objetivos dos organizadores, os meios de comunicação apresentaram uma visão simplificada, sem demonstrar a totalidade dos acontecimentos. Isso ocorreu em parte pela omissão das vozes de quem foi às ruas e também porque a mídia, devido a sua formação em oligopólios e monopólios, vem a servir os próprios interesses, e não às necessidades da comunidade. O tensionamento existente entre mídia e poder pode vir acontecer por meio da forma como a mídia relata as informações - por meio dos valores-notícia - e também pelo impacto que as notícias têm na sociedade. Isso acontece porque muitas vezes a influência dos meios de comunicação pode não ser medida, mas as consequências estarão presentes na forma como a sociedade compreender um determinado assunto. Sendo assim, muitas das opiniões que os indivíduos têm e ações tomadas pelo governo podem ser impactadas pelos veículos de

comunicação. Certamente o poder na mídia não é único, e a mídia não retrata fielmente o que aconteceu, mas a visão que eles representam podem contribuir na percepção de realidade das pessoas

Considerações finais

A partir deste estudo foi possível identificar questões relevantes, relativas à abordagem das mobilizações sociais na mídia e sua respectiva representação social nos veículos de comunicação. Por mais minuciosa que tenha sido essa pesquisa, é preciso reconhecer que o estudo em questão é um processo contínuo, em permanente construção, e que, portanto, os resultados apresentados possuem determinadas limitações devido a incompletude do processo midiático e das representações sociais. Os dados discutidos nesta pesquisa mostram como a questão da democratização da mídia é cada vez mais necessária no Brasil. O ponto de partida desta afirmação foram os resultados obtidos através da análise das reportagens do Jornal Nacional e do Jornal da Record.

Primeiramente é fundamental discutir algumas questões reveladas por meio da avaliação do conteúdo dos telejornais. O fato que mais chama a atenção é a ausência de entrevistas dos manifestantes: nas reportagens sobre as mobilizações do dia 13 de março não houve participação e nas do dia 18 de março apenas uma entrevista em um dos noticiários. Ao silenciarem as vozes das ruas, as emissoras de televisão retiraram dos cidadãos o direito a democracia, visto que eles não têm a possibilidade de expressar a opinião em um veículo de comunicação de massa. Portanto, se população foi silenciada pela mídia, quais foram as representações sociais apresentadas pelos veículos de comunicação?

Esse fato evidencia mais ainda o pensamento de Charaudeau (2015), quando diz que vive-se em um simulacro da democracia, porque há uma aceitação dos indivíduos sobre a maneira como a mídia retrata os fatos. Enquanto os cidadãos não se impuserem e não demonstrarem o descontentamento sobre a maneira como os veículos de comunicação estão representando os sujeitos sociais essa situação não irá mudar.

Merece destaque também a grande quantidade de entrevistas com políticos apresentadas pelos dois telejornais, nas reportagens de ambas as mobilizações. Através da exteriorização das opiniões dos políticos brasileiros foi possível identificar a origem dos problemas da mídia nacional: os monopólios das concessões de rádio e TV. Como apresentado por Guareschi & Biz (2005), os políticos brasileiros estão diretamente ligados à permissão ou não da renovação das concessões. Enquanto a situação estiver favorável para os permissionários, não haverá mudança.

Pode-se dizer que há um “duplo benefício”: os veículos de comunicação dão voz aos políticos e garantem a manutenção dos monopólios; e os políticos conseguem espaço e divulgam suas ideias para que estas cheguem ao maior número possível de pessoas. A partir

desse ponto se identifica outro grande problema, a reprodução da ideologia dominante pelos veículos de comunicação. Ao dar enfoque apenas aos pensamentos dos políticos, os telejornais fazem com as ideias dos atores públicos seja naturalizada, e que as ideias diferentes da classe dominante não sejam expostas, conservando o domínio de classe, nas palavras de Kellner (2001).

Em termos do formato escolhido pelos telejornais para apresentar a informação, é preciso fazer algumas considerações. Nas edições do dia 14 de março o Jornal Nacional e o Jornal da Record, optaram por uma nota coberta para falar sobre as manifestações. Isso ocorreu pelo fato de as mobilizações terem acontecido no dia anterior e porque elas não mereciam tanto destaque no noticiário, visto que houve uma longa cobertura jornalística no dia 13. No entanto, os telejornais fizeram reportagens sobre a repercussão no congresso, o que vem a delegar uma grande importância a opinião dos políticos sobre os acontecimentos.

Através das considerações obtidas por meio da análise, foi possível perceber que mesmo que as emissoras tenham mostrado as manifestações no dia em que elas aconteceram, os telejornais deveriam ter dado maior importância ao fato. Eles poderiam não apenas ter repercutido o tema no congresso, mas entre os cidadãos, vendo qual era o sentimento da população após a ida de parte dos brasileiros às ruas.

Sobre as reportagens das manifestações do dia 18 de março, a situação apresentada pelos telejornais foi diferente. O Jornal Nacional aproveitou que as manifestações estavam ocorrendo simultaneamente com o telejornal e utilizaram o recurso da entrada ao vivo dos repórteres. Isso vem a dar uma maior credibilidade ao fato, além de mostrar a situação em tempo real. O Jornal da Record apresentou as mobilizações em uma nota coberta dando menos destaque ao assunto.

Esse fator está diretamente ligado ao poder que a mídia tem de influir em todas as esferas, como apresentado por Guareschi (2013). Ao apresentar a notícia de uma forma ou de outra, dando menos ênfase a um determinado aspecto ou destacando outro, há uma influência na percepção que o público tem da notícia. O que acontece especialmente na televisão, que como ressaltado por Ferreira (2001) é um dos veículos que tem maior capacidade de atingir a opinião do público, especialmente pelo seu caráter dramático e visual.

Por meio da não exibição de entrevistas com o público, do destaque das opiniões dos políticos, a capacidade de manipulação da informação é cada vez maior, como resalta Fonseca (2004). Por isso que a falta de expressão dos atores sociais e o formato jornalístico escolhido pelos telejornais são pontos nevrálgicos para compreender as representações sociais das reportagens feitas pelos noticiários.

A ausência dos sujeitos participantes das manifestações nas reportagens é de caráter alarmante. De que forma é possível construir um país democrático, onde os verdadeiros donos dos veículos de comunicação não têm chance de participação na mídia? O mais grave é que essas mobilizações – tanto a do dia 13 quanto a do dia 18 – tiveram um clamor popular e foram construídas através da indignação de grupos sociais ou indivíduos que queriam uma situação diferente. Como evidenciado por Peruzzo (2002), os meios de comunicação devem facilitar a cidadania e não ser um entrave com acontece no Brasil, especialmente por causa da presença de monopólios e oligopólios.

O que ficou evidente através das reportagens apresentadas é que no Brasil, os meios de comunicação não são plurais. Eles apresentam uma versão reduzida dos fatos, e dão voz a atores públicos e não aos sujeitos responsáveis pelas mudanças que estão ocorrendo no país. Esse problema não vem de agora, e sim desde a elaboração da constituição de 1988, que deu espaço para que os monopólios continuassem, se firmassem e se expandissem cada vez mais.

Outra questão que deve ser discutida é o tipo de informação apresentada pelos noticiários. Eles deram ênfase em estatísticas e relataram de forma breve (em uma frase) os objetivos dos grupos que organizaram a manifestação. Os dados numéricos apresentados tiveram uma função de tornar as mobilizações familiares ao público, uma vez que serviram para comparar as manifestações ocorridas em 2016 com as Diretas Já ou com atos realizados anteriormente. Aqui percebe-se que a mídia cumpriu seu papel de representador social, relacionando um fato novo a um fato já ocorrido. O que chama a atenção é que as manifestações não foram apenas comparadas com outros atos, mas os noticiários compararam as manifestações entre si, deixando explícito que uma teve uma quantidade maior de participantes que a outra. Contudo, o maior problema não foi evidenciar esse fato, e sim não contextualizar os motivos que levaram a uma manifestação ter mais participantes que a outra.

Até o ponto aqui discutido, ficou claro que apesar de serem telejornais de emissoras diferentes, o Jornal Nacional e o Jornal da Record apresentaram as manifestações ocorridas nos dias 13 e 18 de março de forma semelhante. Os dois noticiários mostraram apenas uma visão institucional por meio das entrevistas dos políticos, dando destaque ao seguimento político e não evidenciando a diversidade existente entre os manifestantes. Além disso, ambos os telejornais evidenciaram os números e deixaram em segundo plano os objetivos e as lutas de quem foram às ruas.

Fica claro que o principal ponto a ser debatido é a descontextualização dos acontecimentos representados. Os telejornais apresentaram os fatos de forma direta, sem levar em consideração o contexto das informações transmitidas. Essa falta de contexto pode vir a

ser proposital, de acordo com o objetivo desejado, o que é um fator alarmante já que como apresenta Gomes (2006) as notícias apresentadas na TV têm um forte influência em diversos aspectos da vida em sociedade. Por isso a falta de contexto também prejudica a percepção das que a comunidade tem do assunto e a forma como os indivíduos vão reagir a ela.

Em termos de conteúdo, outro fator que chamou a atenção foi que o Jornal Nacional e o Jornal da Record deram uma visão mais concreta dos acontecimentos, não abordando o contexto, e deixando os objetivos dos movimentos organizadores em segundo plano. As manifestações do dia 13 foram identificadas como “a favor do impeachment, contra o governo e a corrupção” e as do dia 18, ”contra o golpe e pró - Dilma e pró – Lula”. Ao observar os documentos e as informações disponibilizadas na internet pelos grupos Vem pra rua, Movimento Brasil Livre, Frente Povo sem medo e Frente Brasil Popular é possível compreender que os ideais desses movimentos vão muito além do que foi dito pelos telejornais. Nesse caso, mesmo que de forma não intencional, vemos a questão da manipulação da mídia. Como relata Barros Filho (*et al*, 2004), a ocultação de informações também é uma forma de manipulação realizada pelos veículos de comunicação.

O ponto central da discussão dessa pesquisa foi a presença dos valores-notícia nas reportagens dos noticiários analisados e o que estes revelam sobre as representações sociais das manifestações na mídia. Os valores-notícia foram capazes de apresentar a forma como os telejornais quiseram representar as mobilizações para a sociedade e o enfoque dado pelos veículos de comunicação ao assunto. No total foram identificados 21 valores-notícias diferentes, utilizados pelos telejornais para representar as reportagens das mobilizações de março de 2016.

Através da análise das palavras utilizadas nas reportagens se verificou que os critérios mais utilizados pelo Jornal Nacional para relatar as manifestações do dia 13 de março foram o impacto (com 13 aparições), a relevância (8 vezes) e a amplificação (7 aparições). O Jornal da Record empregou os valores-notícia do impacto (10 vezes) e da relevância (9 vezes) para relatar as mobilizações do dia 13 de março. Em relação aos atos do dia 18 de março, os valores-notícia mais usados pelo Jornal Nacional foram visualidade (15 aparições), interesse (13 vezes) relevância e hierarquia (11 aparições). Os critérios da relevância (5 vezes), hierarquia (6 aparições) e visualidade (5 vezes) foram empregados pelo Jornal da Record para relatar as manifestações do dia 18 de março.

Através desses dados é possível compreender que o Jornal Nacional e o Jornal da Record, nas edições em que apresentaram as reportagens relativas às manifestações do dia 13 de março tiveram como principal critério o impacto da situação na sociedade. Isso mostra que

entre diversos fatores, os noticiários procuraram dar destaque aos acontecimentos que fossem ter alguma consequência para os brasileiros, ou que pudessem ter algum impacto na vida das pessoas. O valor-notícia da relevância tem o mesmo objetivo, uma vez que os telejornais acreditaram que os acontecimentos eram importantes e que os cidadãos deveriam ser informados sobre o ocorrido.

É necessário destacar a aparição do critério da amplificação como o terceiro mais utilizado pelo Jornal Nacional. Acredita-se que ao usar a amplificação o telejornal não apenas dá um destaque maior a um determinado fato, mas leva o espectador a crer que esse acontecimento teve a exata proporção explicitada pela mídia. Assim, a televisão exerce exatamente a função que Bourdieu (1997) explica ao dizer que a TV é um artifício da construção da realidade e que faz os sujeitos acreditarem no que estão vendo. Ao usar o critério da amplificação, como feito pelo Jornal Nacional, há o risco da manipulação por parte do veículo de comunicação, uma vez que como afirma Goffman (1959) os veículos de comunicação criam a sua própria versão dos fatos.

Sobre as mobilizações do dia 18 de março de 2016, ao utilizar as imagens ao vivo o noticiário deu mais força e veracidade aos fatos, porque o apoio visual tem a capacidade de estabelecer um vínculo entre a notícia e o espectador. Como Ferreira (2001) ressalta, a imagem dá um tom mais dramático à informação. Além disso, o uso das imagens em tempo real colabora para a “mercantilização da notícia”, porque ao apresentar o fato ao vivo as emissoras de televisão tem o objetivo de conquistar a audiência. Isso ocorre porque através do auxílio visual é facilitada a ideia de que o acontecimento é verídico e imparcial, fazendo com que a população acredite nisso.

Ao dar ênfase às opiniões de atores públicos e dar ênfase que o ato do dia 18 foi a favor dos ex-presidentes Lula e Dilma, os noticiários apresentaram apenas uma visão política dos acontecimentos, limitando os objetivos dos manifestantes. Isso fica ainda mais evidente pela falta de entrevistas com os sujeitos que foram às ruas, ou seja, as reportagens não tiveram uma esfera social. Aqui novamente é necessário debater até que ponto a visão política apresentada pelos telejornais não é uma consequência direta dos monopólios e oligopólios da mídia e da participação dos políticos nesse esquema. Em um momento de efervescência popular, os noticiários mostram a reação dos políticos e não da comunidade, o que vem a ser uma forma de manipulação, visto que novamente houve uma ocultação de informações.

Não se pode deixar de fora da discussão a quantidade de valores-notícia utilizados nos dois telejornais. Vinte critérios identificados estiveram presentes no noticiário da Rede Globo. Já no Jornal da Record 17 valores-notícia foram utilizados. Sendo assim, é perceptível que os

telejornais usam esses critérios não apenas em larga escala, mas também em grande quantidade.

Frente ao exposto e conforme as questões apresentadas no item 4.1 dessa dissertação, é possível averiguar que as representações sociais das manifestações do dia 13 de março de 2016 pelo Jornal Nacional foram de cunho político, com a pretensão de dar ênfase aos políticos. Ainda é possível identificar que os assuntos foram ao ar devido a relevância e as consequências que teriam para a população, como por exemplo, as manifestações em si. O Jornal da Record também apresentou as mobilizações de uma forma oficial, mas com menos tendência ao uso de recursos que viessem a chamar a atenção da população. As informações que tiveram destaque neste noticiário foram apenas as de maior impacto e importância para a comunidade, como as manifestações. O tema da corrupção foi apresentado de forma política, sem expressar o interesse do assunto para a comunidade.

É relevante destacar que a visão mais oficial demonstrada pelos telejornais de ambas as emissoras também é devido a grande presença de dados numéricos e de informações comparativas com outras manifestações. Nesse quesito pode-se dizer que a mídia cumpriu seu papel de “representador social”, ao tentar aproximar um fato novo de um acontecimento familiar.

De acordo com os dados discutido no tópico 4.2 e por meio das questões aqui expostas, é possível dizer que a representação social das mobilizações do dia 18 de março de 2016 no Jornal da Nacional foi de cunho político. Isso aconteceu porque mesmo o valor-notícia da hierarquia não estando entre os mais presentes na individualidade de cada categoria, ele foi um dos mais presentes no geral. Ainda vale destacar que os atos foram apresentados de forma visual e muitas vezes diminuídos. A representação feita pelo Jornal da Record foi mais objetiva, com um menor uso de fatores de amplificação e dramatização, mas também com alta presença de elementos visuais e de dados estatísticos, dando um caráter mais oficial.

Foi possível observar que os dois telejornais apresentaram uma visão mais formal das manifestações, sem levar em conta a participação da população, justificado pela presença em larga escala do critério da hierarquia. Os noticiários só deram destaque para fatos que consideraram importante para comunidade, sem levar em conta o contexto ou a totalidade dos acontecimentos, o que fica evidente com o uso do valor-notícia da visualidade.

Foi observado que tanto as reportagens do dia 13 de março, quando as do dia 18 de março tiveram um conteúdo mais político, a ênfase nos cidadãos ficou em segundo plano. Ainda é possível dizer que devido à presença de dados estatísticos, o Jornal da Record foi

mais objetivo na abordagem. Já o Jornal da Nacional, ao usar o recurso da entrada ao vivo de repórteres além de números, apresentou elementos que poderiam a vir influenciar de forma direta a opinião da população sobre os atos.

Charaudeau (2015) ainda ressalta que quando há sentimentos dramáticos envolvidos nas emoções humanas é suscetível a fusão entre as verdades de opinião e as verdades de emoção. Em situações de mobilização nacional, em um contexto político que estava passando por mudanças essas emoções estavam visíveis e foram captadas de acordo com o momento. O problema existente é que a situação exposta foi apenas relativa aos políticos e não à população.

Canela (2009) atribui a mídia uma grande importância na construção de políticas públicas. Para isso, é fundamental que a sociedade esteja consciente dos acontecimentos e que possam expressar sua opinião livremente. Com uma maior participação dos indivíduos nos veículos de comunicação haverá um sentimento de empoderamento social. Somente a partir desse momento é que as pessoas poderão participar do processo de construção das políticas sociais, que devem beneficiar ao público. A sociedade não só deve, mas tem a obrigação de participar do processo de elaboração e aplicação das políticas sociais, e a mídia exerce um papel fundamental nesse âmbito. Por meio de uma mídia mais democrática e que se conscientize que os donos da mídia são os indivíduos haverá um processo mais igualitário na aplicação das políticas sociais.

A partir do momento em que as representações sociais da mídia brasileira forem de caráter mais social e menos político, as políticas sociais vão poder ser mais efetivas. Isso acontece porque tendo em vista que os veículos de comunicação colaboram na formação e aplicação das políticas sociais, é preciso que as notícias sejam voltadas para a sociedade, para que a comunidade seja realmente beneficiada pelas políticas sociais.

É preciso que a leitura dos valores-notícia e do impacto dos mesmos seja feita em sua totalidade, e não apenas de forma fragmentada. Somente a partir dessa visão global do uso e dos impactos dos valores-notícia será possível ter a dimensão das consequências desses para a construção das políticas sociais. Este trabalho, através da análise, permite a fusão entre a maneira como os valores-notícia foram usados e seus resultados práticos nas representações sociais da mídia. Isso vem a ser fundamental para a elaboração das políticas sociais, uma vez que os veículos de comunicação apresentam características fundamentais para a execução das políticas sociais, de acordo com Canela (2008). A mídia é capaz de agendar, enquadrar, construir e realizar o controle dos assuntos em questão. Quando os veículos de comunicação usam valores-notícias que visam à amplificação dos acontecimentos, ou formatos que

colaboram para a ocultação dos fatos, o impacto nas políticas sociais é enorme, já que as mesmas serão elaboradas com base em fatos falsos ou ainda vão ser retratadas de forma inverídica.

Esse trabalho é importante na esfera das políticas sociais porque mostra a forma como a mídia apresenta os acontecimentos de forma desigual e que muitas vezes o representa a partir de dados e números e não de pessoas. Isso pode impactar na forma como as políticas sociais são feitas, uma vez que quando não há a representação da população não se tem um retrato verídico da situação do país, e as atitudes tomadas serão baseadas apenas em estatísticas e não pelas necessidades da comunidade.

Sodré (2010 P. 118) diz que “No Brasil, o verdadeiro silêncio imposto pela televisão é o silêncio das culturas [...]. O recalçamento dessas outras expressões culturais é o verdadeiro efeito hegemônico produzido pelo sistema.” Por isso, a questão a ser debatida aqui não vem a ser somente se um telejornal apresentou de forma imparcial ou menos amplificadora, mas também a necessidade de mudança na mídia no Brasil. Como resultado, noticiários de grande audiência mostram apenas dados numéricos sobre uma manifestação, não entrevistam a comunidade, ao mesmo tempo em que dedicam reportagens inteiras a repercussão dos atos entre os políticos é uma situação que precisa ser refletida.

Acredita-se que o primeiro passo a ser dado, antes mesmo da democratização da mídia, é a conscientização da população. Os brasileiros devem saber que eles têm o direito de serem representados pelos veículos de comunicação, que eles são os donos dos meios de comunicação. Após a tomada de consciência é preciso colocar a lei em prática, efetivando o processo de democratização da mídia, destituindo os oligopólios e monopólios. A partir desse processo será possível ter um Brasil mais cidadão, onde a pluralidade da nossa sociedade seja representada de forma efetiva nos telejornais.

Tendo em vista os resultados obtidos, espera-se que essa pesquisa seja fonte de inspiração para que futuros trabalhos sejam construídos em uma perspectiva de totalidade. É necessário que haja uma intersecção entre o jornalismo e as políticas sociais, e que estas sejam analisadas em conjunto e não fragmentadas, uma vez que são áreas afins e complementares. As consequências de uma refletem diretamente na outra, por isso a importância de se compreender o contexto de enxergar os acontecimentos em uma esfera global. Tem-se por propósito que o estudo em questão ajude não apenas pesquisadores da área social, como também do âmbito da comunicação e que venha a colaborar para uma tomada de consciência da população, permitindo mudanças na área acadêmica e também na esfera prática da mídia.

Referências

AMARAL, Márcia Franz. **Sensacionalismo: inoperância explicativa**, 2003. Artigo publicado na revista “Em Questão” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/66/26>> Acesso em: 04 de abril de 2016.

AMORETTI, Juliana. Movimentos Sociais na América Latina e Representações Sociais de Política. In GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁRDENAS, Manuel. **Representações Sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. Porto Alegre/RS: EdIPUCRS, 2010.

ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Mídia e Políticas Públicas de comunicação**. 2007. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/midia-e-politicas-publicas-de-comunicacao>> Acesso em: 21 de Junho de 2016.

ARNT, Ricardo. A desordem do mundo e a ordem do jornal. In NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

AURÉLIO, **Dicionário**. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**, Portugal, Editora Edições 70, 1977.

BARROS FILHO, Clóvis de; LOPES, Felipe Tavares Paes; NETO, LUIZ PERES. Mídia e dominação. In PRADO, Magaly (Org.). **Teorias da comunicação em jornalismo: reflexões sobre a mídia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In BAUER; Martin W., GASKELL; George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política – Volume 1**. Brasília: Editora UNB, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política – Volume 2**. Brasília: Editora UNB, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** Artigo publicado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300001.> Acesso em: 30 de Junho de 2017.

CARRANCA, Adriana. Dar voz à diversidade. In CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CANELA, Guilherme. A cobertura jornalística das políticas sociais: elementos para debate. In CANELA Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CHAUI, Marilena. Atitude Científica. In CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. É possível democratizar a televisão? In NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

COSTA, Lúcia Cortes. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

COSTA, Vânia Maria Torres. **Os Movimentos Sociais e a Televisão: em Busca de Visibilidade**, Amazônia, 2004. Artigo apresentado no Intecom Norte. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/163142069852241890800481100370396708843.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2016.

COUTINHO, Iluska. **A busca por critérios editoriais em telejornalismo: notas sobre a exigência de conflito nas notícias televisivas**, Belo Horizonte 2003. Artigo apresentado no Intercom Sudeste. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/22100027085715797739185807449425447781.pdf>> Acesso em: 05 de abril de 2016.

CURADO, Olga. **A notícia na tv: o dia a dia de quem faz telejornalismo**, São Paulo, Editora Alegro, 2002.

DI GIOVANNI Geraldo; NOGUEIRA, Marco. Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. Fundap, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.fundap.sp.gov.br/dicionario-de-politicas-publicas/>.> Acesso em: 23 de março de 2016.

DI GIOVANNI, Geraldo. **Políticas públicas e políticas sociais**. 2008. Disponível em: <<http://geradigiovanni.blogspot.com.br/2008/08/politicas-pblicas-e-poltica-social.html>.>

Acesso em: 10 de outubro de 2016.

FACHEL, Flávio. **Dicas de telejornalismo**, São Paulo: CIP BRASIL, 2011.

FARR, Robert M. Representações sociais: teoria e história. In JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho A. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FERREIRA, Argemiro. As redes de TV e os senhores da aldeia global. In NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FÔNSECA, Daniel. **Não dá para ver: as mídias nas manifestações de junho 2013**, São Paulo, 2013. Artigo publicado na revista da fundação Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10419.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2016.

FONSECA, Francisco C.P. **Mídia e democracia: falsas confluências**. Artigo publicado na revista Sociologia Política, edição 22, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a03.pdf> .> Acesso em: 12 de Julho de 2016.

GALTUNG, Joahn; RUGE, Mari Holmboe. **The Structure of foreign news**, Estados Unidos, 1965. Artigo publicado no SAGE Jor nau ls. Disponível em: <<http://jpr.sagepub.com/content/2/1/64.full.pdf+html>> Acesso em: 14 de abril de 2016.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. (1ª edição 1959)

GOMES, Itania Maria Mota. **Telejornalismo de qualidade: pressuposto teórico-metodológico para análise**, Bahia, 2006. Artigo Publicado na Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/80/80> > Acesso em: 15 de abril de 2016.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação & Poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia e Cidadania**. Artigo publicado na Revista Conexão – Comunicação e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, 2006. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/202/193>.> Acesso em: 26 de Julho de 2016.

GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Oswaldo. **Mídia & Democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GUARESCHI, Pedrinho. Representações sociais, Mídia e Movimentos Sociais. *In* GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁRDENAS, Manuel. **Representações Sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre: Editora Mundo Jovem, 1996.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um domínio em expansão. *In* JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. *In* JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho A. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A TV sob controle: a reposta da sociedade ao poder da televisão**. São Paulo: Summos Editorial, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIMA, Venício A. de. **Regular a mídia para democratizar a comunicação**. Artigo publicado na revista Teoria e debate. Edição 95, 2011. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=colunas/midia/regular-midia-para-democratizar-comunicacao> .> Acesso em: 23 de julho de 2016.

MACIEL, Pedro. **Jornalismo de televisão**. Porto Alegre: Editora Sagra, 1995.

MELO, Jacira. Vídeo Popular: uma alternativa de TV. *In* NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELO, Rostand de Albuquerque; GOLZIO, Derval Gomes. **A Cobertura de Protestos Urbanos no JPB 1ª Edição: o caráter contextual dos critérios de noticiabilidade na construção de enquadramentos jornalísticos**, Ceará 2012. Artigo apresentado no Intercom Nordeste Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-0489-1.pdf>> Acesso em: 12 de abril de 2016.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política.** Artigo publicado na revista Lua Nova de Cultura e Política, edições 55-56. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ln/n55-56/a07n5556.pdf> > Acesso em: 24 de setembro de 2016.

MINAYO, Maria Cecília. O Conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. *In* JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho A. **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento- pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das características substantivas das notícias nos jornais Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e O Globo,** Porto Alegre, 2006. Trabalho acadêmico (Pos-Graduação em Comunicação e informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7773/000556586.pdf>> Acesso em: 15 de março de 2016.

MORIGI, Valdir José. **Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos.** Artigo publicado na revista E-Compós (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação), 2004. Disponível em: <www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/9/1> Acesso em: 26 de Outubro de 2016

MOSCOVICI, Serge. **Psicanálise, sua imagem, seu público.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011. (1ª edição 2000)

MOTA, Célia Maria Ladeira. A construção simbólica da identidade nas ruas e na TV. *In* PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo, COUTINHO, Iluska (org.). **#telejornalismo: nas ruas e nas telas.** Florianópolis: Editora Insular, 2013 (p. 45-63).

PENTEADO, Claudio Camargo; FURTADO, Ivan. **Mídia e Políticas Públicas: Possíveis campos exploratórios.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Fevereiro/ 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n87/0102-6909-rbcsoc-30-87-0129.pdf> > Acesso em: 19 de Junho de 2016.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In* BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Editora Cortez, 2008.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania.** Artigo publicado na revista digital Pensamento comunicacional Latino Americano da Universidade Metodista de São Paulo. Vol. 4, 2002. Disponível em:

<<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>> Acesso em: 26 de julho de 2016.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, I.M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. **O afeto autoritário: televisão, ética e democracia**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

SCARPARO, Helena; PEDROSO, Márcia. Representações: movimentos de imagem e palavras vividas. In GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ, Aline; CÁRDENAS, Manuel. **Representações Sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

SHISHLIN N. V.; Onikova L.A. **Pequeno dicionário Político**. Moscou (1980). Tradução: MARINHO, J. Sampaio. Moscou: Edições Progresso, 1984.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**, 2005. Artigo publicado na revista das Organizações rurais da agroindústria de Lavras. Disponível em: < <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/download/210/207>> Acesso em: 11 de maio de 2017

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz. **Críticos de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

SINGER, André. **Brasil Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**, São Paulo, 2013. Artigo publicado na Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>> Acesso em: 13 de março de 2017.

SOARES, Hamistellie Roberta Pinto de Sousa; OLIVEIRA, Jocyelma Santana dos Santos Martins. **A construção da notícia em telejornais: valores atribuídos e Newsmaking**, São Paulo, 2007. Artigo apresentado no Intercom Sudeste. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0744-2.pdf>> Acesso em: 14 de março de 2016.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho A. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. (1ª edição 1998)

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Vol. 1**. Florianópolis: Editora Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo volume II**. Florianópolis: Editora Insular, 2005b.

TORRES, Eduardo Cintra. **A multidão e a televisão : representações contemporâneas da efervescência colectiva**, Portugal, 2010. Artigo publicado no Repositório da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2254>> Acesso em: 14 de março de 2016.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Em torno dos conceitos de política social: notas introdutórias**, 2002. Artigo publicado na Escola Nacional de Administração Pública. Disponível em: <<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2016.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**, Pernambuco, 2000. Artigo publicado na Biblioteca On-line de ciências da comunicação. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/vizeu-alfredo-decidindo-noticia-tese.pdf>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2014.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo, audiência e ética**, 2002. Artigo publicado na Biblioteca On-line de ciências da comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.html#SECTION00060000000000000000>> Acesso em: 23 de março de 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**, São Paulo: Martins Fontes, 2012.

YIN, Roberto. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Bookman. 2001.

Anexo: Capítulo V da Constituição Federal de 1988

CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.